



BRASIL

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO SERGIPE (PRODETUR SERGIPE)

(BR-L1256)

RELATÓRIO DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL (RGAS)

Abril, 2013

Equipe do Projeto: Mercedes Velasco (Chefa da Equipe, INE/RND); Joseph Milewski (Co-Chefe da Equipe, RND/CBR); Lina Salazar y David Corderi (INE/RND); Denise Levy (ESG/ESR); Barbara Coelho (SCL/GDI); Germán Zappani y Carlos Lago (FMP/CBR); Cristina Celeste (LEG/SGO); e Rosario Gaggero (INE/RND).

I. INTRODUCTION

A. Resumo

País	Brasil
Setor	Turismo
Título do Projeto	Programa de Desenvolvimento Turístico do Sergipe - PRODETUR (BR-L1256)
Mutuário	Estado do Sergipe
Executor	Secretaria de Turismo (SETUR)
Tipo de Transação	Empréstimo de Obras Múltiplas
Custo Total do Projeto (USD)	100,000,000
Financiamento BID	60,000,000
Classificação Socioambiental	B
Duração do Projeto	5 anos

A. Antecedentes

- 1.1 O PRODETUR/SE se enquadra no Programa de Desenvolvimento do Turismo Nacional (PRODETUR)¹, e, em nível estadual, fundamenta-se no Plano de Desenvolvimento Sergipe (DESENVOLVER-SE) e no Plano Estadual de Desenvolvimento Sustentável do Turismo (2009-2014), cujo objetivo é consolidar esta atividade como estratégia para o desenvolvimento sustentável, tornando o estado um destino turístico competitivo. Em relação ao Banco, o Programa se enquadra na sua estratégia de promover a competitividade, a equidade social e territorial, e o aumento do emprego formal no setor.
- 1.2 Considerando a relevância de suas regiões turísticas, Sergipe optou por priorizar no PRODETUR/SE dois polos de turismo: Costa dos Coqueirais e Velho Chico, adotando como estratégia de desenvolvimento do setor, a ligação litorânea com os Estado da Bahia e Alagoas através da promoção de cinco principais roteiros turísticos: Canyons de Xingó, Foz do Rio São Francisco (Litoral Norte), Litoral Sul, Cidades Históricas e Aracaju.
- 1.3 A Secretaria de Estado do Turismo (SETUR) detém a responsabilidade pela execução do Programa, o que envolverá as seguintes entidades: Secretaria de

¹ Iniciativa do Governo Federal de captar recursos para o financiamento de uma série de programas regionais destinados a descentralizar a gestão do turismo e contribuir para a consecução das metas do Plano Nacional de Turismo.

Planejamento (SEPLAG), Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH), Administração Estadual de Meio Ambiente (ADEMA), Secretaria de Estado de Infraestrutura (SEINFRA), Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas (CEHOP), Departamento de Estradas de Rodagem (DER/SE), Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico Ciência e Tecnologia (SEDETEC), Companhia de Desenvolvimento Industrial e de Recursos Minerais (CODISE), Secretaria de Estado de Cultura (SECULT).

II. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

A. Componentes do Programa

1. Áreas Selecionadas

- 2.1 O Polo Costa dos Coqueirais, formado pelos treze municípios litorâneos, enfocará três áreas estratégicas como destinos turísticos,: (i) Litoral Norte, com tendência para o ecoturismo; (ii) Litoral Sul, para o turismo de sol e praia, incluindo as cidades históricas de São Cristóvão e Laranjeiras com o segmento histórico/cultural; e, (iii) a Capital Aracaju, com segmentos de sol e praia, negócios e eventos.
- 2.2 O Polo Velho Chico abrange os dezessete municípios do norte, que se relacionam diretamente com o Rio São Francisco. Trata-se de uma região heterogênea do ponto de vista socioeconômico e cultural, na qual a paisagem fluvial se junta às condições de navegabilidade do Rio São Francisco, como importante elemento articulador. Seu principal destino turístico é o Canyon de Xingó.

2. Justificativas e Fundamentos Ambientais e Sociais

- 2.3 O Prodetur Sergipe é eminentemente voltado para a sustentabilidade sócio-ambiental de suas ações. Entre outras iniciativas, o Programa inclui recursos para financiar ações ambientais e sociais que apoiarão uma melhor gestão do turismo nos polos, e contribuirão para minimizar as pressões advindas pela atividade turística. Para tanto, existe um componente específico dedicado à gestão ambiental, com recursos totalizando US\$ 14,4 milhões de dólares (aproximadamente 15% do total do financiamento). Além disto, outras ações de caráter social serão financiadas através de iniciativas incluídas em outros componentes do Programa.
- 2.4 Diversos fatores corroboraram para a concepção da estratégia ambiental do Programa, entre eles: (i) a melhoria das condições de saúde por meio da implantação de sistemas de esgotamento sanitário; (ii) a recuperação ambiental de áreas degradadas; (iii) a comunicação social e a educação ambiental; (iv) os estudos de capacidade de carga de atrativos turísticos; (v) o apoio à política estadual de gerenciamento costeiro; e (vi) a elaboração de planos de manejo e uso público de unidades de conservação com o objetivo de conservar suas funções ecológicas e regularizar a visitação pública. Todas estas ações se complementam de modo a garantir a manutenção das funções ambientais das áreas de intervenção do Programa.

3. Componentes e Atividades do Programa

- 2.5 Seguindo a estrutura formal do PRODETUR Nacional, o Programa contempla um conjunto de ações, organizado em cinco componentes: (1) Estratégia do Produto Turístico. (2) Estratégia de Comercialização; (3) Fortalecimento Institucional; (4) Infraestrutura e Serviços Básicos; e, (5) Gestão Ambiental. Estes componentes estão descritos no documento conceitual do projeto, e suas principais ações estão elencadas no Anexo I deste documento.
- 2.6 Entre os investimentos do Programa, destacam-se os que mais de perto interessam à gestão ambiental, por interferirem diretamente no ambiente natural: (a) complementação e abertura de rodovias; (b) obras de construção ou recuperação de orlas de cursos d'água, atracadouros e marinas; (c) desmonte de morro para melhoria de aeroporto; e, (d) sistemas de esgotamento sanitário. O Programa não tem uma amostra representativa de projetos, e em sua maioria, as obras de infraestrutura propostas nos itens *a* a *d*, acima, estão em fases iniciais de identificação e conceptualização, e não há maiores detalhes sobre elas. As ações dos demais componentes correspondem a atividades de apoio ao desenvolvimento turístico e às empresas desse setor e à comercialização, elaboração de estudos e projetos, atividades de capacitação, regulamentação e fortalecimento institucional para a gestão do turismo e do meio ambiente.
- 2.7 Quanto à população beneficiada somam-se àquelas situadas nas áreas de influência direta dos projetos de investimento, os agentes e servidores público e os trabalhadores no setor de turismo que serão alvo dos eventos de capacitação e fortalecimento institucional, além da população dos municípios de ambos os polos que passarão por intervenções, que atinge 785.470 habitantes, beneficiários indiretos do fomento da atividade turística e das ações de conservação e recuperação da qualidade ambiental.
- 2.8 **Executores do Programa.** A Unidade de Coordenação de Projetos (UCP) do PRODETUR-SE estará integrada à SETUR, e, portanto, vinculada diretamente ao Gabinete do Secretário. A UCP contará com o apoio de uma empresa gerenciadora (consultora), especializada em gerenciamento de programas dessa natureza. O órgão executor será apoiado tecnicamente também pelos diferentes órgãos que compõem a administração do governo do Estado, envolvidos com as distintas ações a serem financiadas. Toda articulação interinstitucional será formalizada através de termos de cooperação técnica, onde serão definidas as obrigações específicas, os planos de trabalho e as fontes de recursos correspondentes.
- 2.9 Além da SETUR, que será responsável pela licitação, contratação e gerenciamento dos principais estudos e projetos, a implementação do programa contará com a participação da Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas (CEHOP), vinculada à SEINFRA, que será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da construção de orlas e atracadouros e sistemas de esgotamento sanitário; Departamento de Estradas e Rodagens (DER) pela rodovia; a SEMARH responsável pelo acompanhamento e avaliação de estudo de capacidade de carga, plano de manejo de unidade de conservação, programa de educação ambiental e

de recuperação de áreas degradadas; a Secretaria de Estado de Inclusão, Assistência e Desenvolvimento Social (SEIDES), Secretaria de Cultura (SECULT), e Secretaria de Planejamento (SEPLAG).

B. Caracterização Ambiental e Social da Área de Atuação do Programa

2.10 Polo Costa dos Coqueirais.

- 2.11 O polo Costa dos Coqueirais engloba 13 municípios e todas as bacias hidrográficas do Estado do Sergipe, como pode ser observado na Figura 1. As principais bacias que drenam a área em estudo são formadas pelos Rios Vaza-Barris, Piauí, Real, São Francisco, Japarutuba e Sergipe.

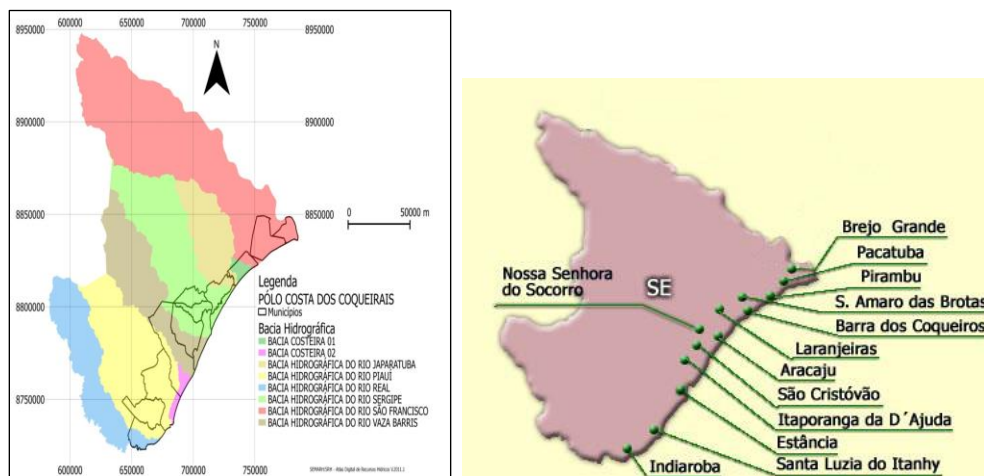


Figura 1 - Bacias Hidrográficas e Municípios do Polo Costa dos Coqueirais

Fonte: Modificado de Atlas de Sergipe: Espaço Geo-Histórico e Cultural, 2011

- 2.12 Os municípios estão inseridos em área de Mata Atlântica dentro de uma faixa litorânea de aproximadamente 40 km de largura. O litoral apresenta, em geral, fragilidades ecológicas significativas, causadas principalmente por intensa atividade de uso e ocupação do solo de forma irregular. Existem áreas de restingas, manguezais e estuarinas, que experimentam pressão antrópica, que vem se intensificando com o crescimento populacional e desenvolvimento econômico da região. O litoral Norte, em particular, também tem sido ocupado por áreas industriais de exploração e processamento do petróleo e há pressão imobiliária maior nos municípios que fazem divisa com Aracaju, capital do Estado. O litoral Sul é o que recebe mais visitação turística, e recentemente, com a construção da Ponte Joel Silveira, que liga o Estado ao norte da Bahia, tenderá a aumentar o fluxo turístico na região, colocando em risco as belezas naturais constituídas por lagoas, praias e dunas. A vegetação de mangue, que acompanha a linha litorânea do Estado (figura 2), e as áreas estuarinas, são as mais afetadas pelo crescimento e adensamento das cidades nestes municípios, que resulta em desmatamentos ilegais, e principalmente, aumento da poluição.
- 2.13 Entre os 13 municípios, os que encontram-se melhor estruturados, em termos de serviços básicos são: Aracajú, Nossa Senhora do Socorro e Estância. Em contrapartida, Brejo Grande, Santa Luzia do Itanhhy, São Cristóvão e Santo

Amaro, são municípios que apresentam serviços públicos deficitários ou inexistentes.

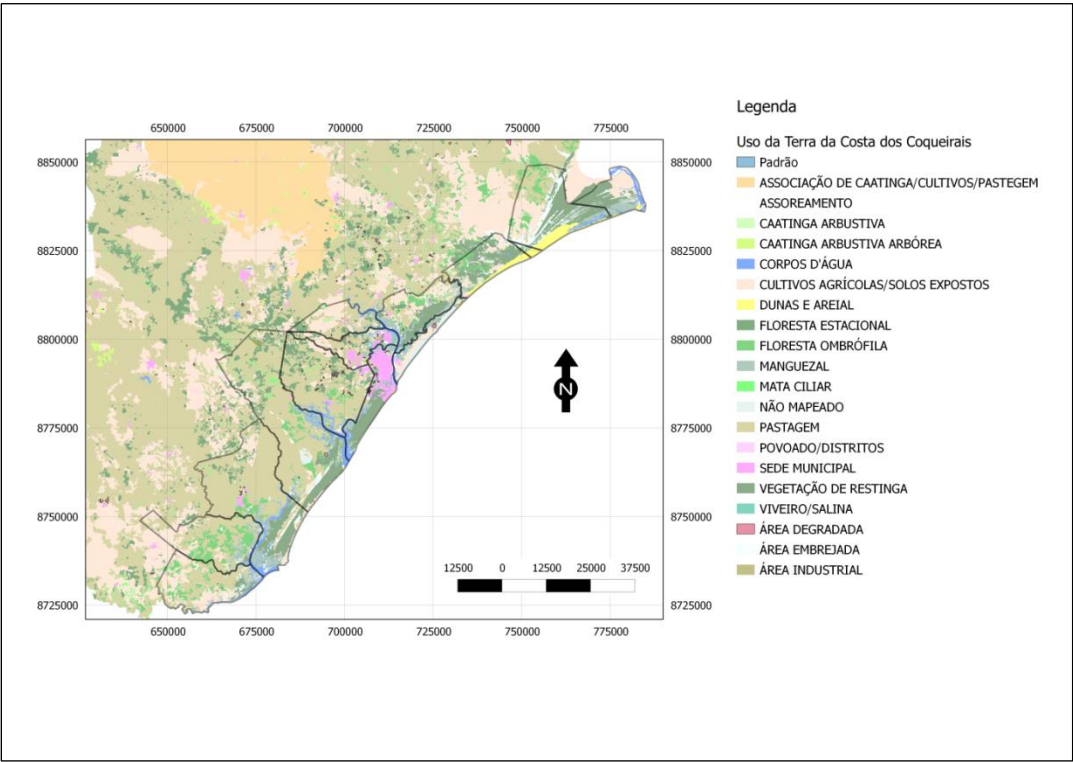


Figura 2 – Ocupação do Solo no Pólo Costa dos Coqueirais
 Fonte: Atlas Digital de Recursos Hídricos de Sergipe – SEMARH/SRH, 2011

2.14 **Unidades de Conservação.** A região apresenta um numero significativo de áreas protegidas, ou Unidades de Conservação (UC). Algumas são de proteção integral (IUCN, Categoria I e II) e o seu uso é mais restritivo; outras, permitem o uso sustentável, e seriam por exemplo, florestas nacionais, e ou áreas de proteção ambiental (APA). O quadro 2.1 apresenta uma lista das áreas protegidas mais importantes. O Programa não prevê obras ou intervenções específicas em nenhuma destas áreas protegidas, no entanto, as ações de fortalecimento do uso e ordenamento do solo contempladas pelo Programa deverão direta e indiretamente apoiar na gestão destas áreas, e principalmente, contribuir para reduzir a pressão por usos indiscriminados. Entre as ações contempladas para apoiar o uso adequado de áreas protegidas, está a elaboração do Plano de Gestão da APA do Litoral Norte (Figura 3) (ver Componente V).

QUADRO 2.1 – UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO POLO COSTA DOS COQUEIRAIS

UNIDADE	ÁREA	LOCALIZAÇÃO	DOMÍNIO
Reserva Biológica Santa Isabel	2.766 ha	Pirambu e Pacatuba	Mata Atlântica
Parque Nacional da Serra de	7.966 ha	Itaporanga D’Ajuda	Mata

UNIDADE	ÁREA	LOCALIZAÇÃO	DOMÍNIO
Itabaiana		e Laranjeiras	Atlântica
Parque Ecológico de Tramanday	3,6 ha	Aracaju	Manguezal
Floresta Nacional do Ibura	144,017 ha	Nossa Senhora do Socorro	Mata Atlântica
APA do Morro do Urubu	213,872 ha	Aracaju	Mata Atlântica
APA do Litoral Norte	413,12 Km ²	Brejo Grande, Pacatuba e Pirambu	Mata Atlântica
APA do Litoral Sul	----	Indiaroba, Santa Luzia do Itanhy, Itaporanga d' Ajuda e Estância	Mata Atlântica
APA da Foz do Rio Vaza-Barris – Ilha do Paraíso e da Paz	----	Itaporanga d' Ajuda	Mata Atlântica
APA do Rio Sergipe	----	Aracaju e Barra dos Coqueiros	Mata Atlântica
RPPN Bom Jardim e Tapera	297,05 ha	Santa Luzia do Itanhy	Mata Atlântica
RPPN Marinheiro e Pedra da Urça	174,26 ha	Santa Luzia do Itanhy	Mata Atlântica
RPPN do Caju	763,37 ha	Itaporanga d'Ajuda	Mata Atlântica
RPPN Dona Benta e Seu Caboclo	23,60 ha	Pirambu	Mata Atlântica
RPPN Lagoa Encantada do Morro da Lucrecia	10,75 ha	Pirambu	Mata Atlântica

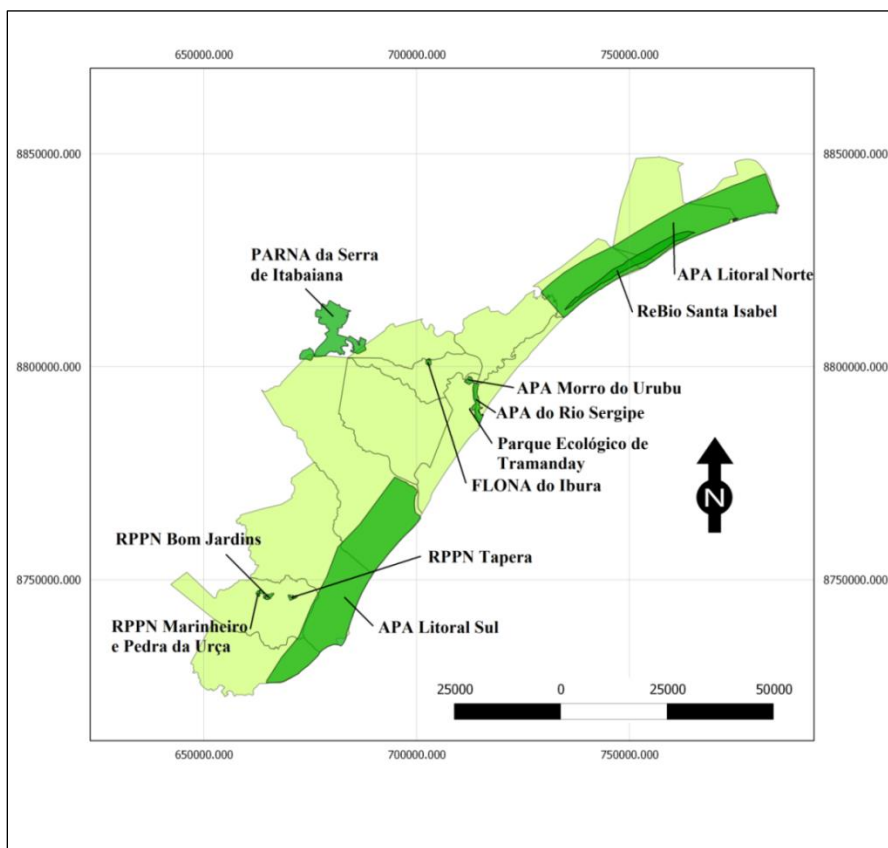


Figura 3 - Unidades de Conservação no Pólo Costa dos Coqueirais²

Fonte: Atlas Digital de Recursos Hídricos de Sergipe – SEMARH/SRH, 2011.

C. Polo Velho Chico

- 2.15 O Polo está integralmente inserido na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, (Figura 4), e, em área de transição entre a Mata Atlântica e Caatinga. Ambos biomas apresentam-se bastante alterados pelas pressões antrópicas, principalmente, pelo desmatamento irregular, queimadas, e exploração agrícola e pecuária. Os municípios do Polo, em contraste, com os do Litoral, apresentam índices de desenvolvimento humano mais baixos e, entre outros aspectos, têm baixos índices de educação e saúde. Quanto a administração pública, a maioria dos municípios não tem a infraestrutura adequada para o atendimento e qualidade de vida da população, principalmente sendo deficientes quando ao saneamento ambiental e a saúde pública. Embora alguns municípios contem com planos diretores e códigos de obras, a situação ainda é muito incipiente, e os municípios necessitam de ações de fortalecimento institucional, principalmente visando o uso ordenado do solo, a gestão ambiental, e a gestão turística. Entre os Municípios que têm Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano estão: Japoatã, Propriá, Nossa

²As RPPNs do município de Pirambu e Itaporanga d'Ajuda não aparecem no banco de dados do Atlas Digital da SEMARH/SRH, 2011 e, portanto, não estão representadas no mapa.

Senhora da Glória, Porto da Folha, Poço Redondo e Canindé do São Francisco, que também dispõe de um Código do Meio Ambiente. O Programa apoiará tanto em ações de saneamento básico, como em ações de fortalecimento da gestão ambiental e turística, através de apoio à administração municipal responsável pelas áreas turísticas.

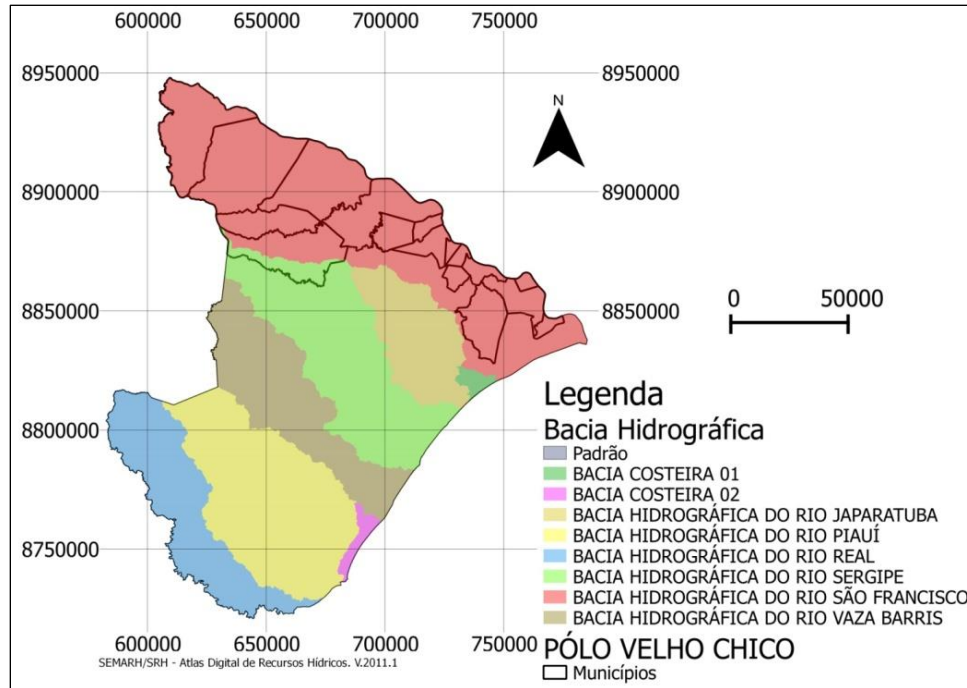


Figura 4 - Bacias Hidrográficas do Polo Velho Chico

Fonte: Modificado do Atlas de Sergipe: Espaço Geo-Histórico e Cultural, 2011

2.16 Unidades de Conservação

2.17 Na área de atuação do Polo Velho Chico, existem 3 (tres) Unidades de Conservação São elas: o Parque Natural Municipal de Lagoa do Frio; o Monumento Natural da Grota do Angico; e parte da APA do Litoral Norte. Estas áreas necessitam ainda dos estudos técnicos para o zoneamento e plano de manejo, o que deverá ser financiado pelo Programa. No polo encontra-se ainda uma comunidade caiçara, estabelecida por decreto federal denominada Terra Indígena Caiçara/ Ilha de São Pedro. O Quadro 2.2 e a Figura 5 apresentam as unidades de conservação e a terra indígena existente atualmente no polo Velho Chico.

QUADRO 2.2 - UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E TERRAS INDÍGENAS DO POLO VELHO CHICO

UNIDADE	ÁREA	LOCALIZAÇÃO	DOMÍNIO
PARQUE NATURAL MUNICIPAL DE LAGOA DO FRIO	278,99ha	Canindé de São Francisco	Caatinga

UNIDADE	ÁREA	LOCALIZAÇÃO	DOMÍNIO
MONUMENTO NATURAL DA GROTA DO ANGICO	2.183ha	Poço Redondo, Canindé do São Francisco	Caatinga
APA DO LITORAL NORTE	41.311 ha	Ilha das Flores	Mata Atlântica
TERRA INDÍGENA CAIÇARA/ILHA DE SÃO PEDRO	4.316,77ha	Porto da Folha	Não se aplica

FONTE: SEMARH, 2011.

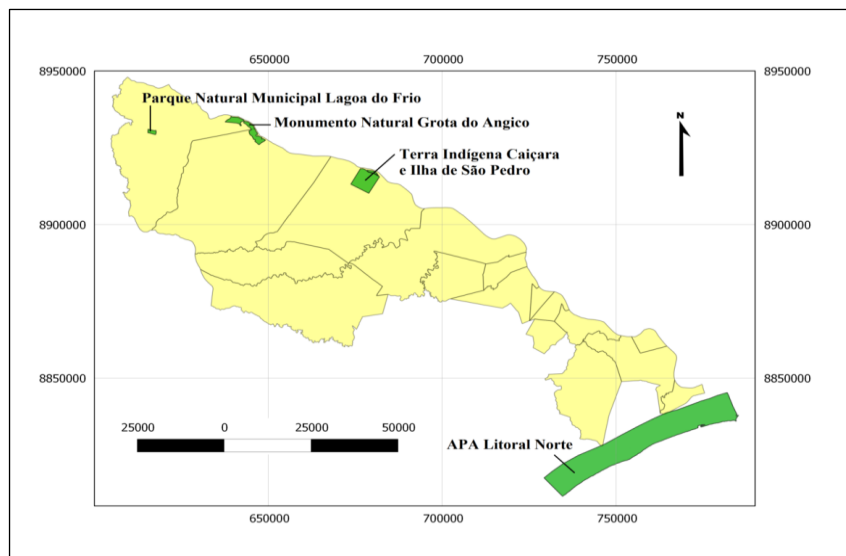


FIGURA 5 - UNIDADES DE

2011.

III. NORMAS DO PROJETO E STATUS DE CUMPRIMENTO

A. Processo de Avaliação e Licenças Ambientais e Sociais

- 3.1 Durante a preparação do Programa foi realizada uma Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), a qual identificou impacto e riscos potenciais e propôs possíveis medidas para a prevenção e mitigação dos mesmos. A equipe de preparação da operação visitou áreas selecionadas dos polos e foi possível identificar os temas mais importantes e estratégicos para a sustentabilidade ambiental do Programa, os quais foram incorporados ao Componente 5 de Gestão Ambiental. Entre estes aspectos, identificou-se a necessidade de: (a) fortalecer instrumentos de gestão costeira, principalmente com o objetivo de ordenar o uso do solo na área litorânea, e prevenir potenciais impactos que poderão resultar de mudanças climáticas (e.g., aumento do nível dos oceanos, erosão costeira, desastres naturais mais frequentes); (b) promover a recuperação ecológica e paisagística de áreas frágeis, de proteção permanente, que estão degradadas, em particular ao longo de estuários costeiros (e.g., Rio São Francisco e afluentes); (c) apoiar a gestão e uso público de áreas protegidas com potencial turístico; (d) apoiar programas de comunicação e participação da população local,

- principalmente a vulnerável (mulheres, população indígena, crianças), nos benefícios do Programa; e, (e) expandir e fortalecer sistemas de saneamento básico e de tratamento de resíduos sólidos, cujos investimentos estão em parte inseridos no componente de infraestrutura e serviços básicos e de gestão ambiental (componentes IV e V).
- 3.2 As análises realizadas durante a preparação do Programa levaram, portanto, à definição de uma série de investimentos (Anexo I) Os investimentos sociais, por sua vez, encontram-se inseridos nos componentes I (Produto Turístico), que trata da estratégia do produto turístico. Neste componente se financiarão, por exemplo, os planos de capacitação profissional para o turismo e programas de capacitação empresarial, diagnóstico e incentivo à formalização profissional; além de dar-se incremento às atividades de artesanato, através do fomento à qualidade do artesanato e fortalecimento das associações de artesãos do Estado.
- 3.3 As atividades de caráter ambiental e social do Programa buscam assegurar uma boa gestão dos recursos e a participação da comunidade para garantir a preservação do patrimônio sócio-cultural e natural, e também contribuir para a qualificação do produto turístico.
- 3.4 **Responsabilidades Institucionais para a Gestão Ambiental**
- 3.5 No Brasil, estão sujeitos ao licenciamento todos os empreendimentos capazes de modificar o meio ambiente, isto é, aqueles que, potencial ou efetivamente, afetem a qualidade ambiental, causem qualquer forma de poluição ou utilizem recursos ambientais, desenvolvidos por pessoas físicas ou jurídicas, inclusive as entidades da administração pública, que se instalem no território nacional.
- 3.6 No âmbito do Programa, obrigam-se ao licenciamento ambiental projetos de investimento e obras, dos componente I – Estratégia de Produto Turístico, IV – Infraestrutura de Serviços Básicos e V – Gestão Ambiental. Para os projetos selecionados para o componente de infraestrutura (componente IV), a seguinte documentação foi apresentada ao Banco, **e deverá ainda ser avaliada, antes do início de execução das obras:**
- a.**Obras relacionadas ao aeroporto de Aracaju:
- i.** Ampliação da pista de pouso, decolagem e taxiamento: foram realizados Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impactos Ambientais (RIMA), assim como o Projeto Básico, e obtidas a Licença Prévia. A ampliação da pista de pouso e decolagem não serão financiadas pelo Programa, mas serão viabilizadas em virtude o desmonte do Morro de Piçarra;
- ii.**Sistema rodoviário de contorno do aeroporto, foi obtida a Licença de Instalação;
- iii.**Desmonte do Morro da Piçarra: foi realizado Estudo de Impacto Ambiental e projeto executivo, além de já existir Autorização Ambiental.
- b.** Rodovia BR-101, Litoral Norte, existe processo de licenciamento avançado para o primeiro trecho (o qual não será financiado pelo BID), mas não há ainda nenhum estudo para o segundo trecho (a ser financiado pelo Programa);

- c.** Projetos de adequação urbanística e delimitações das praias do litoral sul de Aracajú; existe RIMA e Licença Prévia para um dos trechos da orla. Durante a implementação do Programa, tais licenças deverão ser obtidas previamente ao início de sua execução;
 - d.** Esgotamento da Orla de Canindé de São Francisco; existe projeto executivo e estudo ambiental, assim como Licença de Instalação;
 - e.** Atracadouro do Povoado Crasto (município de Santa Luzia do Itanhy), foram elaborados: o projeto executivo e o estudo ambiental, assim como obtida a licença prévia.
- 3.7 As atividades que de alguma forma utilizem ou interfiram nos corpos d'água aplica-se a Outorga, instrumento de gestão dos recursos hídricos criado em 1997. De acordo com a legislação, sujeitam-se à Outorga os seguintes usos: derivação ou captação de água para consumo final ou insumo de produção; extração de água subterrânea para consumo final ou insumo de produção; lançamento em corpo d'água de esgotos e resíduos líquidos ou gasosos; aproveitamento dos potenciais hidrelétricos e outros usos que alterem o regime, a qualidade ou a quantidade de água. No âmbito do Programa, podem enquadrar-se nesta obrigação legal da Outorga os projetos de saneamento, abertura e ampliação de rodovias, restauração ecológica, urbanização de orla, construção e ampliação de estruturas hidroviárias, além de outros projetos que afetem os cursos d'água.
- 3.8 Para a implantação de projetos que impliquem supressão da vegetação nativa e corte de floresta plantada, como pode ser o caso dos potenciais projetos de abertura de trilhas de visitação a UC, urbanização de orla de praia e outros cursos d'água, é necessária a obtenção da respectiva autorização junto ao órgão estadual competente.
- 3.9 No Estado de Sergipe, a entidade de meio ambiente responsável pelo licenciamento ambiental é a ADEMA, criada em 1978, que licenciara diretamente atividades cujos impactos sejam estaduais, ou delegará as entidades municipais o licenciamento de atividades de impacto local. O licenciamento ambiental está a cargo das gerências de Licenciamento, Fiscalização e Avaliação de Impacto Ambiental da Diretoria Técnica da ADEMA, que reúne 42 profissionais, e com a Gerência de Monitoramento Ambiental, esta responsável pelo acompanhamento do cumprimento de condições das licenças concedidas. O Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA) licenciara atividades de significativo impacto de âmbito nacional ou regional.³
- 3.10 Os projetos a serem financiados pelo PRODETUR SE se enquadram, em sua maioria, nos casos de licenciamento de competência estadual. A exceção poderia ser a pouco provável ocorrência de projetos situados junto às divisas entre Sergipe e Bahia ou Alagoas, cujo licenciamento seria então de responsabilidade federal (e.g., ampliação da BR-101). Isto porque, segundo a lei, o IBAMA é a entidade

³A Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, especifica os casos em que o licenciamento ambiental compete ao Governo Federal, aos estados e aos municípios.

competente para licenciar atividades de significativo impacto significativo, em particular, quando afetarem diretamente dois ou mais estados.

- 3.11 Assim como a Diretoria Técnica da ADEMA, os regulamentos referentes ao licenciamento ambiental parecem adequados e suficientes para o controle das atividades de licenciamento e controle ambiental dos projetos que vão se realizar no âmbito do PRODETUR SE. O processo de licenciamento, porém, seria mais efetivo se a regulamentação da legislação pertinente fosse complementada por algumas normas específica que tratassem do enquadramento e dos critérios técnicos para a avaliação ambiental de projetos de certos níveis de complexidade, como os de rodovias, aeroportos e sistemas de esgotamento sanitário⁴. Nesse sentido, o Programa inclui financiamento para apoiar atividades que vão fortalecer a regulamentação de marcos legais, para melhorar o controle e fiscalização ambiental das obras de infraestrutura do Estado. (Produto 5.3, Componente V)

3.12 Análise dos Processos Participativos

- 3.13 Em Sergipe os órgãos que congregam representações diversas da sociedade, e cujas decisões tomadas por maioria de seus membros, e que poderão influenciar no Programa são: (i) o Fórum Estadual de Turismo de Sergipe (FORTUR/SE), cuja função básica é avaliar, validar e executar o desenvolvimento da política estadual de turismo, bem como atuar como principal instrumento de descentralização e acompanhamento da execução das ações definidas nos Planos Nacional e Estadual de Turismo; (ii) o Conselho Estadual do Meio Ambiente; (iii) o Conselho Estadual de Recursos Hídricos, órgão de coordenação, fiscalização e deliberação coletiva, de caráter normativo e de recurso e arbitramento do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, integrante da estrutura organizacional da SEMARH; (iv) o Conselho Gestor do Fundo de Defesa do Meio Ambiente de Sergipe, órgão de gestão e deliberação, e coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades e ações implementadas com a aplicação dos recursos do FUNDEMA/SE, integrante da estrutura organizacional da SEMARH; e, (v) o Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Caatinga no Estado de Sergipe, que funciona junto à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH), e tem por finalidade assegurar e coordenar a implantação da Reserva da Biosfera da Caatinga no Estado.

B. Cumprimento do Projeto com as Diretrizes Socioambientais do BID

- 3.14 O Anexo II apresenta um resumo do cumprimento do projeto com cada política e diretriz socioambiental do BID. O Projeto foi classificado como categoria B, segundo OP-703 (Política de Cumprimento de Salvaguardas Ambientais)

⁴Segundo informação pessoal da Dra. Marly Menezes Santos, Diretora Técnica da ADEMA, os trabalhos das referidas gerências seriam facilitados por meio de apoio do Programa à formulação de algumas normas técnicas de licenciamento das referidas atividades.

- 3.15 Baseado nas análises realizadas durante a preparação do Programa (e.g., avaliação ambiental e avaliação institucional), a equipe determinou que a capacidade do executor de gerir os temas ambientais e sociais identificados pode ser um fator de risco (OP-703, Diretriz B.4), em parte porque a gestão do Programa depende de continuidade de ações, e da permanência e competência técnica dos especialistas que assessoram as ações do Programa; em parte, porque a coordenação do Programa exige uma intensa colaboração com inúmeras outras entidades envolvidas no Programa. Desta forma, é preciso que o Programa estabeleça desde o princípio uma equipe de trabalho efetiva, e que seja capacitada para atuar na preparação, supervisão e acompanhamento de todas as ações do Programa.
- 3.16 **Consulta Pública.** A apresentação e validação pública da Avaliação Ambiental Estratégica foram realizadas entre os dias 16 e 17 de maio de 2012, no Palácio Museu Olímpio Campos, em Aracajú, seguida de adequações para atender orientações do BID registradas durante a missão de orientação em Fevereiro do mesmo ano. Novas consultas públicas e visitas técnicas foram realizadas nos dias 05 e 06 de Junho de 2012, em Aracajú e Canindé de São Francisco, partindo para a construção da identificação e avaliação dos impactos ambientais. A versão final da AAE será reapresentada ao público em 2013, atendendo a previsão de finalização do Convênio com o Ministério do Turismo (MTur).
- 3.17 **Consultas Futuras e Comunicação.** A participação do público e de outros interessados no desenvolvimento do turismo, para além das entidades executoras do Programa, está assegurada tanto nas diretrizes contidas no ROP (Regulamento Operacional do Programa), que determina a consulta aos afetados na fase de elaboração dos projetos, como nos processos de licenciamento ambiental. A publicação dos requerimentos de licença e das licenças concedidas faz parte das normas legais e das rotinas do licenciamento de todos os tipos de projeto. Nos casos dos projetos sujeitos a avaliação de impacto ambiental, a publicidade do RIMA é obrigatória e podem ser requeridas audiências públicas por qualquer instituição, associação civil ou cidadão, para a discussão do projeto e seus impactos.
- 3.18 O Programa, desde seu início, desenvolverá um amplo trabalho de informação para as comunidades no sentido de construir uma consciência nas instâncias representativas da comunidade (componente de Gestão Ambiental). O Fórum Estadual do Turismo de Sergipe (FORTUR), como mecanismo estruturado e transparente, será utilizado para a participação da sociedade local residente, atuando como foro balanceado de discussão e consenso sobre as estratégias e prioridades, para consulta, validação e monitoria do Programa. Ações como a elaboração e execução de um programa de educação e sensibilização ambiental do turista, entidades públicas e privadas e comunidades receptoras; a elaboração de planos de gestão integrada dos municípios costeiros e a revisão e atualização do PDITS Costa dos Coqueirais e Velho Chico estarão diretamente fundamentados pela participação popular e consequente interação com as demais ações do Programa.
- 3.19 Além do Fórum, a participação pública poderá ocorrer através dos Centros de Informação Pública e paginas-web, disponibilizadas pelo MTur e pela

SETUR/UCP. Os membros do FORTUR terão acesso a todos os relatórios relativos aos aspectos técnicos, de monitoria e avaliação das atividades realizadas, com a possibilidade de comentá-las e revisá-las, assim como fornecer informações aos grupos locais, através dos seus Conselhos Regionais de Turismo.

- 3.20 **OP-703 Patrimônios Naturais.** O aumento de pressão sobre áreas naturais nos dois Polos e o aumento na geração de resíduos sólidos e efluentes líquidos foram identificados como riscos ambientais críticos do Programa. Muitas das pressões sobre os recursos naturais já existem na região, e são resultado do desenvolvimento imobiliário, que leva à urbanização dos ambientes litorâneos, e uso do território para segundas residências e ou casas de veraneio. Esta situação altera sistemas locais, desmonte de dunas e o desmatamento de manguezais e áreas de restinga. O desenvolvimento ocorre sem que a infraestrutura esteja presente, como no caso dos sistemas de água e saneamento, que deveriam ser planejados anteriormente às ocupações territoriais. Para prever o aumento de potenciais fontes de poluição ou degradação da vegetação, vinculadas à atividade turística, o Programa contempla ações para implantar sistemas de esgotamento sanitário (Craeto, Pontal, Prainha), implantar os planos intermunicipais de resíduos sólidos, que incluirão Municípios que atualmente estão desenvolvendo os planos; e, um programa de restauração ecológica e paisagística de áreas turísticas de alto valor natural (ver atividades do Componente V). As áreas de preservação permanente de afluentes do Rio São Francisco serão beneficiadas pelo programa de restauração.
- 3.21 Nos últimos anos tem-se notado um aumento do nível do oceano na costa de Sergipe, o que tem resultado em processos erosivos e de degradação de várias áreas costeiras do Estado. A **gestão costeira**, portanto, é um aspecto igualmente crítico para a preservação do patrimônio natural costeiro, e deverá ser fortalecida durante a vigência do Programa. Entre outras atividades foram previstos investimentos para apoiar a formulação e a implementação da Política Estadual de Gerenciamento Costeiro, assim como a realização de planos para a gestão costeira integrada para os municípios costeiros. Para fortalecer a gestão e uso da costa por embarcações turísticas, foi previsto o apoio à elaboração de normas ambientais e de treinamento para o controle e fiscalização de obras náuticas (marinas, píeres, atracadouros), instaladas nos municípios beneficiados pelo Programa.
- 3.22 **OP-703 Patrimônio Cultural.** A análise ambiental não identificou potenciais riscos ao patrimônio cultural, físico e imaterial. No entanto, em conformidade com a Diretriz B.9, o Programa irá identificar potenciais impactos nos sítios de importância cultural, por meio das análises ou estudos ambientais exigidos como parte dos processos de licenciamento ambiental de obras. Caso se identifiquem riscos, serão tomadas as medidas necessárias para protegê-los inclusive melhor controle de uso público, fiscalização e monitoramento destas áreas.
- 3.23 **OP-710 Política de Reassentamento Involuntário.** Para a elegibilidade de financiamento de obras, o terreno selecionado deverá estar regularizado e a propriedade em mãos do domínio legal do Estado e, ou do Município. Não se antecipa a necessidade de reassentamento, mas se for necessário, o Programa deverá preparar os planos de reassentamento e incluir seus custos no orçamento

das obras respectivas, antes da licitação das obras correspondentes, em conformidade com a OP-710 do BID.

- 3.24 **OP-765 Política de Povos Indígenas.** Apenas uma Terra Indígena está presente na região de atuação do Programa (Polo Velho Chico): a Terra Indígena Caiçara/Ilha de São Pedro, no município de Porto da Folha. A administração desta Terra se faz no âmbito federal, pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Para evitar que esta população indígena seja adversamente impactada pelas ações do Programa, principalmente, no que se refere às atividades contempladas para o roteiro do Xingó (canyon do Rio São Francisco, no Município de Canindé de São Francisco), o Programa estabelecerá critérios claros quando aos processos de comunicação e participação destas comunidades durante toda a implementação do Programa. Estão previstos investimentos para elaborar e executar um plano de comunicação e participação da população local e vulnerável nas ações do Programa, para prevenir impactos negativos advindos do turismo na sua área de influência.
- 3.25 **OP-761 Política de Igualdade de Gênero em Desenvolvimento.** De acordo com a OP-761, a análise de gênero deverá ser realizada em projetos que apresentem riscos potenciais de gênero. Os riscos de gênero no Programa estão associados a atividades relacionadas ao aumento do influxo de turistas, ao risco de atividades ilícitas (por exemplo, o turismo sexual; embora durante a preparação do Programa não se tenha identificado como problema atual); e, a discriminação de gênero no desenvolvimento das atividades produtivas, especialmente nas comunidades ribeirinhas ou quilombolas presentes na região. Os fatores de gênero deverão ser considerados no desenho dos projetos e produtos, assim como nos critérios de seleção para a capacitação da comunidade e educação ambiental que será realizada durante a vigência do Programa.
- 3.26 **OP-102 Acesso à Informação.** A Avaliação Ambiental Estratégica será divulgada no site do BID e pelo organismo executor, em conformidade com a política de acesso à informação do Banco. Além disso, as futuras avaliações ou estudos ambientais serão divulgados no site da unidade executora do Programa (SETUR).
- 3.27 **Provisão e Monitoramento de Serviços Básicos.** Segundo a Constituição Brasileira (1988) os municípios são os responsáveis pela provisão de serviços básicos. No entanto, esta atribuição depende da capacidade institucional e financeira de cada município, principalmente em relação à provisão de serviços básicos, como água, saneamento e coleta de resíduos sólidos. A deficiência nestes serviços pode representar um risco ao Programa. Para minimizar este risco, o Programa financiará a implantação de sistemas de saneamento sanitário em três destinos turísticos: Crasto (município Santa Luzia do Itanhhy), Pontal (Indiaroba), e Prainha (Canindé de São Francisco). Estas obras ainda não foram desenhadas, e todo o processo de seu desenvolvimento deverá ser realizado durante a execução do Programa e seguirá as exigências constantes do manual de gestão ambiental e social do Programa Prodetur Nacional (e anexos técnicos do Regulamento Operacional do Programa).

IV. IMPACTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS DO PROGRAMA

- 4.1 O Programa terá dois tipos de impactos. Por um lado poderão ocorrer impactos socioambientais diretos, indiretos, cumulativos, causados pelas distintas ações de fortalecimento das atividades turísticas e projetos de investimento (por exemplo, as obras mencionadas no paragrafo 2.7 deste documento); e, por outro lado, existirão os impactos estratégicos do Programa, que são impactos consequentes das tendências e cenários futuros que ocorrerão não só relacionados ao Programa, como ao contexto de desenvolvimento que deverá ocorrer no Estado. Estes impactos estratégicos deverão ser acompanhados por meio de um processo contínuo de planejamento, tomada de decisão e monitoramento, também expressos nas ações de gestão ambiental e no Relatório Operacional do Programa (ROP).
- 4.2 **Impactos das ações de fortalecimento da atividade turística**
- 4.3 Programa-se um conjunto de ações que visam a induzir o planejamento e o desenvolvimento do turismo de modo ambientalmente sustentável, como as ações de assistência a empresas turísticas para melhoria da qualidade dos serviços e gestão ambiental, fomento a qualidade do artesanato adequado a demanda turística e a elaboração de estudos de viabilidade turísticas. Todas essas ações terão essencialmente impactos sociais e ambientais positivos, também com influência benéfica sobre outros setores da economia, principalmente no âmbito dos municípios dos polos. O Anexo III deste documento apresenta em detalhe os potenciais impactos ambientais e sociais positivos e negativos.
- 4.4 As ações de *fortalecimento institucional* proporcionarão a disponibilidade de instrumentos de ordenamento da atividade, fortalecimento do papel do estado na dinamização da atividade turística sustentável, consolidação de políticas públicas do turismo e dinamização da atividade turística.
- 4.5 Os *planos de manejo e uso público de UC*, e os estudos de capacidade de suporte dos atrativos naturais de maior potencial turístico serão instrumentos de gestão e ordenamento, além de mensurar a capacidade de visitantes de acordo oportunidades do uso sustentável dos ambientes naturais, bem como abrigar facilidades e estruturas de apoio ao uso público de atrativos que suportem maior visitação. É importante ressaltar que esta estratégia tem a função de facilitar a visitação pública, com baixo impacto ambiental e em harmonia com o meio.
- 4.6 As *ações dedicadas a qualificar e divulgar os atrativos turísticos* e os produtos das áreas prioritárias, como o plano de marketing, devem resultar diretamente em atração de novos fluxos de turismo e na consolidação da imagem de Sergipe no cenário turístico nacional, além de diversificar e promover a oferta de segmentos e roteiros turísticos
- 4.7 As consequências sociais das *ações de educação ambiental e capacitação profissional* de agentes privados e estímulo ao investimento, pretendem contribuir para a melhoria dos serviços de apoio ao turismo, promover a qualificação

profissional e a valorização do conhecimento, da cultura e dos produtos locais e alcançar a inserção das comunidades no mercado de trabalho.

4.8 Impactos dos projetos de investimento

4.9 Em ambos os polos, os projetos de investimento concentram-se em obras de implantação de infraestrutura de urbanização, transporte e saneamento e edificações voltadas para atendimento ao turista.

4.10 O potencial de impacto sócio-ambiental desses projetos é bastante variável, mas todos podem, porém, ser controlados por meio dos instrumentos específicos do Programa e dos instrumentos previstos na legislação ambiental do País e do Estado de Sergipe, que também indicam os meios de acompanhamento da execução e avaliação do respeito às normas vigentes. O Quadro 4.1 especifica, para os projetos de cada componente, tanto os instrumentos de controle dos respectivos impactos quanto os meios de acompanhamento e avaliação, que fazem parte do sistema de gestão socioambiental do Programa, a ser descrito no Capítulo 5 deste Relatório.

Quadro 4.1: Ações e Investimentos que Afetam o Meio Natural - Principais Impactos Socioambientais

Projetos/Atividades	Impactos significativos	Medidas e Instrumentos de Controle	Avaliação e Acompanhamento
Adequação da trilha do cangaço (abertura de trecho, sinalização, melhoria)	1- Consolidação de roteiro histórico-cultural (P); 2- Melhor infraestrutura para o fluxo de turistas (P); 3 – Possível geração de processos erosivos (N).	• Critérios de projeto contidos no ROP; • Análise e anuência da SEMARH; • Plano de Manejo do MONA Grota do Angico;	• Plano de Controle ambiental (PCA)
Elaboração do projeto e implantação do Centro de Referência do Cangaço (Poço Redondo)	1- Valorização do patrimônio histórico-cultural (P); 2- Fortalecimentos da identidade cultural das comunidades (P);	• Critérios de projeto contidos no ROP; • Licenças ambientais (LP, LI e LO).	• Relatórios de supervisão de obras; • Relatórios de auditoria ambiental
Elaboração de projetos e execução da adequação urbanística e delimitações das praias do litoral sul de Aracaju	1- Aumento dos empreendimentos locais e geração de novas oportunidades de trabalho, emprego e renda (P); 2- Melhoria na infraestrutura turística (P); 3- Valoração imobiliária e comercial (P); 4 - Perturbação do tráfego (N); 5 - Geração de ruído e poeira (N).	• Critérios de projeto contidos no ROP; • Análise e anuência da EMURB e CEHOP; • Licenças	• Relatórios de auditoria ambiental • Plano de Controle ambiental (PCA) • Relatórios de supervisão de obras

		ambientais (LP, LI e LO).	
Construção de orlas e atracadouros: Prainha (Canindé de São Francisco), Povoado Crasto (Santa Luzia do Itanhy), Pontal (Indiaroba), Povoado Saúde (Santana do São Francisco).	1- Melhoria na infraestrutura turística (P); 2- Disponibilização de novos atrativos e diversificação do roteiro(P); 3 - Absorção da mão de obra na construção 4-Descaracterização dos traços culturais das comunidades (N); 5- Geração de ruído e poeira (N); 5 - Modificação da paisagem (N);	<ul style="list-style-type: none"> • Critérios de projeto contidos no ROP; • Análise e anuência da CEHOP; • Licenças ambientais (LP, LI e LO). 	<ul style="list-style-type: none"> • Relatórios de auditoria ambiental • Plano de Controle ambiental (PCA) • Relatórios de supervisão de obras
Construção e recuperação de atracadouros Curralinho e Bom Sucesso (Poço Redondo); Brejo Grande; São Cristóvão e Indiaroba (Terra Caída)	1- Melhoria na infraestrutura turística (P); 2- Disponibilização de novos atrativos e diversificação do roteiro(P); 3-Descaracterização dos traços culturais das comunidades (N); 4- Geração de ruído (N);	<ul style="list-style-type: none"> • Critérios de projeto contidos no ROP; • Análise e anuência da CEHOP; • Licenças ambientais (LP, LI e LO). 	<ul style="list-style-type: none"> • Relatórios de auditoria ambiental • Plano de Controle ambiental (PCA) • Relatórios de supervisão de obras
Desmonte do Morro da Piçarra para ampliação da pista de pouso e decolagem cabeceira 29	1- Aumento de fluxo turístico (P); 2- Geração de postos de trabalho (P); 3- Alteração da paisagem (N); 4 - Geração de ruído e poeira (N);	<ul style="list-style-type: none"> • Critérios de projeto contidos no ROP; • Análise e anuência da EMURB e SEINFRA; • Consulta pública; • Licenças ambientais (LP, LI e LO). 	<ul style="list-style-type: none"> • Relatórios de auditoria ambiental • Plano de Controle ambiental (PCA) • Relatórios de supervisão de obras
Implantação de sistema de esgotamento sanitário: Crasto (Sta. Luzia do Itanhy), Pontal (Indiaroba), Prainha (Canindé de São Francisco)	1- Melhoria das condições Sanitárias (P); 2- Melhoria da qualidade da água nos corpos receptores(P); 3- Transtornos ao tráfego, ruído e poeira (N).	<ul style="list-style-type: none"> • Critérios de projeto contidos no ROP; • Análise e anuência da DESO; • Consulta pública; • Licenças ambientais (LP, LI e LO). 	<ul style="list-style-type: none"> • Relatórios de auditoria ambiental • Plano de Controle ambiental (PCA) • Relatórios de supervisão de obras
Elaboração do projeto	1- Consolidação de destinos	• Critérios de	• Relatórios de

executivo e construção da Rodovia SE-405 Curralinho - Poço Redondo	turísticos e melhoria de acesso ao atrativo (P); 2-Descaracterização de traços culturais das comunidades (N); 3-Transtornos ao tráfego, ruído e poeira (N); 4 – Supressão de vegetação e perda da biodiversidade (N).	projeto contidos no ROP; • Análise e anuência do DER; • Licenças ambientais (LP, LI e LO).	auditoria ambiental • Plano de Controle ambiental (PCA) • Relatórios de supervisão de obras
Restauração Ecológica e Paisagística de áreas turísticas de alto valor natural e degradadas (Afluentes Jacaré e Betume do Rio e Foz do São Francisco)	1- Aumento e conservação da biodiversidade (P) 2- Revitalização de riachos e nascentes (P) 3- Melhoria da qualidade de água (P) 4- Alteração da paisagem(P) 5- Controle de processos erosivos (P) 6- Geração de empregos (P)	• Critérios de projeto contidos no ROP; • Plano de recuperação de áreas degradadas (PRAD);	• Relatórios de auditoria ambiental • Plano de Controle ambiental (PCA)

A. Impactos Estratégicos do Programa

- 4.11 A realização do Programa, uma vez iniciada e levada a efeito de acordo com os princípios do desenvolvimento sustentável do turismo, certamente induzirá, em ambos os Polos, uma série de oportunidades e riscos ambientais (impactos estratégicos positivos e negativos), contribuindo assim para o desenvolvimento turístico e a melhoria da qualidade de vida. Estes impactos estratégicos estão demonstrados no Anexo IV. Entre as principais oportunidades, estão a valorização da cultura local, incremento da geração de empregos diretos e indiretos e aumento e melhor distribuição da renda e da arrecadação fiscal nos municípios beneficiados. Entre os principais riscos, estão: a indução do crescimento urbano desordenado, cuja ocorrência também se pode prever em ambos os polos que serão beneficiados pelos projetos de investimento.

V. GESTÃO E MONITORAMENTO DOS IMPACTOS E RISCOS IDENTIFICADOS

A. Esquema de Gestão, medidas de controle, indicadores

- 5.1 O esquema de gestão proposto se baseia em dois documentos fundamentais, já existentes como parte do Prodetur Nacional: (i) o Manual de Planejamento e Gestão Ambiental e Social (MPGAS), que é a base da gestão socioambiental dos programas estaduais, e faz parte do Regulamento Operativo do Prodetur Nacional. Entre outros aspectos, o Regulamento inclui anexos técnicos que orientam na realização dos diferentes tipos de projetos a ser incluídos nos programas de turismo nos estados; e, o (ii) Manual Operativo (MOP) do Programa Prodetur Sergipe, que inclui as instruções para elegibilidade dos projetos, os requisitos de preparação e execução de cada tipo de intervenção, assim como as diretrizes e exigências socioambientais para os projetos de saneamento (e.g., esgotamento sanitário), terminais hidroviários, extensão da pista do aeroporto, rodovias de

acesso a áreas turísticas, e outros que podem produzir impactos socioambientais mais significativos.

- 5.2 Além destes instrumentos, o Programa deverá elaborar, antes do início da execução das obras, um Sistema de Gestão Ambiental e Social (SGAS), o qual estabelecerá as diretrizes gerais, os procedimentos e as instruções de projetos e especificações técnicas para o desenvolvimento das atividades do Programa, em conformidade com os instrumentos de gestão já existentes (parágrafo 5.1).
- 5.3 Entre os principais procedimentos estabelecidos para o Programa está a exigência de uma avaliação ambiental preliminar, durante a etapa de estudos de concepção e alternativas; e, EIA, RIMA e PBA (Plano Básico Ambiental) para os projetos que promovem impactos mais significativos, como os de saneamento, atracadouros, estradas, de acordo com as exigências da ADEMA e da política de cumprimento com salvaguardas ambientais do BID (OP-703)
- 5.4 Os quadros 5.1, 5.2 e 5.3 contêm os requisitos legais para o licenciamento e o controle dos impactos ambientais dos projetos de investimento, as medidas de controle e acompanhamento das oportunidades e riscos ambientais do Programa, bem como os indicadores a serem monitorados pelo SGAS. As medidas mitigadoras e de controle ambientais e sociais deverão estar consolidadas em um Plano Básico Ambiental (PBA), que, além de ser o instrumento necessário à obtenção da Licença de Instalação (LI), será utilizado para a gestão ambiental e social do empreendimento e fará parte dos contratos de construção.

QUADRO 5.1: REQUISITOS DE LICENCIAMENTO E MEDIDAS DE CONTROLE DOS IMPACTOS DOS PROJETOS

Projeto	Estudos e Licenças	Medidas de Controle
Atracadouros, Orlas e Marinas	- Licenças de instalação concedidas pela ADEMA; - Estudos arqueológicos de acordo com as normas e exigências do IPHAN.	- Vistoria das licenças ambientais; - Relatórios técnicos; - Visitas técnicas; - Vistoria de contratos e projetos; - Relatórios de monitoramento de qualidade da água.
Rodovias e Acessos	- Licença de instalação concedida pela ADEMA; - Atendimento a possíveis condicionantes das licenças ambientais; - Estudo sobre pontos de erosão e vulnerabilidade realizados; - Estudo sobre áreas críticas de tráfego nos polos realizado;	- Vistoria das licenças ambientais; - Relatórios técnicos; - Visitas técnicas; - Vistoria de contratos e projetos.
Obras de infraestrutura (Desmonte do Morro da Piçarra)	- Licença de instalação concedida pela ADEMA; - Plano de Recuperação de área degradadas.	- Relatórios técnicos; - Visitas técnicas; - Consultas técnicas; - Vistoria de contratos e projetos.
Obras de infraestrutura (Ampliação da pista do Aeroporto)	- Licença de instalação concedida pela ADEMA; - Autorização para supressão emitida pela ADEMA; - Plano de Recuperação de áreas degradadas.	- Relatórios técnicos; - Visitas técnicas; - Consultas técnicas; - Vistoria de contratos e projetos.

Sistemas de esgotamento sanitário	<ul style="list-style-type: none"> - Licenças ambientais concedidas pela ADEMA; - EIA/RIMA ou Relatório de impacto simplificado, conforme as normas vigentes no Plano de Gestão Ambiental. 	<ul style="list-style-type: none"> - Vistoria das licenças ambientais; - Relatórios técnicos; - Consultas técnicas - Visitas técnicas; - Vistoria de contratos e projetos;
-----------------------------------	--	---

Quadro 5.2: Riscos Ambientais – Prevenção e Acompanhamento

Impactos Estratégicos Negativos	Principais Medidas Preventivas	Acompanhamento Indicadores
Crescimento desordenado, aumentos de fluxos turísticos e de população residente e ocupação inadequada de áreas frágeis nos Municípios de Brejo Grande, Indiaroba, Santa Luzia do Itanhhy, Poço Redondo, Canindé do São Francisco e Santana do São Francisco.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Elaboração de Plano Diretor dos municípios de Brejo Grande, Pirambu e Santana do São Francisco; ▪ Elaboração de planos de gestão integrada de orlas marítimas dos municípios costeiros; ▪ Execução de Projetos de Infraestrutura – Saneamento Básico ▪ Elaboração do Plano de manejo da APA Litoral Norte; ▪ Apoio à elaboração da política Estadual de Gerenciamento Costeiro. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Infraestrutura instalada; ▪ Qualidade da água dentro do padrão exigido pela ADEMA; ▪ Ocupação de áreas de risco
Descaracterização da cultura local e a paisagem urbana nos povoados de Santa Luzia do Itanhhy (Crasto), Indiaroba (Pontal), e no município de Aracaju (Morro da Piçarra), Poço Redondo (Curralinho e Bom Sucesso) e Canindé do São Francisco (Prainha).	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Elaboração de Plano Diretor dos municípios de Brejo Grande, Pirambu e Santana do São Francisco; ▪ Apoio à prevenção do incremento da exploração sexual pelo turismo; ▪ Fomento à qualidade do artesanato adequado à demanda turística; ▪ Execução do Plano de Capacitação Profissional para o Turismo; ▪ Educação e Sensibilização Ambiental do Turista, entidades públicas e privadas e comunidades receptoras; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Surgimento de novos hábitos culturais; ▪ Substituição de técnicas tradicionais. ▪ Aparecimento de favelas.
Aceleração dos processos de degradação do litoral e do rio São Francisco e pressão sobre remanescentes de Mata Atlântica, Caatinga, Unidades de Conservação e ecossistemas de atração turística.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Educação e Sensibilização Ambiental do Turista, entidades públicas e privadas e comunidades receptoras; ▪ Elaboração e implementação do plano de manejo da APA do litoral Norte e Plano de uso público do MONA Grota do Angico) ▪ Estudos de Avaliação de Limites de Mudanças aceitáveis; ▪ Restauração ecológica e paisagística de áreas turísticas de alto valor natural e degradadas (Afluentes Jacaré e Betume do Rio e Foz do São Francisco) ▪ Fortalecimento institucional de órgãos fiscalizadores (ADEMA e SEMAH). ▪ Elaboração de planos de gestão integrada de orlas marítimas dos municípios costeiros; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Índices de desmatamento; ▪ Qualidade da água dentro do padrão exigido pela ADEMA; ▪ Alteração da paisagem; ▪ Presença bio-indicadores relativos à fauna e à flora; ▪ Envolvimento das comunidades em ações de proteção ambiental; ▪ Manutenção dos limites legais das unidades de conservação.

Quadro 5.3 - Oportunidades – Acompanhamento

Oportunidades (Impactos Estratégicos Positivos)	Acompanhamento <i>Indicadores</i>
Crescimento da atividade turística e consequente elevação da receita fiscal dos municípios	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Controle do fluxo de visitação turística; ▪ Infraestrutura instalada ▪ Arrecadação de impostos municipais; ▪ Aumento do número de empreendimentos relacionados à atividade turística direta ou indiretamente – formais. ▪ Melhoria na prestação dos serviços;
Aumento da oferta de empregos diretos e indiretos e de renda e consequente redução de fluxos migratórios para centros industrializados.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumento da emissão de nota fiscal avulsa; ▪ Redução da taxa de desemprego; ▪ Desenvolvimento do comércio local – formal e informal.
Melhoria das perspectivas de conservação dos ecossistemas regionais e dos atrativos naturais.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Redução dos índices de desmatamento; ▪ Qualidade da água ; ▪ Presença de bioindicadores relativos à fauna e à flora; ▪ Controle do fluxo de visitação turística – capacidade de carga; ▪ Envolvimento das comunidades em ações de proteção ambiental; ▪ Manutenção dos limites legais das unidades de conservação.
Valorização da cultura local.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumento do Fluxo de visitação turística; ▪ Fortalecimento do Sentimento de pertença; ▪ Valorização dos produtos artesanais locais – comercialização de artesanato e comidas regionais.
Melhoria da qualidade dos recursos hídricos em áreas urbanas e das condições de vida da população local	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Uso e ocupação do solo urbano; ▪ Qualidade da água; ▪ Qualidade da Saúde pública; ▪ Infraestrutura instalada; ▪ Tratamento e Destinação adequados de efluentes.
Melhoria da qualidade operacional e técnica dos órgãos públicos estaduais e municipais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Efetividade nos processos de controle e fiscalização; ▪ Eficácia das políticas públicas, planos e projetos; ▪ Capacidade de gestão;

5.5 Medidas de Fortalecimento Institucional. O Programa será executado pela Secretaria de Estado de Turismo (SETUR), através de uma Unidade Coordenadora do Programa (UCP), que terá total responsabilidade sobre a administração, geração, supervisão e avaliação do Programa. Para apoiá-la nesta tarefa, a UCP contratará uma firma gerenciadora (UGP), que trabalhará com a UCP na execução dos procedimentos técnicos, inclusive com a supervisão do

Programa, incluindo a supervisão ambiental de obras. A UCP e a UGP deverão ter em seus quadros especialistas técnicos, entre eles um especialista socioambiental. Os integrantes da UCP deverão ser designados antes do primeiro desembolso.

- 5.6 **Supervisão da execução dos projetos.** A SETUR será responsável pela supervisão técnica e socioambiental dos investimentos executados, devendo contratar empresas independentes para supervisionar todas as obras de infraestrutura e de valorização (esgoto, resíduos sólidos, urbanização de áreas turísticas, e atracadouros náuticos, conforme for o caso). A SETUR deverá obter a participação efetiva das demais instituições setoriais participantes, como por exemplo, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH), a Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas (CEHOP), Secretaria de Estado de Infraestrutura (SEINFRA), Departamento de Estradas e Rodagens (DER), a Secretaria de Cultura do Estado, além das prefeituras municipais, assim como de empresas de supervisão e de auditorias independentes.
- 5.7 **Matriz de Resultados.** A Matriz estabelece os indicadores de produtos e resultados esperados para o componente de gestão ambiental e social do Programa. A SETUR será responsável pela coleta anual das informações e dados para a medição destes indicadores, utilizando as bases de dados existentes. A informação sobre os aspectos ambientais e sociais deverá ser incluída nos relatórios semi-anuais, assim como nas avaliações de meio-termo e finais sobre a execução do Programa. Cabe a SETUR, ainda, proporcionar os meios e as condições necessárias às inspeções e auditorias a serem realizadas por representantes do BID e outros órgãos interessados, no local das obras e atividades, mantendo toda a documentação relativa ao Programa arquivada, e a disposição dos inspetores e auditores. O envio de documentos ao Banco, como por exemplo, termos de referencia, estudos de impacto ambiental, licenças ambientais, deverá ser realizado pela SETUR sempre que necessário. A SETUR deverá obter do órgão estadual de meio ambiente o relatório de fiscalização ambiental para sua incorporação ao relatório de supervisão.
- 5.8 O Banco supervisionará anualmente o cumprimento do Programa quanto as salvaguardas ambientais e sociais aplicáveis ao Programa.
- 5.9 A UCP será responsável pela supervisão da atuação de outros órgãos eventualmente envolvidos na execução das ações do Programa, em todas as suas fases de execução, assim como na futura operação e manutenção dos sistemas dele resultantes.
- 5.10 **Orçamento para ações de gestão socioambiental do Programa.** O Programa conta com um orçamento adequado para as ações de gestão socioambiental, incluído no Componente 5. O total de US\$14,40 milhões encontra-se detalhado no POD. O orçamento para a contratação do(s) especialista(s) sócio-ambiental(is) está previsto dentro das ações de administração do Programa, e existem recursos para a fiscalização e supervisão de obras no valor de US\$1.398.96 milhão. Os orçamentos dos planos básicos ambientais, planos de reassentamento (caso sejam necessários), deverão estar integrados no orçamento das obras correspondentes.

VI. REQUERIMENTOS A SEREM INCLUÍDOS NOS ACORDOS LEGAIS DO PROJETO

- 6.1 Este Relatório apresenta ao Banco os aspectos que darão a viabilidade socioambiental do Programa, e confirma que o Programa, tal como formulado e preparado, cumpre com os requisitos essenciais para atingir seus objetivos de melhorar a qualidade e sustentabilidade do produto turístico do Sergipe. Para formalizar os compromissos de implementação e assegurar o seguimento destes requisitos, se contemplarão os seguintes aspectos:
- 6.2 O Banco deverá exigir como parte do Contrato de Empréstimo que o Mutuário cumpra com os requisitos mencionados a seguir. Um plano de ação detalhado encontra-se anexado a este documento.
- 6.3 **Durante toda a vigência do Contrato o Mutuário deverá cumprir com:**
- a. Todos os requisitos da lei brasileira relativos a aspectos de meio ambiente, social, relações de trabalho, saúde e segurança que se apliquem ao Programa.
 - b. Todos os requisitos associados com licenças ou autorizações de caráter ambiental, social, saúde e segurança, e relações de trabalho que se apliquem ao Programa, ao Mutuário ou outras partes responsáveis pela execução da operação ou por medidas de mitigação.
 - c. Todos os aspectos, componentes e requisitos estabelecidos nos documentos de natureza ambiental, social, saúde e segurança, e relações de trabalhos desenvolvidos e acordados entre o Banco e o Mutuário durante a análise da operação, entre eles o Manual de Operações do programa, e seus anexos técnicos, o Manual de Planejamento e Gestão Socioambiental do Prodetur Nacional; Diretrizes para a Elaboração do Plano Básico Ambiental (PBA); Controle Ambiental e Gestão das Obras, e demais Anexos Técnicos.
 - d. Todas as medidas necessárias para assegurar que os contratos realizados entre o Mutuário e empreiteiras de obras ou demais órgãos executores da construção e ou operação de atividades do Programa contenham os requisitos ambientais, sociais, de saúde e segurança e de relações de trabalho acordados entre o Banco e o Mutuário.
 - e. O Mutuário deverá consultar o Banco antes de aprovar ou implantar qualquer mudança significativa com respeito ao Programa, ao seu Manual Operacional ou outros regulamentos.
- 6.4 **Antes do Primeiro Desembolso, o Mutuário deverá:**
- a. Apresentar evidência de haver concluído a fase de lista curta para a seleção da firma gerenciadora que apoiará a UCP. A firma gerenciadora deverá apoiar a UCP com os procedimentos de caráter ambiental e social, e apoiará

na supervisão do Programa (incluindo a supervisão das obras) para o qual deverá contar com pessoal especializado dedicado a estas atividades.

- b. Apresentar evidencia sobre a entrada em vigor da versão definitiva do Regulamento Operativo do Programa (ROP).
- c. Apresentar evidencia de designação do coordenador geral e dos outros coordenadores que integram a UCP, inclusive o especialista socioambiental.

6.5 Antes da Execução das Obras previstas, o Mutuário deverá:

- a. Apresentar a versão final do Sistema de Gestão Ambiental e Social elaborado com base nas informações deste Relatório;
- b. Os projetos deverão estar completos, com todos os estudos de viabilidade ambiental e social finalizados, e aprovados pelo Banco.

6.6 Durante a execução do Programa, o Mutuário deverá:

- a. Apresentar evidencia da entrada em vigor do Sistema de Gestão Ambiental e Social (SGAS), e de seus mecanismos de supervisão.
- b. O Prestatário deverá executar o programa de acordo ao Plano Básico de Gestão Ambiental de cada projeto, segundo aplicável, e relatar sobre estes planos nos relatórios relativos ao Programa.
- c. Antes de autorizar a licitação de qualquer obra, verificar a disponibilidade da licença de instalação e/ou dos planos de mitigação, e a inclusão dos requisitos e custos correspondentes no edital.
- d. Antes do inicio material de toda e qualquer obra do Programa: verificar o cumprimento das licenças pertinentes, e a contratação da empresa supervisora com os elementos socioambientais pertinentes.
- e. Manter o Banco informado sempre que tiver conhecimento sobre algum descumprimento socioambiental de sua parte, ou de outras partes envolvidas na execução de atividades da operação.
- f. Antes do início da abertura do primeiro processo de contratação de obras sob sua titularidade, o Mutuário ou o órgão executor (estadual ou municipal) deverá apresentar evidência de ter iniciado a implementação de atividades de fortalecimento institucional de sua gestão turística, a qual abrange principalmente a gestão dos aspectos ambientais e sociais que incidem diretamente sobre a atividade turística.
- g. Durante a execução do Programa, para a efetiva gestão ambiental e social dos empreendimentos, os contratos com as construtoras devem contemplar cláusulas relativas à medição e pagamento das atividades dos programas de mitigação de impactos e controle ambiental e social, contratação de especialistas em meio ambiente, conforme especificações descritas no Anexo do MOP relativo ao Controle e Monitoramento Ambiental e Social das Obras.

- h. Todos os Termos de Referência (TdR), desenvolvidos como parte do Programa, e com pertinência às questões ambientais e sociais, incluindo itens desenvolvidos no âmbito do Componente 5, mas também aqueles itens relacionados com o desenvolvimento de certos produtos de turismo cultural, entre outros, deverão ser apresentados ao Banco (INE / RND e VPS / ESG) para revisão, a fim de garantir a conformidade com todas as salvaguardas sociais e ambientais aplicáveis (OP-703; OP-102; OP-761; OP-765; OP-710).
- i. Aos nove meses da assinatura do contrato de empréstimo, apresentar para a aprovação do Banco, a versão preliminar do Protocolo de atuação em comunidades indígenas e tradicionais e o plano de trabalho para a execução dos estudos, projetos piloto e apresentação da versão final do protocolo. O plano de trabalho servirá de base para a implementação e monitoramento (incluindo a preparação dos informes correspondentes) desta atividade durante o restante da execução.
- j. Apresentar os relatórios conforme frequência e conteúdo descritos no MOP, ressaltando-se, porém, os seguintes aspectos, entre outros:
 - i. Semestralmente, informações sobre o processo de comunicação realizado com as comunidades existentes na área de atuação do Programa, para consultar, articular, e receber a participação destas comunidades no desenvolvimento dos projetos incluídos no Programa, em especial os relacionados com o desenvolvimento de turismo cultural.
 - ii. Semestralmente, informações sobre o processo de consulta pública realizado como parte dos estudos de impacto ambiental, demonstrando como se procedeu a comunicação e participação dos atores interessados, em particular, nos casos em que envolvam comunidades tradicionais (indígenas, remanescentes, ribeirinhas, quilombolas), conforme se aplica.

ANEXO I - Ações do Programa⁵

Componentes	Ações
I – Estratégia do Produto Turístico	Complementação da sinalização turística da Cidade de Aracaju - 4ª etapa
	Execução do Plano de Capacitação Profissional para o Turismo e programas de capacitação empresarial
	Elaboração de projeto e execução da sinalização viária indicativa e interpretativa para destinos turísticos (Polos Costa dos Coqueirais e Velho Chico)
	Assistência a empresas turísticas para melhoria da qualidade dos serviços e gestão ambiental
	Fomento à qualidade do artesanato adequado à demanda turística
	Revitalização do Complexo Turístico de Aracaju – SE, compreendendo inclusive o Museu do Artesanato e o Centro de Informações Turísticas.
	Estratégia de roteiros e produtos históricos culturais e adequação e modernização de museus (programação visual, equipamentos interativos, etc.)
	Adequação da trilha do cangaço (abertura de trecho, sinalização, melhoria)
	Construção do Centro de Referência do Cangaço (Poço Redondo - SE)
	Elaboração de projetos e execução da adequação urbanística e delimitações das praias do litoral sul de Aracaju
	Estudo de circuitos turísticos fluviais e náuticos, no Rio São Francisco e Costa marítima atendida pelo programa.
	Orlas, Atracadouros e Obras para Roteiros Turísticos fluviais e náuticos, no Rio São Francisco e Costa marítima atendida pelo programa.
	Elaboração do estudo de viabilidade turística (análise de paisagem) da ação de complementação da rota paisagística Litoral Norte
	Adequações turística e ambiental da rota natural e paisagística do Litoral Norte
	Elaboração e implementação de projetos de valorização de atrativos e roteirização turística nos quatro destinos prioritários dos Polos Costa dos Coqueirais e Velho Chico
II - Estratégia de Comercialização	Revisão, reajuste e complementação do Plano de Marketing
	Monitoramento do Plano de Marketing
	Execução do Plano de Marketing
III – Fortalecimento Institucional	Implantação do sistema de informações turísticas (inventariação turística, pesquisas de demanda, oferta, dados socioeconômicos do turismo)
	Revisão e atualização do PDITS Costa dos Coqueirais e Velho Chico
	Elaboração do Plano de Gestão dos Destinos Turísticos
	Elaboração dos Planos Diretores municipais (Pirambu, Brejo Grande e Santana do São Francisco)
	Elaboração de diagnósticos da gestão municipal do turismo e incentivos para fiscalização
	Implementação do fortalecimento de gestão municipal do turismo
	Implementação do fortalecimento institucional dos órgãos estaduais gestores de turismo
	Reforma e aquisição de equipamentos da Galeria Ana Maria para instalação de nova sede da SETUR
IV - Infraestrutura e Serviços Básicos	Sistema de gerenciamento do Programa
	Desmorte do morro da piçarra para viabilizar ampliação da pista de pouso e decolagem (PPD) cabeceira 29
	Projetos Executivos e complementares para ampliação da pista de pouso e decolagem e novo terminal de passageiros do Aeroporto de Aracaju

⁵ Estas ações são demonstrativas, e algumas alterações poderão ocorrer no decorrer da execução do Programa.

	Elaboração do Projeto Executivo e Construção da Rodovia SE-405 Currallinho - Poço Redondo
	Ampliação e duplicação da Rodovia BR-101
	Implantação do sistema de esgotamento sanitário: Crasto (Sta. Luzia do Itanhy), Pontal (Indiaroba), Prainha (Canindé de São Francisco).
V - Gestão Ambiental	Estudos e avaliação de limites aceitáveis de mudança e monitoramento do turismo em quatro áreas turísticas críticas.
	Educação e Sensibilização Ambiental do Turista, entidades públicas e privadas e comunidades receptoras.
	Manejo e Proteção Ambiental da Unidade de Conservação com uso turístico (Elaboração e implementação do plano de manejo da APA do litoral Norte e Plano de uso público do MONA Grota do Angico)
	Programa de comunicação e participação de população local e vulnerável no Programa. Apoio a prevenção de impactos negativos do turismo.
	Apoio à implementação dos Planos Intermunicipais de Resíduos Sólidos
	Restauração Ecológica e Paisagística de áreas turísticas de alto valor natural e degradadas (Afluentes Jacaré e Betume do Rio e Foz do São Francisco)
	Gerenciamento Costeiro e Qualidade Ambiental de Praias Turísticas

ANEXO II

CUMPRIMENTO DE POLITICAS BID

POLÍTICAS DO BANCO	DIRETRIZ	CUMPRIMENTO PELO MUTUÁRIO	REFERÊNCIA
Política de Meio Ambiente e Cumprimento de Salvaguardas OP-703	Supervisão e Cumprimento – B.7.	O BID deverá acompanhar o processo de licenciamento ambiental das obras do Programa, a elaboração dos programas de controle e mitigação e a implantação do sistema de gestão ambiental do Programa.	AAE, EIA/RIMA e PBA.
	Identificação de Impactos Trans-fronteiriços - B.8.	Não se aplica ao Programa.	—
	Comprometimento de Habitats Naturais e Sítios Culturais – B.9.	Os impactos sobre os habitats naturais (manguezais, restingas, Caatinga e Floresta Atlântica) e sítios culturais foram considerados na AAE e deverão ser detalhadamente avaliados nos EIA/RIMAs dos projetos de infraestrutura. O Programa inclui entre os seus objetivos, a recuperação de áreas degradadas e Áreas de Preservação Permanente (APP).	AAE, EIA/RIMA, PCAO e PBA.
	Materiais Perigosos – B.10.	Não se aplica ao Programa.	—
	Prevenção e Redução da Contaminação – B.11.	A contaminação decorrente da implantação do Programa diz respeito a movimentação de veículos durante as obras (fumaça e derramamento de material sedimentar nas vias públicas) e ao derramamento de óleos e graxas durante operação dos canteiros de obra. Para a prevenção e redução da contaminação foi desenvolvido o PCAO.	EIA/RIMA, PCAO e PBA.
Política sobre Disponibilidade de Informação – Ago. 2006	Avaliação de Impacto Ambiental -	O Diagnóstico da AAE foi apresentado e discutido com as comunidades dos Pólos. Concluída a AAE, novas reuniões públicas deverão ser realizadas. Os EIA/RIMAs dos projetos de infraestrutura também deverão ser discutidos com as comunidades dos Pólos.	AAE, EIA/RIMA.
Reassentamento Involuntário – OP-710	Indenização e Reabilitação.	Serão elaborados planos de reassentamento e/ou compensação de acordo ao marco estabelecido no Manual Operativo, caso se identifiquem impactos desta natureza.	Plano de Reassentamento Involuntário de População e Atividades Econômicas
Política Operacional sobre Povos Indígenas –OP-765	Apoiar o desenvolvimento com identidade dos povos indígenas, incluindo o reforço de suas capacidades de	Na região onde é situado o Pólo Velho Chico encontra-se uma Terra Indígena. Outras comunidades, como por exemplo, quilombolas, poderão ser indiretamente afetadas. Plano de comunicação, consulta e interação com as comunidades indígenas potencialmente afetada deverá ser elaborado no início de execução	

	governança. o Salvarguardar os povos indígenas e seus direitos dos impactos negativos e da exclusão em projetos financiado s pelo Banco .	Programa.	
Política de Gênero – OP-761	o Incluir atenção a igualdade de genro no TDR dos componentes especialmente, consulta, atividades produtivas, e atenção a riscos de saúde e turismo sexual		TDR

ANEXO III -

Ações de Apoio ao Desenvolvimento Turístico Sustentável – Principais Impactos Ambientais e Sociais Positivos

Atividades	Impactos significativos	Medidas de Potenciação
Implementação da sinalização turística da Cidade de Aracaju	1- Facilidade de acesso aos atrativos turísticos 2- Agregação de valor ao produto turístico	Manutenção dessa sinalização e ampliação para os mesmos bairros ainda não abordados nesse investimento.
Elaboração do Plano de Capacitação Profissional para o setor e programas de capacitação empresarial	1- Profissionalização e especialização da mão de obra local e emprego com consequente diminuição da informalidade.	Qualificação da mão de obra nos diferentes níveis de escolaridade, como forma de ampliar o maior número de pessoas possível na atividade.
Elaboração de projeto e execução da sinalização viária informativa e interpretativa para destinos turísticos	1 - Melhor acessibilidade dos pontos turísticos 2 - Dinamização do comércio nas localidades com a disponibilidade de outros atrativos turísticos.	Infraestrutura urbana adequada para o aumento do fluxo de pessoas aos locais turísticos.
Valorização do Complexo Turístico de Aracaju	1- Recuperação e valorização do Patrimônio Histórico-cultural 2- Aumento dos postos de trabalho na atividade turística 3- Crescimento do comércio no local	Investimento em estudos de demanda turística e valorização dos atrativos turísticos locais.
Elaboração de roteiros e produtos históricos culturais e modernização de museus	1- Facilidade de acesso aos atrativos turísticos 2- Agregação de valor ao produto turístico 3- Consolidação de roteiro histórico-cultural	Fortalecimento dos traços culturais com divulgação, utilizando marketing.
Elaboração do Plano de Marketing	1- Aumento do potencial de divulgação e comercialização favorecendo a competitividade e o empreendedorismo 2 - Valorização da identidade cultural dos locais	Mudança nas formas de exploração econômica da região afetada, para a prestação de serviços ao turista, sob o viés da sustentabilidade.
Atualização do sistema de informações turísticas (estatísticas, pesquisas de demanda, oferta, dados econômicos do turismo)	1- Identificação dos principais entraves à consolidação do turismo no polo 2- Investimentos direcionados, de acordo com a necessidade de capital e a consequente rentabilidade.	Estudo sobre as demandas dos locais para o incremento da atividade turística e mitigação dos possíveis danos ambientais.
Elaboração de diagnósticos e implementação da gestão municipal do turismo	1- Fortalecimento do papel do município na dinamização da atividade turística sustentável 2- Melhoria na infraestrutura dos equipamentos urbanos e serviços públicos	Monitoramento das ações planejadas com participação da administração pública municipal, setor privado e comunidade.
Implementação do fortalecimento institucional dos estaduais gestores de turismo	1- Fortalecimento do papel do estado na dinamização da atividade turística sustentável 2- Melhoria na infraestrutura dos equipamentos urbanos e serviços públicos.	Monitoramento das ações planejadas com participação da administração pública estadual, setor privado e comunidade.
Elaboração do Plano de Gestão dos Destinos Turísticos	1- Disponibilidade de instrumento de ordenamento da atividade, fortalecendo a gestão ambiental 2- Fortalecimento dos traços culturais 3- Geração de novos postos de trabalho 4- Consolidação dos destinos turísticos	Participação constante da comunidade em todo o processo de construção do plano, principalmente com a realização de audiências públicas nas cidades envolvidas.
Elaboração dos Planos Diretores municipais	1- Promoção de usos adequados do solo e dos recursos ambientais 2- Controle do limite urbano legal 3- Cumprimento de políticas públicas	Monitoramento das ações planejadas com participação da administração pública municipal, setor privado e comunidade.

Elaboração de estudos de capacidade de carga de visitantes turísticos	<ul style="list-style-type: none"> 1- Aumento do poder de governança nas localidades 2- Prevenção de possíveis impactos negativos por carga turística descontrolada 	Monitoramento das ações planejadas com participação da administração pública municipal, setor privado e comunidade.
Educação e Sensibilização Ambiental do Turista, Unidades públicas e privadas e comunidades receptoras.	<ul style="list-style-type: none"> 1- Maior proteção dos atrativos naturais 2- Valorização dos atributos naturais e da cultura das comunidades tradicionais 3- Sensibilização do público-alvo com relação a aspectos socioambientais 4- Adoção de valores para a conservação e melhoria do meio ambiente 	Ações educativas, a serem formuladas através de um processo participativo, visando capacitar/habilitar setores sociais, com ênfase nos afetados e beneficiados diretamente pelo programa, para uma atuação efetiva na melhoria da qualidade ambiental e de vida na região.
Manejo e Proteção Ambiental de Unidades de Conservação com uso turístico (Elaboração e implementação do plano de manejo da APA do litoral e Plano de uso público do MONA Grota do Saco)	<ul style="list-style-type: none"> 1- Garantia de conservação do atributo natural e sua atratividade 2- Estabelecimento de medidas de gestão ambiental, controle da visitação e formas de conduta nas Unidades de Conservação 3- Compatibilidade da atividade turística às legislações ambientais pertinentes 4- Integração da atividade turística com dimensões sustentáveis 5- Identificação das fragilidades ambientais e áreas que necessitam recuperação nas unidades de conservação 	Elaboração de estudos que analisem a capacidade de carga de visitação das Unidades de Conservação presentes na área dos Polígonos Costa dos Coqueirais e Velho Chico.
Recuperação Ecológica e Paisagística de áreas protegidas de alto valor natural e degradadas	<ul style="list-style-type: none"> 1- Recuperação de áreas degradadas 2- Revitalização de riachos 3- Proteção a mata ciliar 4- Proteção de nascentes 5- Controle de processos erosivos 	Ações educativas, a serem formuladas através de um processo participativo, visando capacitar/habilitar setores sociais, com ênfase nos afetados e beneficiados diretamente pela ação.
Ordenamento Costeiro e de praias turísticas	<ul style="list-style-type: none"> 1- Promoção de usos adequados do solo e dos recursos ambientais 2- Conservação e uso sustentável dos recursos naturais nas zonas costeiras 3 - Medidas de adequação aos efeitos das mudanças climáticas 4 - Cumprimento de políticas públicas 	Ações educativas, a serem formuladas através de um processo participativo, visando capacitar/habilitar setores sociais, com ênfase nos afetados e beneficiados diretamente pela ação.

Anexo IV: Oportunidades – Potenciais Impactos Estratégicos Positivos

Oportunidades (Impactos Estratégicos Positivos)	Ações Indutoras do Programa	
Crescimento da atividade turística e conseqüente elevação da receita fiscal dos municípios	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Implementação dos planos de marketing; ▪ Projetos de melhoria da infraestrutura de acesso e saneamento básico; ▪ Qualificação de produtos locais; ▪ Capacitação de agentes do setor privado de turismo; 	
Aumento da oferta de empregos diretos e indiretos e de renda e conseqüente redução de fluxos migratórios para centros industrializados.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Qualificação profissional e capacitação de agentes do setor privado de turismo ▪ Implantação dos projetos de saneamento básico (empregos temporários e permanentes); ▪ Valorização da cultura local. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ de ▪ ela ▪ Im
Melhoria das perspectivas de conservação dos ecossistemas regionais e dos atrativos naturais.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estudos técnicos de capacidade de carga dos atrativos ▪ Elaboração de planos de manejo de Unidades de Conservação ▪ Projetos de recuperação de áreas degradadas 	
Valorização da cultura local.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Plano de marketing; ▪ Qualificação de produtos locais. 	
Melhoria da qualidade dos recursos hídricos em áreas urbanas e das condições de vida da população local	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Projetos de implantação ou ampliação dos sistemas de saneamento básico; ▪ Elaboração de Planos diretores de desenvolvimento Urbano e Ambiental; 	
Melhoria da qualidade operacional e técnica dos órgãos públicos estaduais e municipais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fortalecimento e capacitação institucional da UCP e entidades estaduais e municipais envolvidos 	

Riscos Ambientais – Potenciais Impactos Estratégicos Negativos

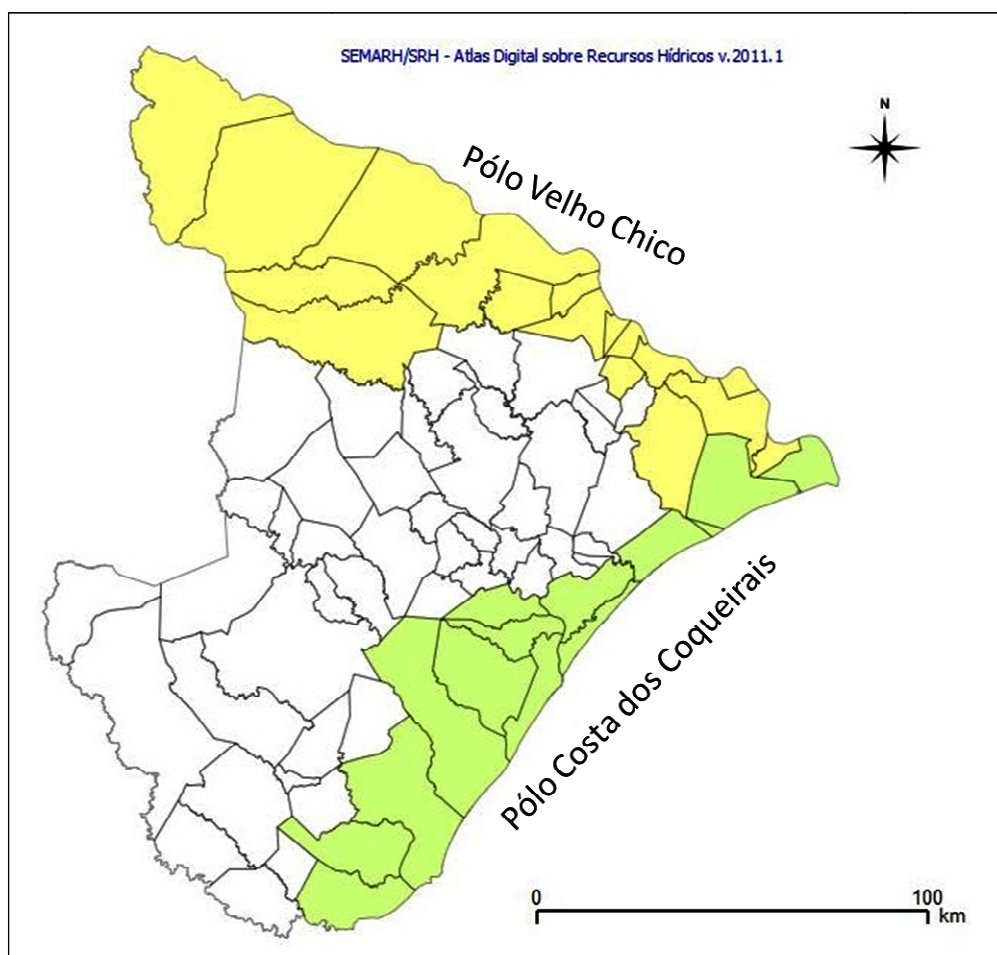
Impactos Negativos	Fatores Causais	Principais Ações Preventivas
Degradação da qualidade ambiental urbana e da qualidade de vida	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Crescimento desordenado das cidades; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Elaboração de Planos diretores Urbanos e Ambientais municipais; ▪ Implantação de infraestrutura – saneamento básico; ▪ Fortalecimento institucional
Pressão sobre os recursos naturais e atrativos às atividades turísticas.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ocupação inadequada de áreas frágeis; ▪ Aumento de fluxo turístico ▪ Atividade turística desordenada. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estudos de capacidade de carga; ▪ Sistema de Manejo de visitação; ▪ Elaboração de Planos de manejo e normas de uso público de UC; ▪ Programa de Educação ambiental.
Pressão sobre a infraestrutura urbana e de saneamento básico.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumentos de fluxo turístico e de população residente. ▪ Crescimento desordenado das cidades; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Elaboração de Planos diretores Urbanos e Ambientais municipais; ▪ Implantação de infraestrutura – saneamento básico. ▪ Elaboração de Planos de Gestão de Resíduos;
Aumento do custo de vida e de taxas de desemprego para comunidades locais.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Elevação dos preços de bens de consumo regular; ▪ Demanda de mão-de-obra sazonal; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ações de incentivo fiscal; ▪ Capacitação da mão-de-obra especializada; ▪ Capacitação do setor privado; ▪ Diversificação de produtos para o turismo;
Perda de valores culturais.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desrespeito à cultura local e descaracterização da paisagem urbana. ▪ Aumento do intercâmbio de informações entre cidadãos e turistas. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Planos diretores municipais (normas de edificação); ▪ Ações de incentivo à manutenção de manifestações culturais locais (folguedos, festejos e artesanato); ▪ Documentação e salvaguarda do patrimônio Imaterial (tradições orais e manualidades); ▪ Criação de documentação fílmica ou textual sobre saberes e tradições culturais das comunidades afetadas
Aceleração dos processos de degradação do litoral e destruição de remanescentes de Mata Atlântica	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ocupação inadequada de áreas frágeis; ▪ Atividade turística desordenada; ▪ Crescimento desordenado das cidades. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estudos de capacidade de carga; ▪ Elaboração de Planos de manejo e normas de uso público de UC; ▪ Zoneamento ecológico – econômico; ▪ Programa de educação Ambiental; ▪ Elaboração do Plano de Gerenciamento Costeiro; ▪ Elaboração do Projeto Orla. ▪ Fortalecimento institucional – aumento da fiscalização.
Degradação de Unidades de Conservação da Natureza e ecossistemas de atração turística	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ocupação inadequada de áreas frágeis; atividade turística desordenada. ▪ Práticas de caça predatória; ▪ Supressão da vegetação; ▪ Atividade turística desordenada. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estudos de capacidade de carga; ▪ Elaboração de Planos de manejo e normas de uso público de UC; ▪ Zoneamento ecológico – econômico; ▪ Programa de educação Ambiental; ▪ Fortalecimento institucional – aumento da fiscalização.

Principais Impactos Estratégicos Negativos de Âmbito Regional

Impactos Negativos	Fatores Causais	Principais Ações Preventivas
Polo Costa dos Coqueirais		
Crescimento desordenado, aumentos de fluxos turísticos e de população residente e ocupação inadequada de áreas frágeis nos Municípios de Brejo Grande, Indiaroba e Santa Luzia do Itanhy	Pavimentação da SE-100 Norte e construção de atrativos turísticos como atracadouros e orlas nos povoados de Crasto (Santa Luzia do Itanhy), Pontal (Indiaroba).	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Elaboração de Planos Diretores de desenvolvimento Urbano e Ambiental ▪ Execução de Projetos de Infraestrutura – Saneamento Básico ▪ Elaboração do Plano de manejo da APA Norte ▪ Atendimento ao Plano de Manejo da Reserva Biológica Santa Isabel
Descaracterização da cultura local e a paisagem urbana nos povoados de Santa Luzia do Itanhy (Crasto), Indiaroba (Pontal), e no município de Aracaju (Morro da Piçarra).	Projetos de orlas e intervenções arquitetônicas descontextualizadas do entorno e da tradição edilícia local (modos de construir tradicionais). Desmonte do morro em virtude da ampliação da pista de pouso do Aeroporto Internacional de Aracaju	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano e Ambiental ▪ Capacitação técnica de mão-de-obra local em edificações tradicionais ▪ Educação Ambiental Patrimonial
Aceleração dos processos de degradação do litoral e pressão sobre remanescentes de Mata Atlântica, Unidades de Conservação e ecossistemas de atração turística	Aumento de fluxos turísticos e residentes como consequência da pavimentação da SE-100 Norte dentro dos limites APA Litoral Norte e no entorno da Rebio Santa Isabel e, no Litoral Sul, pressão sobre a RPPN Crasto e sobre a região estuarina dos rios Piauí e Real.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Elaboração de Planos Diretores de desenvolvimento Urbano e Ambiental; ▪ Elaboração do Plano de manejo da APA Norte; ▪ Atendimento ao Plano de Manejo da Reserva Biológica Santa Isabel; ▪ Estudo de Capacidade de Carga; ▪ Fortalecimento institucional de órgãos fiscalizadores (ADEMA e SEMARH); ▪ Programas de Educação Ambiental ▪ Elaboração de planos de gestão integrada de áreas costeiras e marítimas.
Polo Velho Chico		
Crescimento desordenado, aumentos de fluxos turísticos e de população residente e ocupação inadequada de áreas frágeis nos Municípios de Poço Redondo, Canindé do São Francisco e Santana do São Francisco.	Pavimentação da SE-405 e construção de atrativos turísticos como atracadouros e orlas nos municípios de Canindé do São Francisco (pov. Prainha), Poço Redondo (pov. Curralinho e Bom Sucesso), Santana do São Francisco (pov. Saúde) e Brejo Grande.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Elaboração de Planos Diretores de desenvolvimento Urbano e Ambiental ▪ Execução de Projetos de Infraestrutura – Saneamento Básico ▪ Elaboração do Plano de uso público do Monumento Natural Grota do Angico
Descaracterização da cultura local e da paisagem urbana nos povoados de Curralinho e Bom Sucesso (Atracadoiro) e Prainha (Orla).	Projetos de orlas e intervenções arquitetônicas descontextualizadas do entorno e da tradição edilícia local (modos de construir tradicionais).	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano e Ambiental ▪ Capacitação técnica de mão-de-obra local em edificações tradicionais ▪ Educação Ambiental Patrimonial
Aceleração dos processos de degradação do rio São Francisco e pressão sobre remanescentes de Caatinga e mata ciliar, unidades de conservação e ecossistemas	Aumento de fluxos turísticos e residentes como consequência da pavimentação da SE-405 no entorno do MONA Grota do Angico e, pressão sobre a Caatinga e	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Elaboração de Planos Diretores de desenvolvimento Urbano e Ambiental ▪ Programas de Educação Ambiental

de atração turística	sobre a mata ciliar do rio São Francisco	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Atendimento ao Plano de Manejo do M do Angico ▪ Elaboração do Plano de uso público do M Grotta do Angico ▪ Estudo de Capacidade de Carga ▪ Fortalecimento institucional de órgãos fi (ADEMA e SEMARH). ▪ Elaboração de planos de gestão integrad marítimas.
----------------------	--	---

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO PRODETUR NACIONAL NO ESTADO DE SERGIPE



Mapa ilustrativo de Sergipe – Pólos do Velho Chico e Costa dos Coqueiros (em destaque)

Resumo Executivo

REV. 00 – 13/01/2012

APRESENTAÇÃO

Este documento visa atender à solicitação da SETUR para o desenvolvimento da **Elaboração da Avaliação Ambiental Estratégia (AAE) do Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR Nacional do Estado de Sergipe.**

Aqui será apresentado um Resumo Executivo das atividades realizadas para a elaboração do AAE, apresentando as etapas e ações realizadas para o andamento dos trabalhos.

Aproveitamos para ressaltar que a AMBIENTEC dispõe de todos os recursos humanos, materiais e vasta experiência atuando a 22 anos na área ambiental tendo prestado vários serviços ao Estado e empresas de grande porte, com diversos trabalhos de relevância. O conhecimento que temos sobre as questões ambientais no Estado de Sergipe nos credencia para mais esse desafio, porquanto o supracitado estudo é importantíssimo para o desenvolvimento do turismo no Estado de Sergipe.

Prof. Dr. João Sampaio d'Avila
Ambientec Consultoria Ltda.
Diretor Presidente

IDENTIFICAÇÃO DA CONTRATADA

1. Empresa

Razão social: **AMBIENTEC CONSULTORIA LTDA.**

Endereço: Rua Carmópolis, 254
Edf Paulo Figueiredo, salas 1009-1013
Bairro: Centro CEP 49010-900
Aracaju-SE
Tel: (79) 3211-4133 / 9978-7981
e-mail: ambientec@infonet.com.br

CNPJ: 32.746.497/0001-88

Inscrição Municipal: 037.201-7

CREA-SE: 905/RF

2. Responsável Técnico

Nome: **João Sampaio d' Ávila**

Endereço: Rua Sílvio César Leite, 105 - Apto 1101
Bairro Salgado Filho CEP: 49020-060
Aracaju-SE
Celular (79) 9988-4344

C I: 101.801 - SSP/SE

CPF: 002.591.015 - 91

CREA-SE: 8.863/D

EQUIPE TÉCNICA

a) João Sampaio d'Ávila

Resp. Técnico / Doutor em Ciências

CREA-SE 8.863/D, CRQ 40815, 8ª Região

Celular (79) 9988-4344

b) Daniela Andrade de Oliveira Guimarães

Bióloga/Mestre em Ecologia

CRBio 46.630/5-D, 5ª Região

Celular (79) 9979-3723

c) Elisabeth Sobral de Melo Rambo

Engenheira Ambiental

CREA – SE 2709678640

CTF: 5283779

Celular (79) 9882-7424

d) Luís Ricardo Rodrigues de Araújo

Tecnólogo em Gestão do Turismo / Especialista em Gestão Ambiental

CRA - 6-0045

Celular: (79) 9914-0999

e) Josafá de Oliveira Filho

Engº Civil / Doutor em Estruturas

CREA-SE – 33115-D/5

Celular: (79) 8108-3239

f) Sara Juliana Santana Santos

Geografia

Celular: (79) 9953-5304

g) Juliana de Almeida Acioli

Bióloga / Especialista em Planejamento e Gestão Ambiental

CRBio 67.456/05-D

Celular: (79) 9801-7101

ÍNDICE ANALÍTICO

APRESENTAÇÃO.....	2
IDENTIFICAÇÃO DA CONTRATADA.....	3
EQUIPE TÉCNICA	4
ÍNDICE ANALÍTICO	5
1 Introdução.....	7
2 Descrição das Atividades	8
2.1 1ª Etapa: Linha de Base e Diagnóstico Ambiental.....	8
2.1.1 <i>Linha de Base.....</i>	8
2.1.2 <i>Consulta aos Atores Sociais.....</i>	9
2.1.3 <i>Diagnóstico Ambiental.....</i>	9
2.2 2ª Etapa: Identificação e Avaliação dos Impactos Potenciais.....	10
2.2.1 <i>Medidas Mitigadoras, Compensatórias ou Potencializadoras.....</i>	11
2.3 3ª Etapa: Construção e Avaliação de Cenários de Desenvolvimento Turístico.....	12
2.3.1 <i>Conclusões e Recomendações.....</i>	13
2.4 4ª Etapa: Avaliação e Monitoramento Ambiental do Programa	13
2.5 5ª Etapa Relatório Final Consolidado da AAE	13
2.5.1 <i>Resumo Executivo</i>	13
2.5.2 <i>Versão Preliminar da AAE</i>	13
2.5.3 <i>Validação da AAE.....</i>	14
2.5.4 <i>Versão Final da AAE</i>	14
3 Produtos da AAE	14
4 Plano de Ação.....	15
5 Cronograma	18
6 Desenvolvimento das Atividades	19
6.1 Resumo da Linha de Base	28
6.1.1 <i>Pólo Velho Chico</i>	28
6.1.2 <i>Pólo Costa dos Coqueirais</i>	37
6.2 Resumo do Diagnóstico	45
6.2.1 <i>Situação Geral dos Pólos.....</i>	45
6.2.2 <i>Oportunidades Oferecidas pelo Turismo para o Desenvolvimento dos Pólos</i> 46	
6.2.3 <i>Institucionalidade e Governança do Turismo.....</i>	47
6.2.4 <i>Fatores Críticos Internos e Externos que Condiçãoam o Desenvolvimento</i> <i>do Turismo nos Pólos.....</i>	47
6.3 Resumo da Avaliação de Impactos	49

7	Referências Bibliográficas.....	51
----------	--	-----------

1 Introdução

A Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) é um processo de identificação de impactos ambientais e de alternativas que os minimizem na implantação de políticas e projetos governamentais, estando, no caso específico desse trabalho, voltado para ações de turismo.

A AAE é a face da ‘avaliação de impacto ambiental’ que pode, no caso da realidade institucional brasileira, exercer importante papel no processo de desenvolvimento na maneira de se fazer avaliação de impacto ambiental, e, sobretudo, no uso da avaliação de impacto ambiental como instrumento de direcionamento do planejamento urbano.

No Brasil, a gestão dos impactos ambientais ocasionados pela atividade turística, geralmente, acontece em momentos tardios, ou seja, o estímulo ao turismo, via de regra, precede o planejamento (Lemos & Souza, 2010). Nessa discussão ganha destaque a necessidade de utilização de um instrumento que forneça oportunidade para avaliação de impacto ambiental em situações mais estratégicas como políticas, planos e programas.

A AAE, portanto, representa uma forma adotada para identificar o processo formal de avaliação, o mais cedo possível, dos impactos ambientais de decisões tomadas em políticas, planos e programas (Partidario, 1996). Além de possivelmente compensar algumas limitações dos estudos de impacto ambiental de projetos, a Avaliação Ambiental Estratégica é vista como um instrumento com grande potencial de promoção do desenvolvimento sustentável. Isso porque, segundo Therivel e Partidário (1996), essa ferramenta deve proporcionar a consideração de todas as implicações ambientais de planos governamentais e realçar o papel dessas políticas como indutoras de formas mais sustentáveis de desenvolvimento.

O propósito da AAE, portanto, é o de incorporar às tomadas de decisão a consideração, o mais cedo possível, das suas consequências ao meio ambiente e comunidades. Esse conceito considera como parte do processo a análise de alternativas, antes que haja comprometimento irreversível de recursos naturais e culturais para políticas, planos e programas (Clark, 2000).

Para atingi esses objetivos a presente AAE tem como etapas:

Linha de Base e Diagnóstico – Consiste na elaboração da linha de base e consolidação do diagnóstico, considerando os dados disponíveis no diagnóstico do PDITS, complementados com visitas a campo, com vistas à identificação dos fatores críticos e elementos centrais a serem considerados na construção dos cenários. Portanto, este diagnóstico deverá caracterizar: (a) o meio físico - solo, águas, ar, clima, recursos minerais e regime hidrológico; (b) o meio biológico: -fauna e flora; (c) o meio sócio econômico - uso e ocupação do solo; uso da água; estruturação sócio econômica da população; atributos históricos e culturais; organização da comunidade local.

Identificação e Avaliação dos Impactos Potenciais – Consiste na avaliação das ações já definidas, identificando e avaliando os possíveis impactos provenientes de sua implantação, sejam eles positivos ou negativos, considerando a dimensão ambiental, social, econômica e política.

Construção e Avaliação de Cenários de Desenvolvimento Turístico – Consiste no desenvolvimento de cenários dos espaços onde as ações serão implantadas, adotando-se a opção da não intervenção, a opção do PDTIS e uma terceira opção de sustentabilidade, levando em consideração a avaliação de impactos potenciais.

Avaliação e Monitoramento do Programa – Consiste no desenvolvimento de propostas de monitoramento e avaliação do desempenho do PRODETUR Nacional em Sergipe.

Versão Preliminar da AAE e Relatório Final Consolidado – Consiste na versão final do trabalho, com a apresentação dos dados consolidados apresentando as conclusões da Avaliação.

2 Descrição das Atividades

2.1 1ª Etapa: Linha de Base e Diagnóstico Ambiental

2.1.1 *Linha de Base*

Na descrição da linha de Base serão identificados os principais aspectos relacionados aos componentes e ações estratégicas do PDITS. A identificação se dará de forma a resguardar os pontos que de fato são importantes para a elaboração da AAE, separando os impactos que devem ser estudados daqueles que não apresentam relevância para o estudo.

Antes de dar início aos estudos e levantamentos bibliográficos e de campo para a construção da Linha de Base, serão definidas as áreas de influência direta e indireta (municípios ou outras áreas que possam ser influenciadas ou influenciem o turismo na região). A escolha dos limites geográficos das áreas de influência direta e indireta será justificada e acompanhada de mapeamento, em escala adequada.

Será então realizada uma caracterização atual do ambiente natural, ou seja, antes da implantação das ações previstas pelo PIDTS, considerando:

- as variáveis suscetíveis de sofrer direta ou indiretamente impactos;
- os fatores ambientais físicos, biológicos e antrópicos;
- informações cartográficas com as áreas de influência em escalas compatíveis com o nível de detalhamento dos fatores ambientais considerados.

Assim, a Linha de Base representará a qualidade atual dos Pólos e das áreas de abrangência das ações previstas no PDITS, indicando as principais

características dos diversos fatores que compõem o sistema ambiental, de forma a permitir o entendimento da dinâmica e das interações existentes entre os meios físico, biológico e socioeconômico da área afetada.

Os dados necessários para o levantamento da Linha de Base serão obtidos através do levantamento de dados secundários (inclusive do próprio PDITS), de informações cedidas pelo empreendedor e através de dados primários levantados pela Ambientec nas áreas de influência das ações programadas.

Cada tema terá seu diagnóstico realizado de acordo com suas especificidades e seguirá as instruções de levantamento de dados apresentadas no Termo de Referência deste trabalho.

2.1.2 *Consulta aos Atores Sociais*

A importância desta atividade se dá pela necessidade da obtenção de dados e informações que demonstrem a percepção dos atores locais no que diz respeito ao desenvolvimento regional, bem como demonstrar transparência no processo de planejamento do turismo nas regiões de influência das ações do PDITS.

Neste sentido, a seleção dos atores sociais relevantes deve ter como referência a representação das instituições governamentais, privadas e não governamentais previamente identificadas e agrupadas em conformidade com as ações e projetos dos PDITS de cada um dos Pólos.

A pesquisa será realizada por meio de um questionário elaborado, tendo com base a síntese das informações disponíveis do PDITS, contendo questões controversas relacionadas com as ações propostas.

Elaboração do questionário levará em consideração a sistematização dos dados do diagnóstico integrante dos PDITS, o que permitirá uma definição clara dos objetivos da pesquisa e do que se quer apreender, sempre observando o tamanho e a objetividade do questionário. Deverá ser trabalhada, então, uma perspectiva estratégica, selecionando temas e questões que, podem ser cruciais para cada município.

As entrevistas serão gravadas e documentadas através de registro fotográfico e outros recursos que se fizerem necessários. O texto final representará o resultado da opinião qualitativa dos atores sociais consultados.

2.1.3 *Diagnóstico Ambiental*

Ao fim dessa primeira etapa será elaborado um Diagnóstico Ambiental Consolidado que servirá de base para as análises necessárias nas etapas seguintes. Esse diagnóstico consistirá numa análise consolidada dos dados obtidos na elaboração da Linha de Base, levando em consideração o Programa como um todo.

O diagnóstico apresentará o enfoque analítico das ações, para cada Pólo, a partir da Linha de Base, complementado com os resultados da pesquisa aplicada com os atores sociais, identificando e caracterizando as condições e implicações ambientais, sociais e econômicas, expressando os desafios que envolvem a

implantação das ações, e indicando os fatores críticos internos e externos que condicionam a sustentabilidade do turismo para os Pólos.

2.2 2ª Etapa: Identificação e Avaliação dos Impactos Potenciais

Nessa fase serão identificados, a partir do diagnóstico, os possíveis aspectos e impactos relacionados às ações planejadas a partir do PDITS, delineando-se quadros prospectivos de uma qualidade ambiental futura.

A avaliação dos impactos será realizada considerando os fatores ambientais descritos pelo diagnóstico ambiental e contemplando as suas interações e características.

Uma vez caracterizado o elenco de impactos potenciais, estes serão agregados, de forma a permitir análise das consequências ambientais das diversas ações.

Para cada ação ou projeto, será apresentada a avaliação preliminar de potencialidades, fragilidades e riscos, bem como dos possíveis reflexos socioambientais, positivos e negativos.

Para isso, será procedida a identificação, avaliação e classificação dos impactos potenciais dos PDITS, conforme orientações estabelecidas no Termo de Referência, da seguinte forma:

- A. Impactos Diretos (positivos e negativos) - hierarquizados por grau de impacto e por área impactada (ambiental, social, econômica, cultural e institucional);*
- B. Impactos Indiretos ou Estratégicos (positivos e negativos) - hierarquizados por grau de impacto e por área impactada (ambiental, social, econômica, cultural e institucional);*
- C. Impactos Cumulativos/Sinérgicos (positivos e negativos) - analisados segundo a sua interação, cumulatividade e sinergismo. Para o levantamento destes impactos, será necessária uma abordagem global, sistêmica do conjunto de ações e suas interações;*
- D. Fatores Críticos Internos e Externos - os fatores críticos internos e externos correspondem aos elementos ou aspectos que não são necessariamente impactos, mas que são importantes para compor o contexto em que serão construídos e descritos os cenários de desenvolvimento, possibilitando que sua análise possa ser elaborada com maior precisão, com base em algumas variáveis de contorno, indicativas das tendências do setor, como, por exemplo, as taxas nacionais e internacionais de crescimento do turismo (externos) ou a estrutura logística local (internos).*

Métodos de Avaliação de Impactos Ambientais (AIA) são mecanismos estruturados para coletar, analisar, comparar e organizar informações e dados sobre os impactos ambientais de uma dada proposta de empreendimento ou ação. Esses

métodos empregam uma ou outra forma de classificação dos elementos e atributos ambientais.

A classificação, bem como a escolha das variáveis relevantes e dos indicadores de impactos, deve ser compatibilizada às peculiaridades dos sistemas ambientais afetados e aos impactos potenciais da ação.

Para a identificação e avaliação dos impactos ambientais utilizados os seguintes métodos de AIA:

a) Identificação dos Impactos:

Matrizes qualitativas, contendo como argumentos as Atividades, Aspectos Ambientais e Impactos Associados;

b) Classificação dos impactos:

Matrizes qualitativas, contendo a Ação Impactante e os Impactos correspondentes, classificando-os para cada um dos atributos ambientais (ambiental, social, econômica, cultural e institucional) afetados: o tipo, a natureza, a periodicidade, o efeito do impacto, a reversibilidade e alcance dos impactos.

c) Avaliação dos Impactos:

Matrizes modificadas de Leopold, considerando os parâmetros e avaliando os impactos quanto a sua magnitude e importância, totalizando os impactos por ações e atributos, usando uma mesma escala arbitrária.

Essas metodologias usadas para o entendimento e controle dos processos potencialmente poluidores permitirão a qualificação e quantificação dos impactos, identificando os mais importantes através de abordagens multi e interdisciplinares.

As matrizes se complementam de tal forma, que ao interpretá-las o ter-se-á entendimento completo das principais ações, aspectos ambientais e impactos associados, sendo possível a descrição do prognóstico ambiental. Embora a valoração tenha um certo nível de subjetividade, sem dúvida este é um esforço para quantificar os impactos através de uma escala arbitrária.

Após essa análise serão descritas as mais significativas mudanças, que podem ser mitigadas, compensadas ou potencializadas, potencialmente provocadas pelas ações em relação às questões físicas, bióticas e sociais (englobando as temáticas econômica, cultural e institucional).

2.2.1 Medidas Mitigadoras, Compensatórias ou Potencializadoras

No planejamento das medidas mitigadoras, serão identificadas iniciativas que devem ser desenvolvidas nas diversas fases da implementação das ações, visando a tomada de posição antes que o problema ocorra, isto é, agir de forma preventiva. A avaliação das medidas mitigadoras necessárias será realizada a partir dos potenciais Impactos Ambientais levantados na etapa anterior.

Para os impactos considerados positivos, serão propostas iniciativas para a sua potencialização, visando sempre a proteção do meio ambiente e a sustentabilidade.

Para apresentar as Medidas Mitigadoras, Compensatórias ou Potencializadoras propostas para os aspectos/impactos ambientais gerados pelas ações será elaborada uma tabela de acordo com o modelo da Tabela 1.

Tabela 1 – Modelo de tabela para apresentação de medidas mitigadoras, compensatórias e/ou potencializadoras.

Fase: Construção

AÇÃO	ASPECTOS	IMPACTOS	MEDIDAS MITIGADORA, COMPENSATÓRIAS OU POTENCIALIZADORAS

2.3 3ª Etapa: Construção e Avaliação de Cenários de Desenvolvimento Turístico

A partir do mapeamento dos fatores críticos, inicia-se a fase de construção e avaliação de cenários futuros do PRODETUR nos Pólos do Velho Chico e Costa dos Coqueirais e tem início com a proposta de Visão de Futuro, ou seja, o futuro desejado para cada uma das regiões que constituem os Pólos e os Objetivos de Sustentabilidade (os meios propostos para se atingir um futuro sustentável), construídos a partir da expectativa dos atores sociais e governo, envolvidos na realização da AAE.

Do diagnóstico realizado nos Pólos e da avaliação de impactos potenciais surgirão as prioridades, desafios e recomendações que irão fixar o futuro do turismo sustentável nos Pólos. Com base nesse conjunto serão definidos os futuros prospectados e desejados.

De acordo com Termo de Referência o estudo de Cenários será iniciado com a construção do Cenário de Referência (CR), ou seja, uma projeção da situação atual decorrentes da caracterização do ambiente indicada na Linha de Base e no Diagnóstico Estratégico sem, portanto, ser considerada a hipótese de implementação do Programa; seguido do Cenário de Desenvolvimento PRODETUR (CDP): compreendendo a projeção das tendências decorrentes da implementação do Programa, contendo a identificação das mudanças que seriam introduzidas no ambiente e sua avaliação do ponto de vista da contribuição que fará à economia do turismo e ao desenvolvimento sustentável dos Pólos, Regiões e Municípios contemplados no Programa, assim como as interações com outras regiões do estado e/ou outras Regiões do país. Por fim, a partir da realização de uma avaliação comparativa dos dois cenários anteriores, será construído o Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade (CDS), no qual são explicitadas as recomendações:

- De ajustes, correções e ações complementares que devem ser introduzidas no Programa;

- De medidas e instrumentos que o complementem, seja em termos de regulação, gestão pública, mitigação de impactos, indução de vetores de transformação do espaço etc.; e
- De ajustes / complementações nos respectivos PDITS.

2.3.1 Conclusões e Recomendações

Consiste na construção de alternativas/recomendações para as ações, visando à minimização dos principais impactos identificados e visualizados nos cenários, de forma a compor alternativas mais adequadas, levando em consideração os pressupostos de sustentabilidade. Assim, com base na avaliação dos impactos ambientais, serão recomendadas medidas que venham a minimizá-los ou eliminá-los, ou, no caso de impactos positivos, maximizar-los.

As conclusões e recomendações serão elaboradas de forma a permitir visualizar todas as etapas do trabalho, o que irá subsidiar as propostas de monitoramento, estruturada de forma similar ao processo de avaliação de impacto ambiental, pressupondo o estabelecimento de parâmetros e indicadores de desempenho dos PDITS e dos resultados ambientais obtidos pelos Planos.

2.4 4ª Etapa: Avaliação e Monitoramento Ambiental do Programa

Nessa fase será feita a recomendação de programas de acompanhamento e monitoramento de indicadores de desempenho do PDITS bem como da implementação das recomendações feitas na AAE.

Os programas serão indicados levando-se em consideração a identificação e avaliação dos Impactos Ambientais e terão como escopo mínimo a apresentação dos objetivos, métodos e periodicidade de execução.

2.5 5ª Etapa Relatório Final Consolidado da AAE

2.5.1 Resumo Executivo

O resumo executivo dará início ao Relatório Preliminar e irá conter uma síntese do documento, abrangendo todos os trabalhos realizados e os principais resultados alcançados pelo estudo.

2.5.2 Versão Preliminar da AAE

A Versão Preliminar da AAE conterá todos os itens previstos na Termo de Referência e apresentados nos itens acima, sendo o mesmo submetido à Validação para que possa ser concluído.

2.5.3 *Validação da AAE*

Encerrada as atividades relacionadas à 4ª etapa e consolidado a versão preliminar, o trabalho será exposto para os membros do Conselho Estadual de Turismo e atores sociais relevantes para debate, com objetivo de dar publicidade processo e .de receber o máximo de contribuições possível para a conclusão da AAE.

Os comentários, sugestões e restrições apontadas no debate serão avaliadas e incorporadas na versão final da AAE.

2.5.4 *Versão Final da AAE*

O Relatório Final da AAE será um documento completo, conciso e tecnicamente embasado pelas etapas apresentadas acima e incorporará os itens indicados no Termo de Referência.

3 Produtos da AAE

Os produtos listados abaixo seguem a indicação do Termo de Referência, levando em consideração a real seqüência das atividades.

Produto 1:

- Plano de Trabalho com cronograma físico de execução dos trabalhos.

Produto 2:

- Levantamento da Linha de Base e Diagnóstico.

Produto 3:

- Identificação e Avaliação de Impactos Ambientais Potenciais;
- Medidas Mitigadoras, Compensatórias ou Potencializadoras.

Produto 4:

- Construção e Avaliação de Cenários de Desenvolvimento Turístico;
- Conclusões e Recomendações.
- Monitoramento e Avaliação Ambiental do Programa

Produto 5:

- Resumo Executivo;
- Versão Preliminar da AAE;

Produto 6:

- Versão Final da AAE.

4 Plano de Ação

ETAPAS	O QUE FAZER (Atividades)	PORQUE FAZER	COMO FAZER	COMO MEDIR (Indicadores)	QUANDO FAZER (Mês)	COORDENADOR/ RESPONSÁVEL	EQUIPE
1. Linha de Base e Diagnóstico	1.1 Apresentar os limites geográficos das áreas de influência direta e indireta do PDITS	Para identificar as áreas que serão direta e/ou indiretamente afetadas pelos potenciais impactos das ações	<ul style="list-style-type: none"> Através de análises dos potenciais impactos causados aos meios físico, biótico e antrópico 	<ul style="list-style-type: none"> Tempo execução/tempo estimado segundo Cronograma Áreas de influência estabelecidas 	2 - 4	Daniela Guimarães	Toda a equipe de acordo com sua formação – etapa multidisciplinar
	1.2 Caracterização dos Aspectos Ambientais	Para realizar o diagnóstico do meio biótico das áreas de influência das ações	<ul style="list-style-type: none"> Através da caracterização ambiental dos ecossistemas (dados primários e secundários) 	<ul style="list-style-type: none"> Tempo execução/tempo estimado segundo Cronograma 	2 - 4	Daniela Guimarães	Daniela / Elisabeth e Juliana
	1.3 Contexto Geral do Turismo nos Pólos	Para realizar o diagnóstico das condições atuais dos Pólos	<ul style="list-style-type: none"> Através da caracterização turística dos Pólos (dados primários e secundários) 	<ul style="list-style-type: none"> Tempo execução/tempo estimado segundo Cronograma 	2 - 4	Luis Ricardo	Luis Ricardo
	1.4 Fazer levantamento do meio sócioeconômico	Para realizar o diagnóstico do meio antrópico das áreas de influência das ações	<ul style="list-style-type: none"> Através da caracterização das atividades econômicas, condições de vida, sistema viário, etc 	<ul style="list-style-type: none"> Tempo execução/tempo estimado segundo Cronograma 	2 - 4	Sara	Maria Antônia

MINISTÉRIO DO TURISMO/SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO-SE/PRODETUR/AMBIENTEC – AAE: PÓLOS VELHO CHICO E COSTA DOS COQUEIRAIS

ETAPAS	O QUE FAZER (Atividades)	PORQUE FAZER	COMO FAZER	COMO MEDIR (Indicadores)	QUANDO FAZER (Mês)	COORDENADOR/ RESPONSÁVEL	EQUIPE
	1.5 Analisar as inter-relações do PDITS com a legislação ambiental, turística e normas técnicas pertinentes	Para que toda a legislação pertinente sejam atendidas	<ul style="list-style-type: none"> Através de levantamento da legislação federal, estadual e municipal, além das normas técnicas relacionadas à AAE 	<ul style="list-style-type: none"> Tempo execução/tempo estimado segundo Cronograma 	2 - 4	Daniela Guimarães	Daniela, Elisabeth Sara, Juliana e Luis Ricardo
2. Identificação e Avaliação de Impactos	2.1 Identificar, classificar e interpretar os prováveis impactos causados pelas ações	Para que possam ser estabelecidas medidas mitigadoras	<ul style="list-style-type: none"> Através do uso de matrizes qualitativas 	<ul style="list-style-type: none"> Tempo execução/tempo estimado segundo Cronograma 	2 - 5	Elisabeth Rambo	Toda a equipe de acordo com sua formação – etapa multidisciplinar
	2.2 Medidas Mitigadoras e Compensatórias	Para criar mecanismos de mitigação dos possíveis impactos causados pelas ações	<ul style="list-style-type: none"> Através da análise dos impactos ambientais mais significativos 	<ul style="list-style-type: none"> Tempo execução/tempo estimado segundo Cronograma 	2 - 5	Daniela Guimarães	Toda a equipe de acordo com sua formação – etapa multidisciplinar
3. Construção de Cenários	3.1 Cenários Turísticos	Para realizar projeções futuras para os Pólos	<ul style="list-style-type: none"> Avaliando as tendências com e sem a implantação das ações 	<ul style="list-style-type: none"> Tempo execução/tempo estimado segundo Cronograma 	4 - 5	Luis Ricardo	Toda a equipe de acordo com sua formação – etapa multidisciplinar
4. Avaliação e Monitoramento do Programa	4.1 Estabelecer planos e programas de monitoramento	Para monitorar a evolução do programa e os impactos das ações	<ul style="list-style-type: none"> Através da análise dos impactos ambientais mais significativos 	<ul style="list-style-type: none"> Tempo execução/tempo estimado segundo Cronograma 	4 - 5	Daniela Guimarães	Toda a equipe de acordo com sua formação – etapa multidisciplinar

MINISTÉRIO DO TURISMO/SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO-SE/PRODETUR/AMBIENTEC – AAE: PÓLOS VELHO CHICO E COSTA DOS COQUEIRAIS

ETAPAS	O QUE FAZER (Atividades)	PORQUE FAZER	COMO FAZER	COMO MEDIR (Indicadores)	QUANDO FAZER (Mês)	COORDENADOR/ RESPONSÁVEL	EQUIPE
4.Consolidação da AAE	4.1 Resumo Executivo	Para obter uma síntese do documento final	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentando os trabalhos realizados e os principais resultados alcançados pelo estudo 	Tempo execução/tempo estimado segundo Cronograma	6	Daniela Guimarães	Toda a equipe de acordo com sua formação – etapa multidisciplinar
	4.2 Versão Preliminar da AAE	Para submeter o documento à validação	<ul style="list-style-type: none"> • Organizar documento de forma a conter todos os itens previstos na Termo de Referência 	<ul style="list-style-type: none"> • Tempo execução/tempo estimado segundo Cronograma • 	6	Daniela Guimarães	Toda a equipe de acordo com sua formação – etapa multidisciplinar
	4.3 Validação da AAE	Para dar publicidade ao processo de elaboração do trabalho e gerar discussão	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentar o trabalho para membros do Conselho Estadual de Turismo e atores sociais relevantes 	<ul style="list-style-type: none"> • Tempo execução/tempo estimado segundo Cronograma 	6	Daniela Guimarães	Toda a equipe de acordo com sua formação – etapa multidisciplinar
	4.4 Organizar os elementos que compõem o trabalho, apresentando conclusões gerais sobre o estudo (Versão Final da AAE)	Para finalizar a Avaliação Ambiental Estratégica	<ul style="list-style-type: none"> • Através da junção integrada de todos os dados e elementos que fazer parte da AAE 	<ul style="list-style-type: none"> • Tempo execução/tempo estimado segundo Cronograma 	6	João d'Avila	Daniela Guimarães

5 Cronograma

ESTAPAS/ ATIVIDADES	O QUE FAZER?	MÊS					
		1	2	3	4	5	6
Plano de Trabalho	Apresentar a metodologia de desenvolvimentos dos trabalhos						
Linha de Base e Diagnóstico	Apresentar os limites geográficos das áreas de influência direta e indireta do PDITS						
	Caracterização dos Aspectos Ambientais						
	Contexto Geral do Turismo nos Pólos						
	Fazer levantamento do meio sócioeconômico						
	Analisar as inter-relações do PDITS com a legislação ambiental, turística e normas técnicas pertinentes						
Identificação e Avaliação de Impactos	Identificar, classificar e interpretar os prováveis impactos causados pelas ações						
	Medidas Mitigadoras e Compensatórias						
Construção de Cenários	Cenários Turísticos						

Avaliação e Monitoramento do Programa	Estabelecer planos e programas de monitoramento						
	Resumo Executivo						
	Versão Preliminar da AAE						
	Validação da AAE						
	Organizar os elementos que compõem o trabalho, apresentando conclusões gerais sobre o estudo (Versão Final da AAE)						

6 Desenvolvimento das Atividades

Como descrito acima, diversas etapas compõem esse trabalho e aqui apresentamos um resumo dos resultados das atividades já realizadas até o momento.

Em 09 de setembro de 2011 foi entregue o Produto 1, que se refere ao Plano de Trabalho e Apresentação da Reunião de Nivelamento.





Depois da entrega desse produto deu-se início às atividades de campo necessárias à elaboração do Produto 2 – Linha de Base e Diagnóstico. Essa se trata da etapa mais extensa da AAE e encontra-se em fase conclusão.







Em paralelo à elaboração da Linha de Base está sendo elaborada a Identificação e Avaliação de Impactos.

A elaboração dos demais produtos será iniciada após a conclusão da Linha de Base e da Avaliação de Impactos.







Foram realizadas visitas aos municípios que receberão as ações do PRODETUR no sentido de avaliar as condições ambientais, físicas, socioculturais e de turismo das regiões da área de influência







Abaixo apresentamos um resumo ilustrativo das visitas técnicas realizadas:

Local visitado:	Canindé do São Francisco
Data:	22/08/2011
Fotos	
	
Local visitado:	Poço Redondo (Pov. Curralinho)
Data:	23/08/2011
Fotos	
	
Local visitado:	Poço Redondo (Pov. Bom Sucesso)
Data:	23/08/2011
Fotos	

			
Local visitado:		Gararu	
Data:		23/08/2011	
Fotos			
			
Local visitado:		Propriá	
Data:		24/08/2011	
Fotos			
			
Local visitado:		Barra dos Coqueiros	
Data:		25/08/2011	
Fotos			

**MINISTÉRIO DO TURISMO/SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO-SE/PRODETUR/AMBIENTEC –
AAE: PÓLOS VELHO CHICO E COSTA DOS COQUEIRAIS – RESUMO EXECUTIVO**







			
Local visitado:		Aracaju	
Data:		29/08/2011	
Fotos			
			
Local visitado:		Itaporanga D'Ajuda	
Data:		30/08/2011	
Fotos			
			
Local visitado:		São Cristóvão	
Data:		30/08/2011	
Fotos			

			
Local visitado:		Santa Luzia Itanhi	
Data:		31/08/2011	
Fotos			
			
Local visitado:		Indiaroba	
Data:		01/09/2011	
Fotos			
			
Local visitado:		Pirambu	
Data:		02/09	
Contato:		Coordenador de turismo do Município – Daniel Machado	
Fotos			

**MINISTÉRIO DO TURISMO/SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO-SE/PRODETUR/AMBIENTEC –
AAE: PÓLOS VELHO CHICO E COSTA DOS COQUEIRAIS – RESUMO EXECUTIVO**

			
Local visitado:		Nossa Senhora da Glória	
Data:		06/09	
Contato:		Secretário Municipal de Turismo – Rinaldo Lima da Silva	
Fotos			
			
Local visitado:		Canindé de São Francisco	
Data:		06/09	
Contato:		Secretária Municipal de Turismo – Sílvia Oliveira (não compareceu ao encontro)	
Fotos			

**MINISTÉRIO DO TURISMO/SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO-SE/PRODETUR/AMBIENTEC –
AAE: PÓLOS VELHO CHICO E COSTA DOS COQUEIRAIS – RESUMO EXECUTIVO**

	
Local visitado:	Propriá
Data:	15/09
Contato:	Secretário de turismo de Propriá - Charles Souza Secretário de Cultura e Meio Ambiente – José Alberto Amorim
Fotos	
	
Local visitado:	Santana de São Francisco
Data:	15/09
Contato:	Secretário de Turismo - Hugo Alexandre
Fotos	
	

Local visitado:	Estância
Data:	16/09
Contato:	Secretário de Urbanismo e Meio Ambiente - Everaldo Carvalho Silva Secretário de Obras e urbanismo - José Nilton Oliveira Barreto Secretário de Turismo e Comunicação Social - Luiz Carlos Dussantus (o encontro com o Sr. Luiz Carlos ocorreu em Aracaju – 23/09)
Fotos	
Não houve registro fotográfico	
Local visitado:	Indiaroba
Data:	16/09
Contato:	Secretário responsável não compareceu ao encontro
Fotos	
	
Local visitado:	Brejo Grande
Data:	20/09
Contato:	Secretaria de turismo - Manso Pinheiro
Fotos	

**MINISTÉRIO DO TURISMO/SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO-SE/PRODETUR/AMBIENTEC –
AAE: PÓLOS VELHO CHICO E COSTA DOS COQUEIRAIS – RESUMO EXECUTIVO**



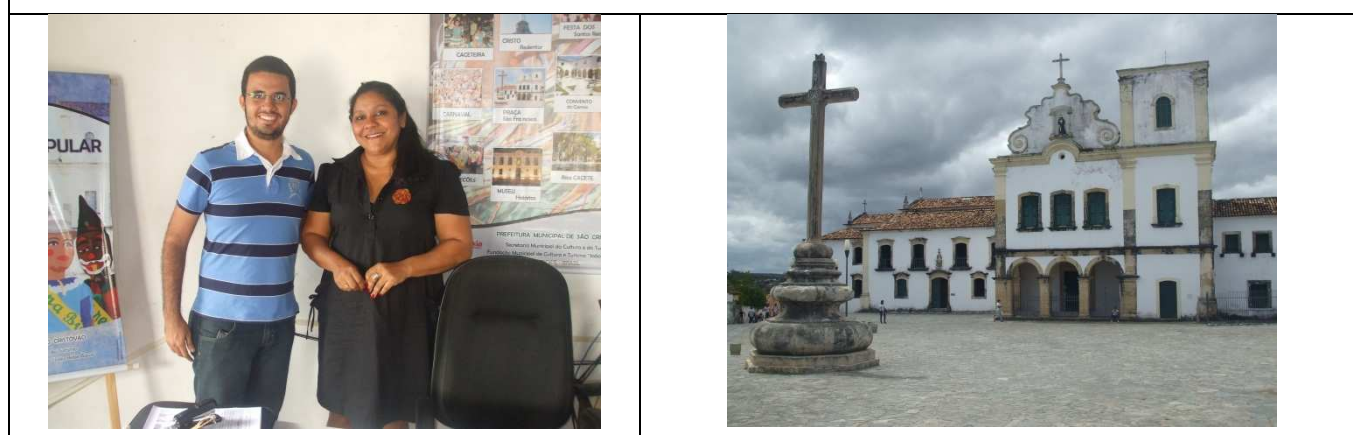
Local visitado:	Laranjeiras
Data:	21/09
Contato:	Secretário de Cultura - Irineu Silva Fontes Júnior

Fotos



Local visitado:	São Cristóvão
Data:	21/09
Contato:	Diretora de Turismo de São Cristóvão - Silene Lazarito Alves

Fotos



Local visitado:	Pcatuba
Data:	29/09
Contato:	Secretaria de turismo - Claudionor dos Santos Bispo
Fotos	
Não houve registro fotográfico	

6.1 Resumo da Linha de Base

6.1.1 *Pólo Velho Chico*

6.1.1.1 Meio Físico

Em Sergipe, como no país, há uma concentração de terra nas mãos de poucos e um grande número de pequenos agricultores com áreas de reduzidas dimensões, havendo, portanto, uma má distribuição da terra no espaço rural. Essa alta concentração tem sido responsável por inúmeros conflitos na luta pela posse da terra, resultando em vários assentamentos rurais que têm minimizado as carências dos trabalhadores. Esses assentamentos estão espalhados em diversos municípios, possuindo uma concentração representativa no Pólo Velho Chico, principalmente nos municípios de Poço Redondo e Canindé do São Francisco, quando comparado ao resto do estado.

O Pólo Velho Chico é marcado basicamente por uma continuidade demográfica, sendo em geral a maior parte dos municípios pouco densa, apresentando menos de 50 hab/km. Alguns municípios, como Ilha das Flores e Propriá, merecem destaque por apresentarem de 200 a 548 hab/km². A Figura 1 apresenta todos os municípios inseridos no Pólo.

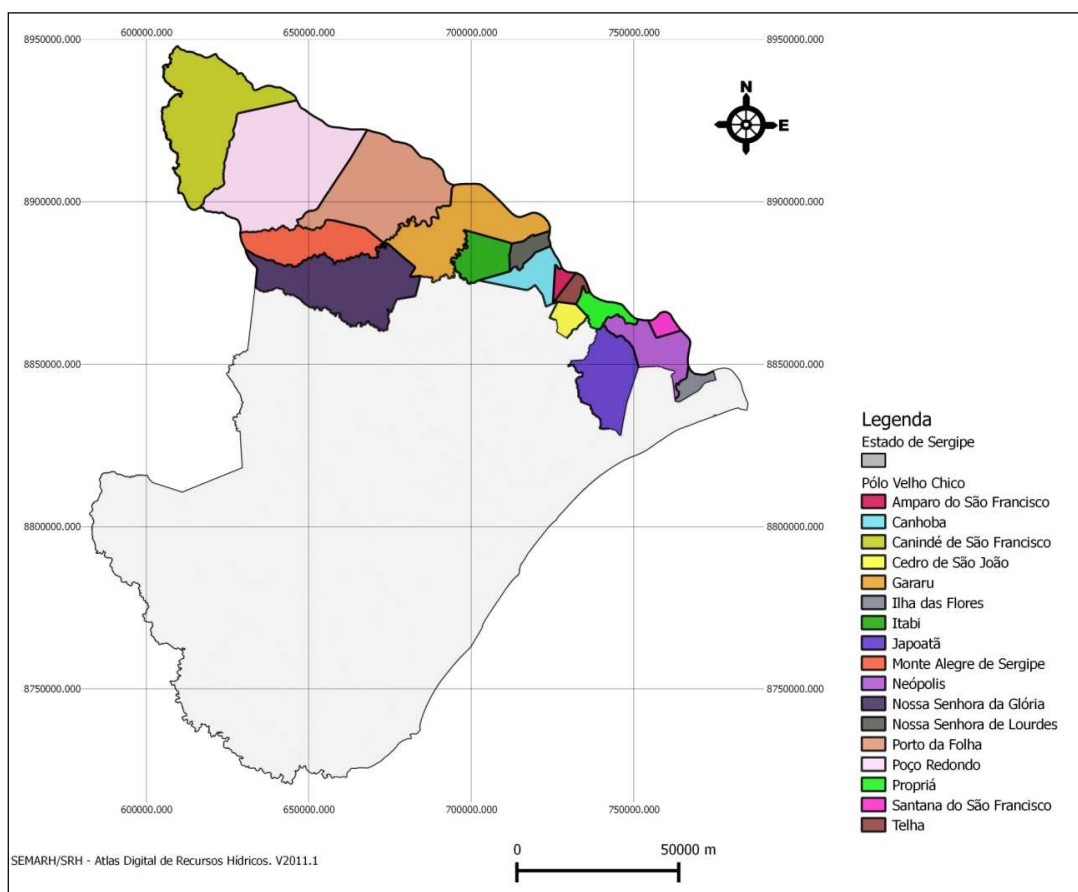


Figura 1 - Municípios pertencentes ao Pólo Velho Chico

A divisão climática no Pólo, observada através da (Figura 2), corresponde em sua maioria ao clima semi-árido, do tipo BShi de acordo com a classificação de Köppen, caracterizado por possuir uma estação seca no verão, uma evapotranspiração potencial média anual superior à precipitação média anual, temperaturas sempre superiores a 18°C e amplitude térmica mensal menor que 5°C, mesmo em condições diferentes de latitude, distância do oceano ou de regime pluviométrico.

A precipitação pluviométrica concentra-se nos meses de abril a julho, enquanto que as mínimas ocorrem entre os meses de novembro a fevereiro. É marcada por baixos índices, os menores do Estado, em torno de 600 a 900 mm/ano em basicamente todo o Pólo, sendo um pouco mais elevada, na faixa de 900 a 1200 mm/ano em municípios mais próximos ao litoral, como por exemplo, Ilha das Flores, Neópolis, Santana do São Francisco e Japoatã.

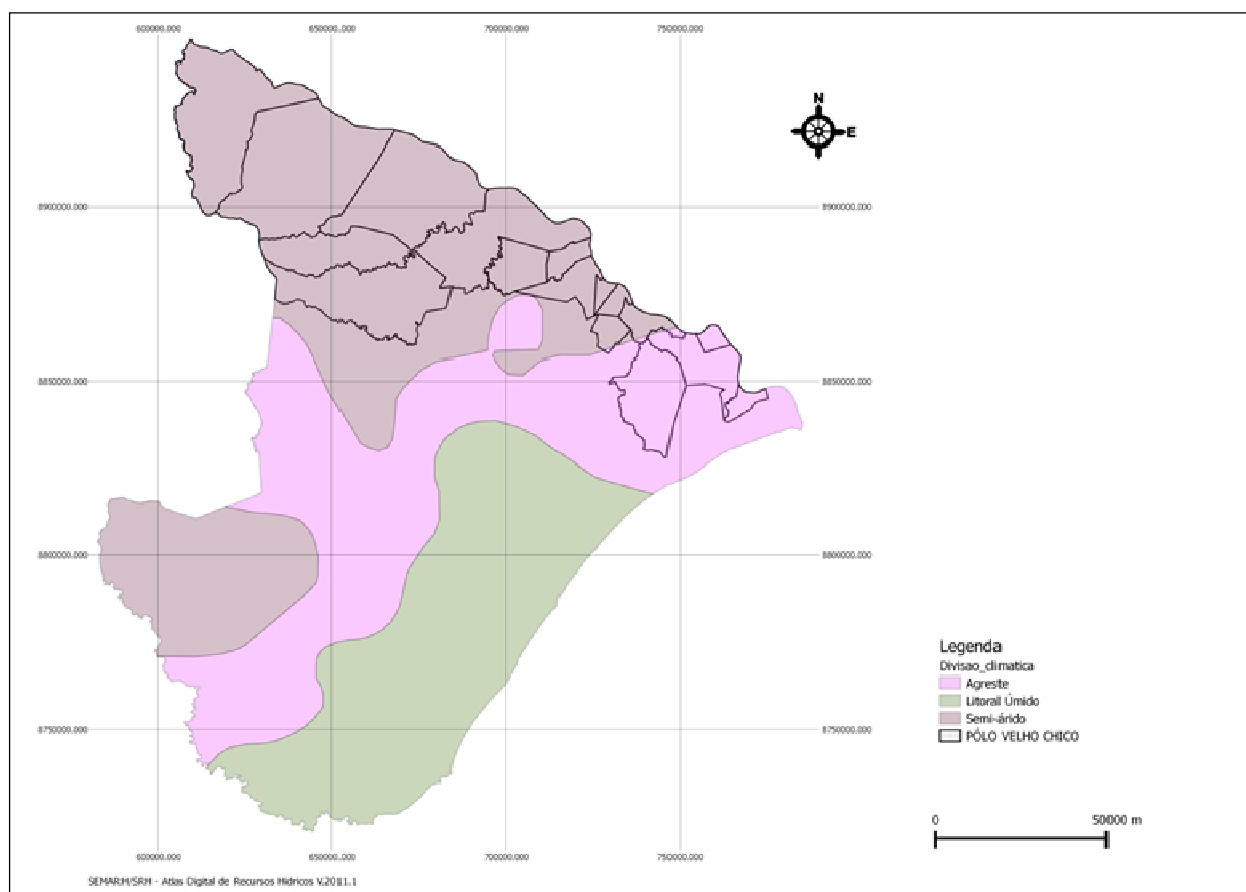


Figura 2 - Divisão Climática do Pólo Velho Chico

Na geologia do Pólo são reconhecidas rochas da Faixa de Dobramentos Sergipana e das Bacias Sedimentares de Sergipe e Tucano, além das Formações Superficiais. Podem ser identificados como pertencentes a Faixa de Dobramentos Sergipana, o Domínio Poço Redondo, o Domínio Macureré, o Domínio Marancó, e o Domínio Canindé. Fazem parte dessa faixa abundantes corpos de granitóides, metassedimentos, migmatitos e rochas de natureza vulcano-sedimentar. Já as formações superficiais encontram-se basicamente nos municípios de Ilha das Flores, Neópolis, Japoatã e Santana do São Francisco.

Litologicamente, o Domínio Macuré é composta por rochas xistosas, de coloração cinza, e castanho quando intemperizadas, granulometria fina a média. São macaxistos dominantes, metagrauvacas e filitos pertencentes à Formação Traipu – Jaramataia (Grupo Macureré). A presença de abundantes corpos intrusivos de granitóides tipo Coronel João Sá, de posicionamento tardi e pós-tectônico e idade aproximada de 8778 milhões de anos, é bastante característica neste Grupo.

A estrutura dominante é a Falha de Belo Monte – Jeremoabo, que corta a porção inferior da área estudada na direção NE-SW. É uma descontinuidade estrutural profunda, que colocou os Domínios Macureré e Canindé-Marancó lado a lado, apesar de representarem níveis crustais e histórias geológicas diversas.

O Domínio Canindé é caracterizado litologicamente pela presença de migmatitos e complexos metavulcano – sedimentares, englobando os Complexos Canindé e Marancó. São atravessados ainda, por intrusivas de caráter ácido,

intermediário, básico e ultrabásico, representadas pelos granitóides tipos Serra Negra, Sítios Novos, Serra do Catu e Xingó, e pela Suite Intrusiva Canindé.

Os Migmatitos Poço Redondo ocorrem em uma faixa de direção aproximadamente paralela ao rio São Francisco, que estende-se desde a Serra das Salinas, junto à divisa entre Sergipe e Bahia, até próximo à Falha de Belo Monte – Jeremoabo, no município de Monte Alegre.

O Pólo está praticamente inserido na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (Figura 3), sendo uma área com padrão dendrítico, orientando-se no sentido NNE, voltada para o Rio São Francisco, que nesse trecho corre parcialmente encaixado num “canyon”, ocupado pelo lado da Hidrelétrica de Xingó, construída entre os Municípios de Canindé do São Francisco-SE e Piranhas-AL.

A partir do seu afluente Xingó até a foz, o Rio São Francisco serve de limite entre os estados de Sergipe e Alagoas numa extensão de 236Km. Sua bacia ocupa 29% da superfície do Estado. Além da barragem e reservatório do Xingó e do extenso canyon, a foz do Rio São Francisco chama a atenção pela variedade de paisagens formadas pelo seu delta, que se inicia a jusante da cidade de Penedo e se alarga em direção à praia, por onde se estende por cerca de 35Km em território sergipano.

No território sergipano, a sub-bacia do Curitiba abrange uma área de 202,6 Km², pertencente ao Município de Canindé do São Francisco.

A sub-bacia das Onças, com superfície de 403,2Km² está inserida nos municípios de Canindé do São Francisco e Poço Redondo. Nessa sub-bacia está inserida a sede municipal de Canindé do São Francisco, cidade planejada, construída pela Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco, para realocação da população da sede velha que era localizada às margens do rio São Francisco, onde foi instalado o canteiro de obras da Hidrelétrica de Xingó.

A Sub-bacia do jacaré, com 879,4 Km², ocupa parte dos municípios de Canindé do São Francisco e Poço Redondo. O Rio jacaré atravessa a cidade de Poço Redondo, separando o sítio urbano em duas áreas de edificação bastante distintas: uma mais antiga e outra de ocupação bastante recente.

A sub-bacia de Campos Novos, 1.092,7Km² abrange parte dos municípios de Poço Redondo e Porto da Folha.

A maior das sub-bacias, a do Capivara, com 1.897,7 Km², é a que abrange território de um número maior de municípios: Porto da Folha, Monte Alegre de Sergipe, Gararu e Nossa Senhora da Glória.

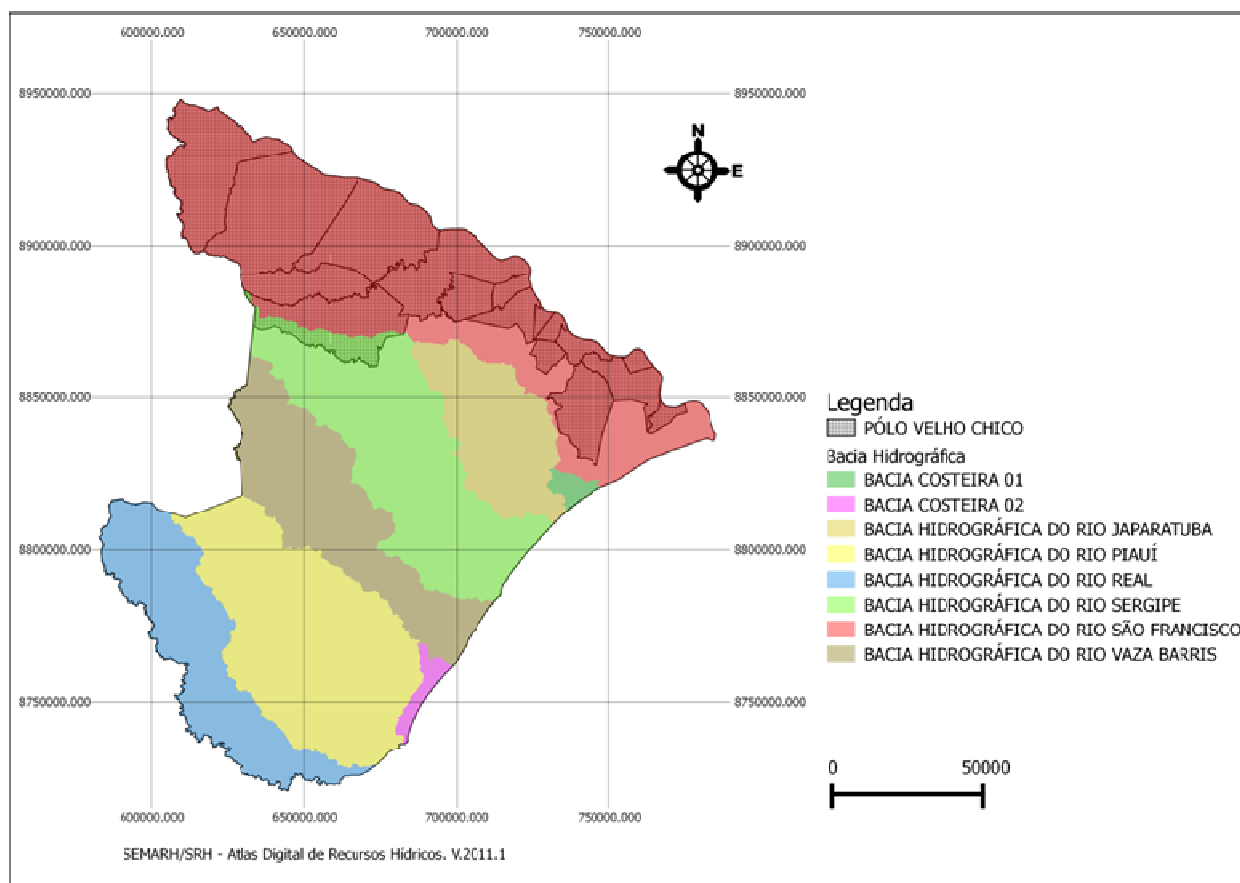


Figura 3 - Bacias Hidrográficas – Pólo Velho Chico

6.1.1.2 Meio Biótico

O Pólo Velho Chico tem seus municípios localizados no bioma Caatinga e Mata Atlântica, sendo este primeiro o bioma mais representativo da região (Figura 4).

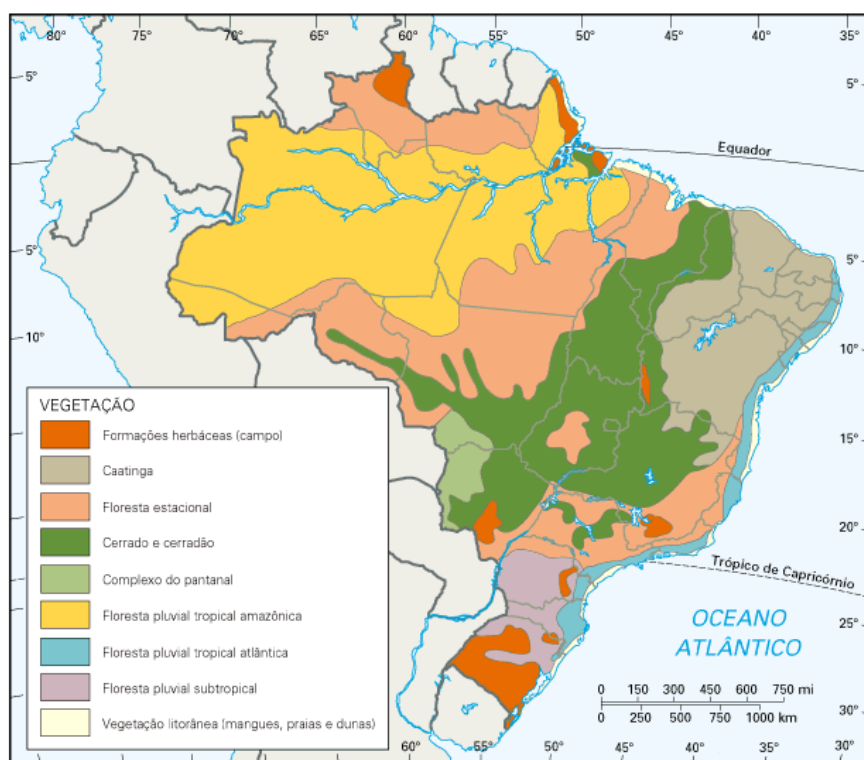


Figura 4 - Mapa de distribuição da vegetação do Brasil.

A Caatinga é um bioma com ocorrência restrita ao Brasil (endêmico), e apesar de sua importância sócio-econômica e de estar submetida há muitas décadas a intensa e predatória exploração de seus recursos naturais é pouco protegida e estudada. A paisagem mais comum da Caatinga é a que ela apresenta durante a seca. Apesar do aspecto seco das plantas, todas estão vivas; apenas perderam as folhas para suportar a falta de água. Mesmo durante a seca, a vida animal também é rica e diversificada. Contudo, é após as chuvas que a diversidade animal e vegetal das caatingas se torna evidente. As plantas florescem e os animais se reproduzem, deixando descendentes que já possuem adaptações para suportar o longo período de seca seguinte.

As ações do PRODETUR no Pólo Velho Chico encontram-se situadas no domínio da Caatinga. Em diversos trechos esse bioma pode ainda ser encontrado bastante preservado, como a exemplo das áreas adjacentes ao povoado Curralinho em Poço Redondo, ou mesmo em forma manchas raras e isoladas, como no caso do entorno da sede do município de Canindé do São Francisco.

Uma avaliação feita pelo Ministério do Meio Ambiente em 2002 (MMA/SBF, 2002) sobre áreas prioritárias para conservação no Brasil apresentou uma iniciativa pioneira nesse sentido para o bioma Caatinga. Os resultados apontam para a falta de conhecimento sobre a fauna e flora local, refletindo a pouca quantidade de estudos realizados para o bioma. Para os Estado de Sergipe, principalmente para Canindé do São Francisco, os resultados do estudo apontam a existência de áreas de alto grau de prioridade para conservação da flora local e ainda a existência de áreas de alto grau de

prioridade para conservação de répteis e anfíbios (figura), mamíferos (figura) e para informações insuficientes com relação a invertebrados (figura) e aves (figura).

Nessa região foi criado o Monumento Natural Grotta do Angico, uma Unidade de Conservação (UC) estadual instituída através do Decreto 24.922 de 21 de dezembro de 2007. A UC está situada no Alto Sertão Sergipano, a cerca de 200 km de Aracaju, entre os municípios de Poço Redondo e Canindé de São Francisco, às margens do Rio São Francisco.

Estudos sobre aves são recentes para a UC, mas já apresentam resultados que apontam para a importância da preservação da caatinga. Ruiz-Esparza et al. (2011) identificaram 140 espécies de aves, sendo que dessas 14 são endêmicas do Brasil, nove são endêmicas da caatinga e uma (*Herpsilocmus pectoralis*) listada pela IUCN (International Union for Conservation of Nature) como ameaçada de extinção na categoria de vulnerável.

Porém, a importância da UC não se deve apenas pela sua riqueza biológica. A Grotta do Angico possui valor histórico e cultural para o sertão sergipano e para o Nordeste. A região foi alvo da rota do Cangaço e foi o cenário da morte do maior ícone deste movimento, Virgolino Ferreira, o Lampião, além de sua companheira Maria Bonita e outro nove cangaceiros, em 28 de julho de 1938 pela polícia volante de Alagoas.

A proteção desse sítio ecológico e histórico representa um grande avanço do Estado rumo à conservação da Caatinga, bioma historicamente pouco estudado, mas que hoje tem reconhecida sua riqueza, em especial por se tratar de um remanescente cercado de importância histórica para Sergipe, tornando-se um exercício único de conservação ambiental e valorização cultural.

6.1.1.3 Meio Socioeconômico

Pólo do Velho Chico está inserido nos territórios do Alto Sertão Sergipano, Baixo São Francisco Sergipano e Médio Sertão Sergipano, com os municípios de Canindé do São Francisco, Poço Redondo, Porto da Folha, Gararu, Monte Alegre de Sergipe, Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora de Lourdes, Amparo do São Francisco, Telha, Canhoba, Itabi, Propriá, Cedro de São João, Japoatã, Neópolis, Santana do São Francisco e ilha das Flores. As localidades que serão valorizadas com a atividade turística possuem problemáticas socioeconômicas que são entraves para o desenvolvimento do turismo nesses espaços.

A formação desses territórios está inicialmente relacionada ao processo de colonização de Sergipe e com as atividades empreendidas no território sergipano, ligadas inicialmente ao setor primário; no desenvolvimento da pecuária e agricultura; e posteriormente aos setores terciário e secundário, que possui menor atuação no Pólo do Velho Chico..

A distribuição da população nos municípios do Pólo do Velho Chico é heterogênea e varia entre as localidades, devido às condições naturais, que em conjunto com a falta ou incipiência das políticas públicas contribuíram para que não houvesse um melhor povoamento nesses espaços. No Pólo do Velho Chico há populações que se concentraram no meio urbano e habitantes que permaneceram no

meio rural. Os municípios de Canindé do São Francisco, Itabi, Santana do São Francisco e Propriá possuem a maior parcela da população na zona urbana, fato que pode ser explicado pelo desenvolvimento econômico dessas localidades, principalmente pela atuação do comércio, funcionalismo público e indústria. E municípios como Poço Redondo, Gararu e Porto da Folha têm a maior parcela da população na zona rural pela própria divisão territorial do trabalho em Sergipe.

A taxa de alfabetização das populações do Pólo do Velho Chico reflete as precárias condições que a educação é praticada nessas localidades, ou seja, os indivíduos de 10 anos e mais não estão na totalidade, inseridos na escola, de acordo com informações da SEPLAG. Há também uma incompatibilidade com o número de alunos matriculados no ensino fundamental e a continuidade até o ensino médio. Nos municípios de Poço Redondo as taxas de matrículas no ensino fundamental são de 6.206 no ensino fundamental e 1.096 no ensino médio, em Monte Alegre de Sergipe tem-se 1.872 no ensino fundamental e 617 no ensino médio e em Porto da Folha se apresenta com a taxa de matrícula do ensino fundamental de 4.797 no ensino fundamental e 1.008 no ensino médio.

As atividades econômicas que são desenvolvidas nos municípios do Pólo do Velho Chico são diversificadas. O setor mais atuante é o primário, com a pecuária em destaque na criação de bovinos, ovinos, eqüinos, aves e caprinos; que em produção é a mais significativa criação do sertão sergipano; com destaque para os municípios de Nossa Senhora da Glória, Canindé do São Francisco, Poço Redondo e Porto da Folha. A agricultura é uma das atividades econômica que é desenvolvida nos municípios do Pólo do Velho Chico, com a mandioca sendo um importante cultivo em produção por tonelada, principalmente nos municípios de Canindé do São Francisco, Poço Redondo e Porto da Folha.

O PIB PER CAPITA dos municípios em que o Pólo do Velho Chico atuará é variável entre os territórios, refletindo a desigualdade socioeconômica entre os municípios. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE produziu dados sobre o PIB PER CAPITA das localidades, demonstrando o desnível socioeconômico entre os municípios, como Ilha das Flores que apresenta 4.278,65, Santana do São Francisco com 4.465,99, Poço Redondo com 4.581,53 e Canindé do São Francisco com o maior índice de 39.456,09.

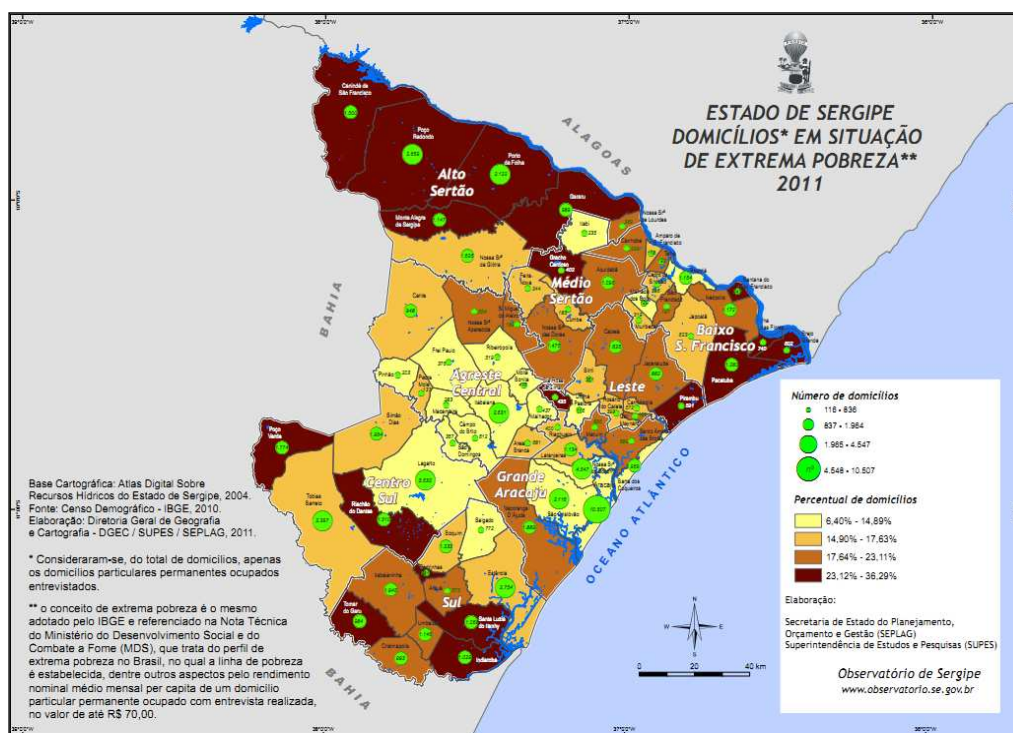
Tabela 2 - PIB PER CAPITA dos Municípios do Pólo do Velho Chico.

MUNICÍPIO (ANO – 2010)	PIB PER CAPITA
ILHA DAS FLORES	4.278,65
NEÓPOLIS	6.719,74
SANTANA DO SÃO FRANCISCO	4.465,99
JAPOATÃ	5.524,12
CEDRO DE SÃO JOÃO	4.797,14

MUNICÍPIO (ANO – 2010)	PIB PER CAPITA
PROPRIÁ	7.890,59
TELHA	5.403,01
AMPARO DO SÃO FRANCISCO	5.630,39
CANHOBÁ	5.387,11
ITABI	6.124,88
NOSSA SENHORA DE LOURDES	4.9991,58
GARARU	5.256,30
MONTE ALEGRE DE SERGIPE	5.048,48
NOSSA SENHORA DA GLÓRIA	7.945,51
PORTO DA FOLHA	5.302,25
POÇO REDONDO	4.581,53
CANINDÉ DO SÃO FRANCISCO	39.456,09

Fonte: Censo IBGE 2010, dados 2009.

De acordo com o censo de 2003 do IBGE a maior parcela dos municípios do Pólo Velho Chico possui mais de 50% da população em índice de pobreza dentro desse Índice de Pobreza, com o município de Canindé do São Francisco (com 64,04%) e Monte Alegre de Sergipe (com 64,24%) com os maiores números de habitantes em situação de pobreza.



Fonte: SEPLAG 2011.

Os serviços públicos nos municípios do Pólo do Velho Chico são insatisfatórios, pois são realizados de forma precária e não atendem a maior parcela da população. Através de informações adquiridas nas visitas in lócus, Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão de Sergipe – SEPLAG, IBGE e no Atlas Geográfico de Sergipe foram obtidos dados que comprovam como estão sendo empregados o saneamento básico, a educação e saúde nessas localidades. Com relação aos serviços de tratamento da água e esgoto sanitários no Pólo do Velho Chico há municípios que possui menos de 50% dos domicílios com esses serviços, como o caso de Poço Redondo, Gararu e Japoatã e a maior parcela dos municípios que apresenta 50% a 69% sem os serviços, ao exemplo de Porto da Folha, Nossa Senhora da Glória, Santana do São Francisco e Canindé do São Francisco.

6.1.2 Pólo Costa dos Coqueirais

6.1.2.1 Meio Físico

O Pólo Costa dos Coqueirais é marcado por uma descontinuidade populacional, com municípios com maior concentração populacional em detrimento de outros que se apresentam com vazios demográficos, devido principalmente às atividades desenvolvidas nessas localidades. Através da Figura 5 podem ser observados os municípios inseridos neste Pólo.

A atual capital, Aracaju, é a mais densa, apresentando em torno de 2.864 Hab/Km². O Município de Nossa Senhora do Socorro também merece destaque, sendo a segunda mais densa do estado, com 1.098 Hab/Km².

No Pólo Costa dos Coqueirais está o município de São Cristóvão, antiga capital de Sergipe e primeiro núcleo de povoamento do território sergipano. É

importante ressaltar que a primeira atividade desenvolvida na localidade foi a pecuária, responsável pela colonização de parte do interior sergipano. O Pólo está inserido na faixa litorânea de Sergipe, que durante o processo de colonização as terras foram usadas para o cultivo da cana-de-açúcar. Portanto, as primeiras atividades desenvolvidas em Sergipe foram pertinentes ao setor primário da economia, que se mantém na maior parcela dos municípios que estão no Pólo Costa dos Coqueirais.

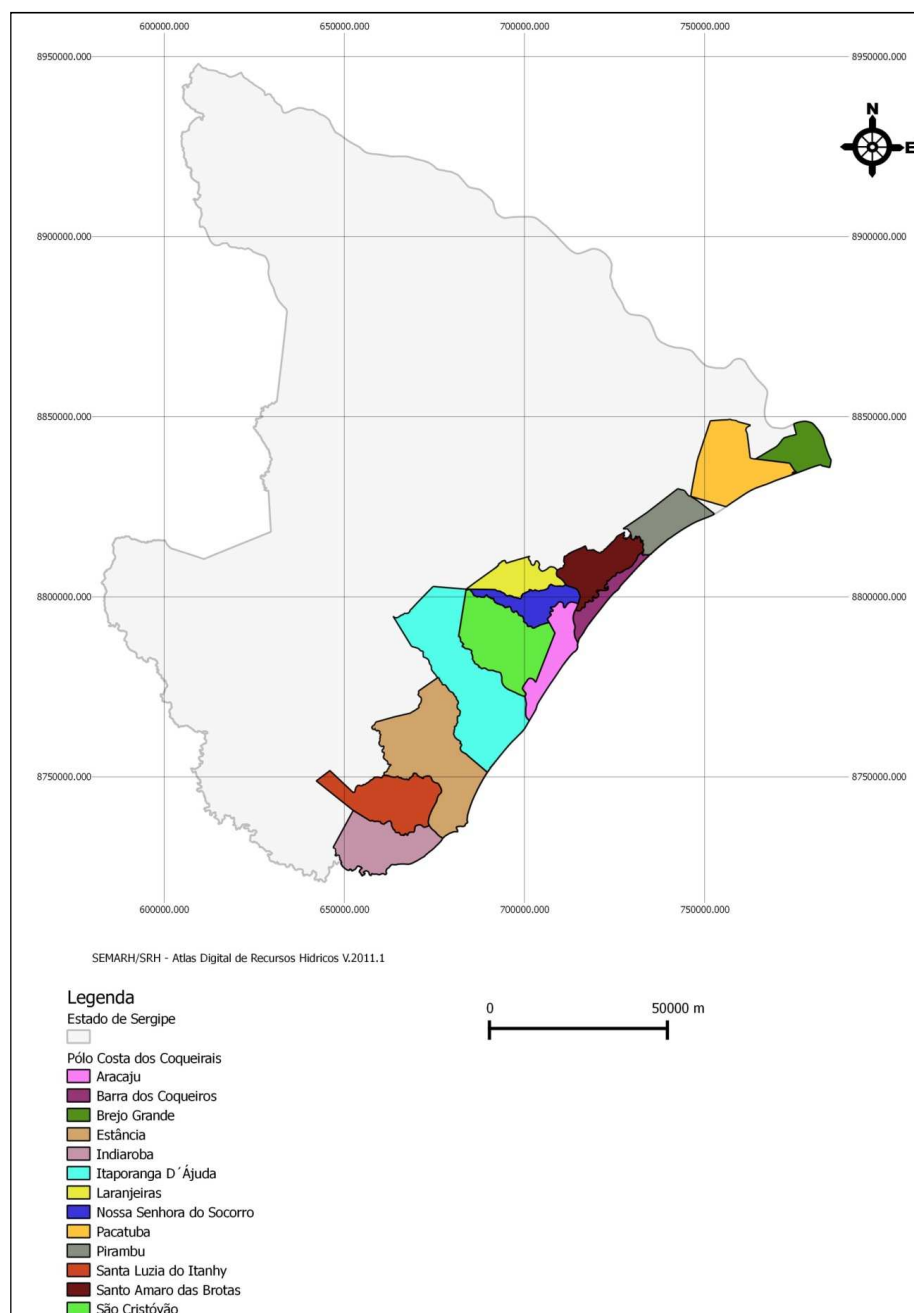


Figura 5 - Municípios pertencentes ao Pólo Costa dos Coqueirais

As atividades industriais surgiram em Sergipe ainda no século XIX, com a introdução da indústria têxtil e a modernização dos engenhos de produção do açúcar.

As atividades indústrias estão ligadas ao desenvolvimento econômico de Sergipe. Durante o século XX com a exploração dos recursos minerais houve a instalação das indústrias extrativo-minerais. No Pólo Costa dos Coqueirais há forte atuação de indústrias dos mais diversos setores, com destaque para as extrativo-minerais e alimentícias.

O setor terciário, que se encontra em expansão no estado, é responsável pela ocupação de da maior parte da mão-de-obra, com destaque para a capital, Aracaju, onde estão localizadas as funções mais especializadas, fator este justificado pela maior concentração da população e renda. É na capital, inclusive, onde se concentra o comércio atacadista, responsável por abastecer todo o estado e áreas limítrofes dos estados vizinhos. O município de Estância também atua como um centro atracional para populações dos municípios vizinhos, concentrando funções comerciais diversificadas, incluindo-se ainda o circuito inferior da economia, estando entre uma das maiores feiras semanais do Estado.

Tratando-se do clima, o território sergipano é regulado pelas principais zonas de pressão do globo, devido à posição latitudinal em que se encontra, correspondente a Zona de Convergência Intertropical (ZCIT), que se constitui na linha de convergência de ventos; zona de altas pressões subtropicais do Pacífico e do Atlântico, individualizadas em duas amplas células semifixas e permanentes sobre os oceanos, e zonas de baixas pressões subpolares.

Nas áreas litorâneas do Estado, onde está localizado o Pólo Costa dos Coqueirais, ocorre influência moderadora dos ventos alísios e das brisas que ganham importância maior devido à ausência de frentes e de fortes depressões frontais, mais comuns na região temperada.

De acordo com a classificação de Koeppen, o clima do litoral de Sergipe é do tipo As – Clima Tropical Úmido, com estação seca no verão e chuvosa no inverno, com máxima precipitação no outono. A divisão climática no Pólo pode ser observada através da (Figura 6).

As temperaturas médias anuais são elevadas, em torno de 26°C, e constituem uma das peculiaridades do seu clima, já que obedecem aos controles físicos comuns como a baixa latitude, as correntes marinhas ao longo do litoral, a continentalidade e os efeitos topográficos. No mês mais frio, a temperatura média fica acima de 18° C. As amplitudes térmicas anuais não ultrapassam os 4°C, mesmo em condições diferentes de latitude, distância do oceano ou de regime pluviométrico.

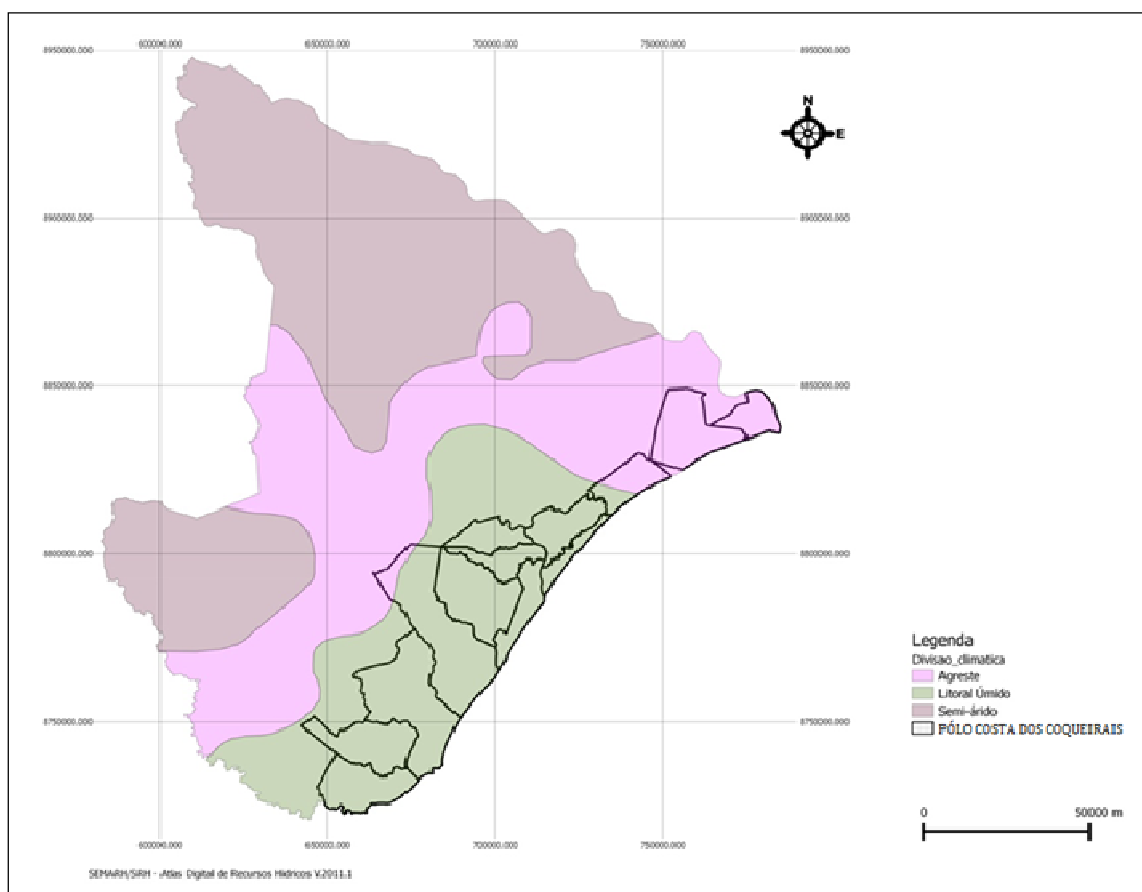


Figura 6 - Divisão Climática- Pólo Costa dos Coqueirais

É importante ressaltar a modificação do clima local, já observada em Aracaju, devido à concentração populacional e pela densidade de edificações. A pavimentação das ruas e da diminuição do albedo provoca o aquecimento, e conseqüentemente, calor constante durante o ano, fazendo desaparecer o período de resfriamento que é verificado em outras localidades. Além disso, a área urbana da Capital sergipana, com solos cada vez mais impermeabilizados pela pavimentação e pelas construções, tem sofrido alguns transtornos na época das chuvas, principalmente dificuldades de deslocamento, não sendo a quantidade de chuvas o fator crucial do problema, mas principalmente as alterações no sistema de drenagem natural em função da canalização e escoamento das águas.

O Pólo Costa dos Coqueirais engloba todas as bacias Hidrográficas do Estado de Sergipe, como pode ser observado na Figura 7.

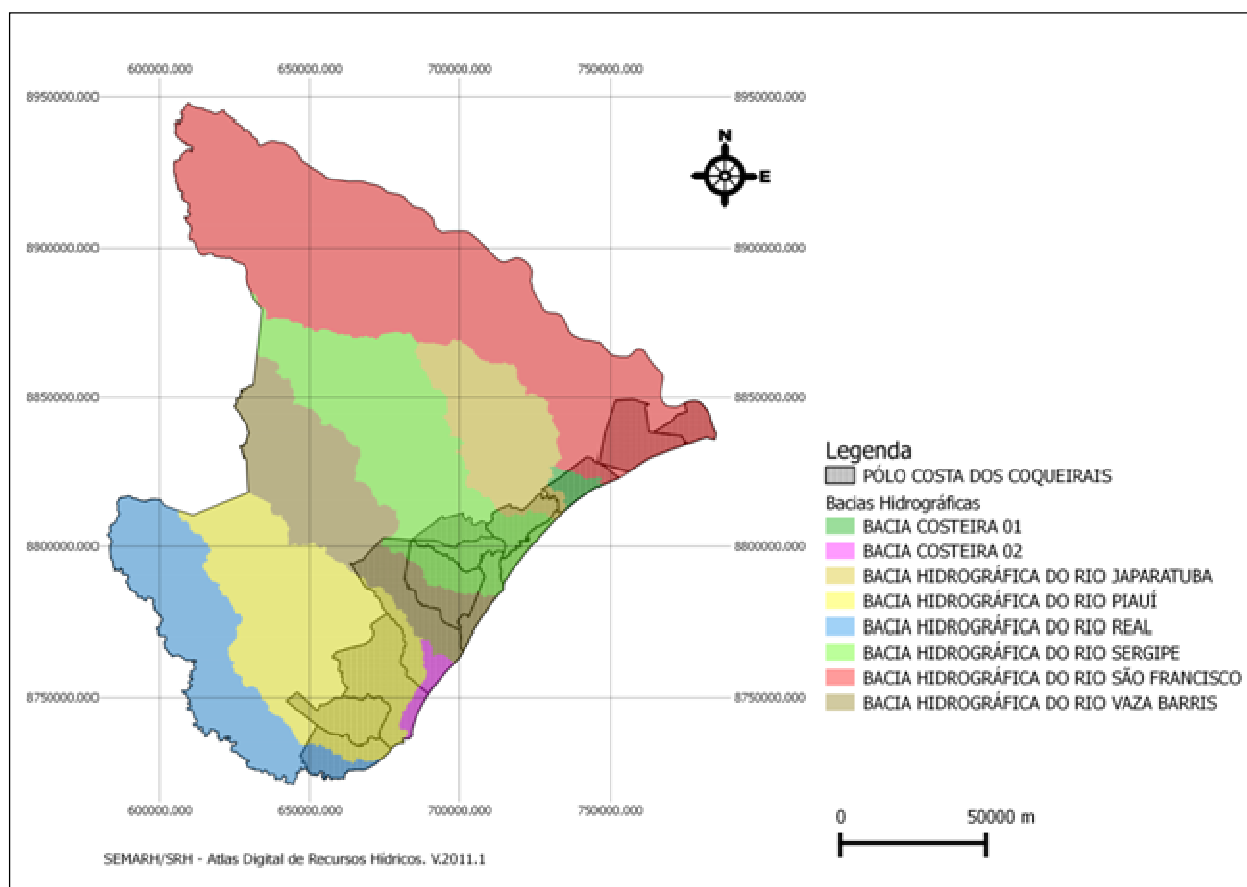


Figura 7 - Bacias Hidrográficas - Pólo Costa dos Coqueirais

Na geologia do Pólo Costa dos Coqueirais são reconhecidas rochas do embasamento Gnáissico, da Faixa de Dobramento Sergipana, como o Domínio Estância, da Bacia Sedimentar de Sergipe, além das Formações Superficiais, que abrangem praticamente toda a extensão do pólo.

Na Zona Costeira encontram-se as coberturas pleistocênicas e holocênicas que formam os terraços marinhos, as praias, as dunas, os pântanos e as planícies de maré.

As Unidades Geomorfológicas predominantes correspondem aos Tabuleiros Costeiros, basicamente representados pela Superfície Dissecada em Colina, Cristais e Interflúvios Tabulares e a Planície Costeira, que percorre todo o litoral sergipano.

6.1.2.2 Meio Biótico

No Estado de Sergipe, os fragmentos de Mata Atlântica estão localizados na zona litorânea compreendendo uma faixa de aproximadamente 40 km de largura, situado em torno de 10°S a 11°32'S e 36°W a 38°30'W . O Pólo Costa dos Coqueirais compreende municípios onde encontram-se essas formações vegetais, portanto, fragmentos das seguintes tipologias vegetais foram identificados para os municípios:

Mata Atlântica - Floresta Ombrófila Densa ou Floresta Pluvial Tropical Atlântica

É uma típica floresta pluvial tropical. Esta floresta ocupa a faixa litorânea até a cota máxima de 1 km, originalmente estendendo-se por aproximadamente três mil quilômetros ao longo de toda a costa brasileira. Estudos demonstram particularidades regionais nas comunidades de plantas arbóreas.

A temperatura é sempre alta na floresta ombrófila e chuvas são freqüentes. O ambiente é caracterizado por arvores de grande porte e acentuada presença de epífitas e lianas, mas há visíveis diferenças locais na composição florística e fisionomia da mata. Esta diversidade resulta de variações nos regimes de chuvas e temperatura, as quais por sua vez são resultado do gradiente de altitude (Oliveira Filho & Fontes, 2000). Apesar das subunidades florísticas da floresta ombrófila não estarem claramente definidas, dois grupos principais podem ser considerados: a mata de planície e mata de encosta.

Mata Atlântica - Mata de Planície

A mata de planície cresce no solo arenoso e pobre das áreas costeiras onde as inundações são freqüentes devido à superficialidade do lençol freático. Possui vegetação arbustiva densa, com alta densidade de samambaias, bromélias e rubiáceas. O estrato arbóreo pode atingir entre 15 e 20 m, onde destacam-se as figueiras, palmiteiros, mirtáceas, melastomatáceas e lauráceas.

Na região o porte dos indivíduos vegetais é extremamente reduzido, caracterizando nível de sucessão primário, além de serem rodeados por coqueirais e produções agrupadas de outras culturas como macaxeira, abóbora, manga, goiaba, banana, abacaxi, inhame, feijão, laranja, jaqueiras, cajueiros, entre outras. Isso caracteriza o alto grau de antropização da região.

Manguezal

É a vegetação natural que possui a maior área preservada no Estado em virtude dos solos impróprios para a agricultura e as zonas estuarinas possuírem uma incipiente ocupação demográfica, porém são extremamente afetadas pelo extrativismo predatório praticado por alguns ribeirinhos que ignoram os procedimentos legais, pois necessitam dos recursos para sobrevivência. Os bosques de mangue apresentam uma grande variabilidade em relação ao seu desenvolvimento estrutural em resposta ao diversos fatores físicos e pressão antrópica. Podem-se destacar no litoral sergipano os seguintes tipos fisiográficos:

Os bosques de mangue identificados no Pólona são do tipo ribeirinho com a predominância da espécie *Rhizophora mangle* e desenvolvimento estrutural caracterizado por altura média em torno de 4 m.

Restinga

No Pólo Costa dos Coqueirais a Restinga apresenta grau de antropização elevado com manchas esparsas e raras na área de influência indireta dos pontos de perfuração.

Os estudos florísticos têm evidenciado a importância dos diferentes ecossistemas de restinga em relação à biodiversidade da região. Embora atualmente se conheça relativamente bem os táxons na maioria das restingas brasileiras, os

estudos sobre ecologia das biocenoses e a delimitação das comunidades vegetais são incipientes (Lacerda & Esteves, 2000) Para os estudos de fitofisionomias tem sido utilizada a classificação de Araújo (2000), pela qual foram identificadas seguintes fâcies:

Halófila e psamófila reptante – ocorre na parte superior da praia e anteduna do primeiro cordão arenoso, que são povoadas por plantas halófilas e psamófilas reptantes. Nesta área estão presentes as dunas móveis onde a espécie *Ipomoea pescaprae* é predominante como pioneira. A área de intervenção do empreendimento apresenta este tipo de vegetação com alto grau de antropização.

Arbustiva fechada de pós-praia – estão presentes no primeiro cordão arenoso, que começa a partir do ponto aonde as ondas não chegam mais. Nas áreas mais preservadas a espécie predominante, *Chrysobalanus icaco*, forma densos agrupamentos arbustivo-baixos. A área mais preservada deste tipo de vegetação está na área de influência indireta do empreendimento. Contudo é o tipo de vegetação mais representativa de Restinga na área de atividade da sísmica.

Arbustiva aberta de Myrtaceae – ocorre nas costas do primeiro cordão arenoso e nos cordões mais internos, com porte arbustivo baixo onde predominam espécies da família Myrtaceae, sendo características também *Schinus terebentifolius*, *Anacardium occidentale* e *Hancornia speciosa*. Este tipo de vegetação se encontra em áreas de influência direta e se estendem a áreas de influência indireta da prospecção, mas sofre também severa influência antrópica, servido para o extrativismo ou sendo substituída por coqueirais e criação de gado.

Arbustiva aberta de Ericaceae – desenvolve-se nas depressões irregulares dentro das planícies arenosas, onde predomina a espécie *Humiria balsamifera*.

Arbustiva baixa de Arecaceae – existe sobre os cordões arenosos próximos ou afastados do mar, com cobertura arbustiva baixa, onde predominam a espécie *Allagoptera arenaria*.

Mata de cordão arenoso – distribui-se sobre os cordões arenosos mais antigos, com altura das árvores até 15m, onde predominam as espécies *Protium heptaphyllum*, *Tapirira guianensis*, *Xylopia brasiliensis* e um grande número de espécie da família Myrtaceae. Nas margens de lagoas e charcos neste tipo de vegetação ocorre a espécie *Elaeis guianensis* como espécie predominante.

6.1.2.3 Meio Socioeconômico

O Pólo Costa dos Coqueirais está localizado nos territórios do Baixo São Francisco, Leste Sergipano, Grande Aracaju e Sul Sergipano, com os municípios de Brejo Grande, Aracaju, Barra dos Coqueiros, Estância, Indiaroba, Itaporanga D'Ajuda, Laranjeiras, Nossa Senhora do Socorro, Pacatuba, Pirambu, Santa Luzia do Itanhí, Santo Amaro das Brotas e São Cristóvão. A atividade turística atingirá os municípios que estão na faixa litorânea, com exceção de Laranjeiras, Nossa Senhora do Socorro e Santo Amaro das Brotas que ficam adjacentes as localidades banhadas pelo mar.

O processo de ocupação desses espaços que estão inseridos no Pólo Costa dos Coqueirais está atrelado à colonização do Estado e a inserção da cultura canavieira, pecuária e agricultura de subsistência, contudo é importante ressaltar que a

maior parcela da mão-de-obra encontra-se nos setores terciário e secundário. As maiores densidades demográficas segundo o IBGE, dos municípios que o Pólo Costa dos Coqueirais abarcará, se apresentam na faixa composta pelos municípios de Aracaju com 3.140,67 hab/km²; Nossa Senhora do Socorro com 1.025,88 hab/km², Barra dos Coqueiros com 276,52 hab/km² e Laranjeiras com 165,78 hab/km².

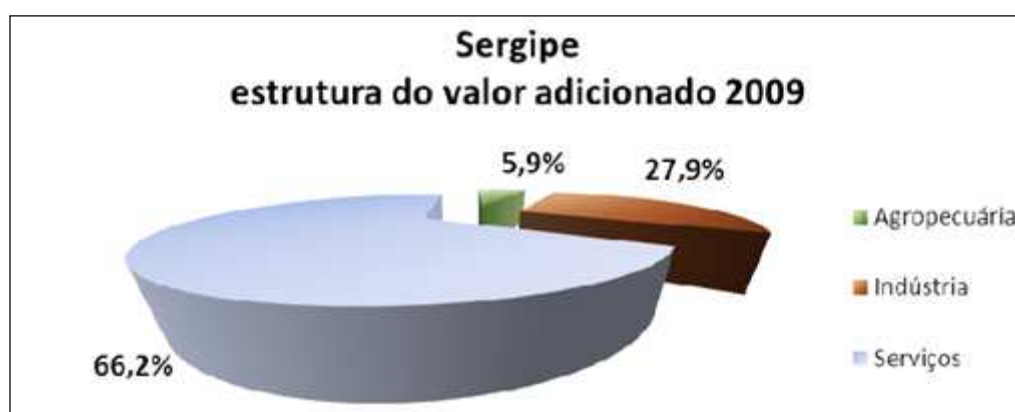
Tabela 3 - Densidade Demográfica dos Municípios do Pólo Costa Coqueirais

MUNICÍPIO (ANO – 2010)	DENSIDADE DEMOGRÁFICA
BREJO GRANDE	52,01 hab/km ²
ARACAJU	3.140,67 hab/km ²
NOSSA SENHORA DO SOCORRO	1.025,88 hab/km ²
SÃO CRISTÓVÃO	180,52 hab/km ²
ITAPORANGA D’AJUDA	41,11 hab/km ²
PIRAMBÚ	40,65 hab/km ²
SANTO AMARO DAS BROTAS	48,73 hab/km ²
PACATUBA	35,14 hab/km ²
ESTÂNCIA	100,00 hab/km ²
SANTA LUZIA DO ITANHÍ	39,36 hab/km ²
INDIAROBA	50,49 hab/km ²

Fonte: IBGE, Censo 2010.

No Pólo Costa dos Coqueirais a concentração urbana se apresenta com maior amplitude nos municípios de Aracaju, São Cristóvão, Nossa Senhora do Socorro, Barra dos Coqueiros, e Estância, devido às atividades econômicas desenvolvidas, ligadas principalmente aos setores terciário e secundário da economia; as melhores condições de trabalho e maior assistência dos serviços públicos.

Através de informações da SEPLAG há a indicação de mudança na participação dos setores produtivos do Pólo dos Coqueirais. A indústria em 2004 participava com 21,16% e em 2008 passou para 20,56, o que acarretou uma queda de 4,59 no PIB PER CAPITA do estado. Segundos dados oferecidos por esta secretaria, no município de Laranjeiras o setor industrial representa 6,58%; com maior atuação da indústria química, porém esse percentual apesar de parecer baixo perfaz 50% da riqueza produzida na cidade. Em Estância está instalado um dos distritos industriais do Estado e essas indústrias representam 52% da renda gerada no município, com predominância da indústria alimentícia.



Fonte: Observatório de Sergipe, dados da Seplag, 2010.

O Índice de Pobreza dos municípios do Pólo Costa dos Coqueirais, fornecido pelo IBGE foi utilizado como um dos métodos de análise da situação socioeconômica dessas localidades, que em paralelo com dados adquiridos nas visitas in lócus e informações da SEPLAG, pode se demonstrar as precárias condições dos serviços públicos oferecidos nessas comunidades. De acordo com o censo de 2003 foi possível constatar que a maior parcela dos municípios que estão inseridos no Pólo Costa dos Coqueirais possui mais de 50% da população em estado de pobreza. O município de Brejo Grande tem 65,86% da população vivendo em pobreza e o município de Estância está com a maior parcela dos habitantes nessa situação, apresentando um índice de 63,89%, o que demonstra a má distribuição de renda no município.

6.2 Resumo do Diagnóstico

Diagnóstico preliminar feito nos municípios que compõem os Pólos dos Coqueirais e Velho Chico possibilitou a identificação de características naturais, socioeconômicas e turísticas das localidades do projeto. A análise tem se dado de forma multidisciplinar, com profissionais das áreas de engenharia, biologia, turismo e geografia, permitindo um maior aprofundamento no conhecimento das peculiaridades de cada município.

Através deste Diagnóstico está sendo possível identificar e distinguir as condições e possíveis impactos ambientais e socioeconômicos, nas áreas de influência direta e indireta das ações programadas, com a intensificação do fluxo turístico nos municípios dos Pólos dos Coqueirais e Velho Chico.

6.2.1 *Situação Geral dos Pólos*

Diversas atividades socioeconômicas, que indicam intenções e vontades, são desenvolvidas nos Pólos Costa dos Coqueirais e Velho Chico. São atividades agrícolas, extração de petróleo e gás natural, geração de energia, atividades de extrativismo vegetal e animal, atividades artesanais e iniciativas turísticas e imobiliárias.

Diante de tamanha diversidade de atividades e atores, a possibilidade de surgimento de conflitos é natural. Evidenciam-se conflitos de ordens política, social e

econômica, onde existem divergências sobre a abrangência da atuação governamental, empresarial e social.

A composição populacional dos municípios dos Pólos dos Coqueirais e Velho Chico se caracteriza por certa heterogeneidade, devido ao processo de colonização dessas localidades. As atividades econômicas nos Pólos são diversificadas, tendo o setor primário ainda bem atuante. O desenvolvimento do setor secundário nesses municípios é decorrente da própria evolução econômica do país, tendo como indústrias de destaque as extrativas minerais, concentradas no Pólo dos Coqueirais, nos municípios de Laranjeiras, Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro e Aracaju. As indústrias alimentícias instaladas nos municípios de Estância e Itaporanga D'Ajuda e a hidrelétrica instalada no município de Canindé do São Francisco. O setor terciário é responsável pela empregabilidade da maior parcela da população dos municípios que compõem os Pólos, com destaque para a administração pública, sendo o município de Aracaju aquele que tem maior peso na atividade, pela centralização nos serviços oferecidos no Estado e pelo comércio.

As políticas públicas melhoraram ao longo dos anos as condições de sobrevivência das comunidades e estão sendo empreendidas nos municípios dos Pólos, quanto à assistência à saúde, educação e saneamento básico, porém são incipientes, pois não atendem a totalidade da população que deverá ser assistida e em alguns casos são realizadas de forma precária.

6.2.2 Oportunidades Oferecidas pelo Turismo para o Desenvolvimento dos Pólos

No Brasil, novos planos, programas e projetos estão sendo implementados e grandes eventos mundiais, como Copa do mundo de futebol e Olimpíadas esportivas, serão realizados nos próximos anos, o que favorece o surgimento de novas oportunidades para o desenvolvimento regional através, também, da atividade turística.

Segundo Dados da Empresa Sergipana de Turismo (EMSETUR) o estado de Sergipe possui localização privilegiada, no meio da costa brasileira, Sergipe concentra em seus pouco menos que 22 mil km² uma diversidade paisagística e cultural que impressiona os visitantes, convertendo-se em oportunidade, um local ideal para negócios turísticos. São 163 km de praias, sem obstáculos naturais, águas mornas margeadas por dunas e cortadas por seis desembocaduras de rios, o que gera uma ótima opção para o turismo de lazer.

Mesmo não sendo sede de nenhum grande evento, poderá beneficiar-se, devido ao crescimento de investimentos e por sua localização privilegiada, estando, por exemplo, entre duas sedes da Copa do Mundo, Salvador e Maceió.

Para os Pólos do Velho Chico e Coqueirais, a de se destacar que de nada valerá o atual cenário para o surgimento de oportunidades advindas da atividade turística, se a articulação entre os diversos atores envolvidos não for fortalecida. Deve-se destacar que o turismo na região não pode ser encarado como uma atividade a parte dos outros setores de atividades, sendo parte de um grande planejamento regional.

Para a concretização do planejamento dos possíveis atrativos e para a consolidação de atrativos já trabalhados, a participação dos governos locais é primordial, já que estes são responsáveis pela infraestrutura básica necessária para o desenvolvimento daquilo que foi planejado, além dos subsídios para o envolvimento comunitário e da busca por parcerias com o setor privado.

6.2.3 Institucionalidade e Governança do Turismo

O Turismo, se planejado de forma sustentável, pode se destacar pela geração de riquezas, melhoria da qualidade de vida das populações envolvidas, valorização e recuperação do patrimônio natural e cultural, além de promover o desenvolvimento de outras atividades econômicas, como o transporte e o comércio locais.

Quando mal planejada e realizada, a atividade turística contribui para o aumento da pobreza, descaracterização das culturas tradicionais, degradação das paisagens, diminuição da diversidade faunística, redução da qualidade da água, dentre outros problemas, constituindo assim uma ameaça para o equilíbrio do ecossistema e da sociedade.

As ações do turismo devem ser institucionalizadas, ou seja, devem estar baseadas legalmente no planejamento governamental. A atividade turística deve estar prevista em planos, programas, projetos e em metas orçamentárias. Desta forma torna-se imprescindível que legislações acerca do turismo sejam planejadas, discutidas e aprovadas.

Em Sergipe, a atividade turística está prevista nos Plano Estadual de Turismo e o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Turismo de Sergipe 2009-2014 e para o avanço de qualquer atividade turística nos Pólos Velho Chico e Costa dos Coqueirais, estes planos e o PDITS devem ser considerados. Já nos municípios há uma clara desarticulação no planejamento do turismo local, já que existe deficiência na comunicação com os órgãos estaduais e, muitas vezes, falta de interesse nesta atividade.

A multiplicidade de atores envolvidos na área de abrangência dos Pólos também tem dificultado a elaboração de um planejamento unificado, levando em conta as esferas Federal, Estadual e Municipal e ainda os setores atuantes da sociedade civil.

6.2.4 Fatores Críticos Internos e Externos que Condiçãoam o Desenvolvimento do Turismo nos Pólos.

O turismo em Sergipe nas ultimas duas décadas foi intensificado pelo maior aproveitamento das condições naturais do Estado, mas ainda se constitui como atividade econômica deficiente em termo infra-estrutura urbana e exploração das singularidades culturais embutidas nas localidades.

Na maior parcela das localidades inseridas nos Pólos Costa dos Coqueirais e Velho Chico, os planos, programas e projetos existentes são mal aplicados, sendo

possível constatar dificuldades para que o turismo seja desenvolvido, pois, em grande parte dos municípios, não há atuação efetiva de órgão público local que organize e torne a atividade turística atuante, portanto há por parte dessas localidades entraves ao turismo, desfavorecendo principalmente a questão da sustentabilidade na atividade turística.

Nos Pólos Costa dos Coqueirais e Velho Chico há desigualdades socioeconômicas entre os municípios, o que dificulta uma melhor distribuição dos recursos para o desenvolvimento do turismo. Os municípios que se apresentam em condições precárias no oferecimento dos serviços públicos são incapacitados para estruturarem a localidade para receber o turista. Municípios como Poço Redondo, Brejo Grande, Pacatuba e Indiaroba são deficientes nos serviços públicos e não possuem estrutura adequada para o turismo, portanto antes desses locais serem explorados turisticamente deverá haver melhorias na estrutura física das localidades e eficazes políticas públicas.

A faixa litorânea é um dos pontos mais explorados pelo turista que utiliza o território sergipano, pela paisagem natural que é atrativa ao visitante. No Pólo Costa dos Coqueirais o turismo que será mais explorado é o do sol e mar, pois durante a maior parte do ano as condições climáticas são mais favoráveis ao uso dos locais com praias. Para um uso que atenda os interesses dos setores econômicos, do turista e que preserve os recursos naturais é preciso que seja de forma sustentável.

No Pólo do Velho Chico há o uso dos lugares, para fins turísticos, principalmente os que são banhados pelo Rio São Francisco, mas não há nesses municípios infra-estrutura que receba o turista e que preserve os recursos naturais, pois se tratam basicamente de localidades pobres, que se mantêm com baixos rendimentos e que possuem populações com baixo grau de escolaridade.

O baixo nível educacional das populações que estão nos Pólos Costa dos Coqueirais e Velho Chico, refletido pelo elevado índice de pobreza são obstáculos ao desenvolvimento do turismo, pois uma das prerrogativas para uma equidade entre a implantação dos Pólos e a relação com o povo do lugar é que haja a absorção da mão-de-obra da própria localidade que será explorada para o turismo. Esses trabalhadores deverão ser qualificados para trabalhar nos diversos segmentos que irão compor a estrutura turística do lugar, portanto precisará haver uma política educacional que instrua a população.

A proximidade com os estados da Bahia, Alagoas e Pernambuco que exploram de forma mais intensiva o turismo, acarreta numa inibição para o turismo sergipano, principalmente no tocante aos traços culturais inerentes a cultura sergipana. Sergipe esteve por muitos anos visto como um estado apenas “sossegado”, sem paisagens naturais atrativas em comparado aos estados vizinhos, consequência essa do pouco avanço e exploração da atividade do turismo no território sergipano.

Os municípios sergipanos que estão inseridos nos Pólos Costa dos Coqueirais e Velho Chico em parte já são explorados turisticamente, mas a falta de divulgação e infra-estrutura para receber o turista são obstáculos ao desenvolvimento da atividade.

Nos Pólos Costa dos Coqueirais e Velho Chico há municípios que possuem precárias situações socioeconômicas, devido às políticas públicas que são aplicadas de forma incipiente, ou seja, não atendem a maior parcela dessas populações e são deficitárias em termo de qualidade o que torna as localidades inadequadas para atender a demanda populacional, como também aos fluxos de pessoas que se intensificam pela atividade turística.

O município de Aracaju exerce aos demais territórios que estão contidos nos Pólos dos Coqueirais e Velho Chico a centralidade dos serviços e as melhores condições em termo de infra-estrutura urbana e hoteleira ao turista que chega ao Estado, fato que gera uma maior rentabilidade a capital e em contrapartida as outras localidades perdem rendimentos pela não permanência do turista no município.

No município de Poço Redondo o turismo é focado na Gruta do Angico local da morte de Lampião, Maria Bonita e o bando de Cangaceiros que o acompanhava, esse local é freqüentado há décadas, contudo o território Poço-Redondense não é explorado pelo turismo. O turista que vai a Gruta comumente sai do município de Canindé do São Francisco ou pelo município de Piranhas, localizado no Estado de Alagoas. Como no município de Poço Redondo outros lugares não tem por parte da ação governamental a intervenção necessária para que peculiaridades culturais sejam valorizadas, como o artesanato, a culinária, o folclore e outros aspectos turísticos.

No Pólo do Velho Chico houve a constatação que há uma polarização do fluxo turístico para o município de Canindé de São Francisco, localidade que se apresenta com uma acentuada desigualdade socioeconômica interna, que absorve a maior parte dos investimentos públicos e privados direcionados a região, subjugando as outras

A base para que o turismo seja aplicado de forma sustentável será organizada através da gestão integrada. Nos municípios não há a aplicação da gestão ambiental e nem a prerrogativa de planejar a gestão integrada, que consiste na participação dos atores que compõem e que participarão desse processo, sempre atenuando a importância que cada setor tem, seja o público, privado e a comunidade.

É importante colocar que os obstáculos ao turismo são reflexos de uma má estruturação dos serviços públicos e a aplicação das políticas públicas que não atendem de forma quantitativa as populações e são geralmente deficientes, para que o turismo seja aplicado sob o viés da sustentabilidade é necessário a ação do Estado, que poderá agir em conjunto com o setor público para que os lugares possam estar adequados aos fluxos populacionais.

6.3 Resumo da Avaliação de Impactos

O impacto do turismo nos leva à necessidade de partir para ações que compreendam: o estudo, o planejamento e a educação do turismo. Dessa forma, a avaliação de impactos foca a análise das ações já definidas, identificando e avaliando os possíveis impactos provenientes de sua implantação, sejam eles positivos ou negativos, considerando a dimensão ambiental, social, econômica e política.

Por exemplo, cidades que têm no turismo a grande força de sua economia chegam a triplicar a sua população em épocas de alta temporada, e a produção de lixo,

conseqüentemente, aumenta na mesma proporção, sendo aí verificado um impacto negativo que deve ser mitigado.

Dessa forma, para essa avaliação está sendo levada em consideração a diversidade dos ecossistemas da área de influência, bem como as relações e características socioeconômicas locais.

A relação entre turismo e meio ambiente é indiscutível, uma vez que o último constitui a matéria-prima da atividade turística. No momento em que a atividade turística acontece, o ambiente é inevitavelmente modificado.

A avaliação dos impactos está levando em consideração os efeitos do estabelecimento de atividades turísticas para cada localidade. Sabe-se que com o incremento da indústria turística, há a necessidade de aumentar e instalar a infraestrutura local; como os meios de hospedagens, restaurantes, saneamento básico, etc., sendo imprescindível que a atividade não seja avaliada apenas do ponto de vista econômico

Segundo Cruz (2001) "os impactos do turismo em ambientes naturais estão associados tanto à colocação de infra-estrutura nos territórios para que o turismo possa acontecer com a circulação de pessoas que a prática turística promove nos lugares. (...) meios de hospedagem edificadas em áreas não urbanizadas bem como outras infra-estruturas a eles associados podem representar riscos importantes de desestabilização dos ecossistemas em que se inserem".

A infra-estrutura é um componente importante para o turismo, mas sua estreita relação entre os projetos turísticos e a qualidade do meio ambiente faz com que os impactos ambientais negativos destes empreendimentos causem degradação ao meio ambiente.

Sendo assim os principais impactos negativos dos projetos turísticos para os Pólos estão sendo avaliados, entre eles destacamos:

- Aumento da geração de resíduos sólidos;
- Aumento da demanda de energia elétrica;
- Aumento do tráfego de veículos, com conseqüência redução da qualidade do ar;
- Assoreamento da costa, devido às ações humanas, com destruições de corais;
- Aumento da utilização e da necessidade de abastecimento de água potável;
- Alteração sobre o estilo de vida das populações nativas;
- Aumento sazonal de população com diversas implicações sobre a área afetada, sua infra-estrutura e sua população nativa;
- Contaminação da água dos rios e mares, devido ao aumento de esgotos não tratados;
- Degradação da flora e fauna local, devido aos desmatamentos, caça e pesca predatória;
- Deslocamento e marginalização das populações locais;
- Degradação da paisagem, devido à construção inadequadas de edifícios;
- Necessidade de implantação de obras de infra-estrutura causadoras de impactos negativos, tais com: estradas, sistemas de drenagem, aterros com grande movimentação de terra;

Da mesma forma, os impactos positivos serão destacados e medidas que potencializem os mesmos serão sugeridas.

7 Referências Bibliográficas

- CLARK, Ray. 2000. **Making EIA count in decision-making**. In: PARTIDÁRIO, M.R.; CLARK, R. (Ed.). Perspectives on strategic environmental assessment. Boca Raton: Lewis. p.15-27.
- CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Introdução a geografia do turismo**. São Paulo: Roca, 2001.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA-IBGE. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/pesquisa/pesquisa_google.shtm?cx=001166883472422164311%3Azkjemxce8sc&cof=FORID%3A9&ie=ISO-8859-1&q=sergipe&sa=Pesquisar&siteurl=www.ibge.gov.br%2Fhome%2F.
- LE MOS, Clara Carvalho de; Souza, Marcelo Pereira. **Avaliação Ambiental Estratégica para Gestão Municipal do Turismo: um estudo no município de Bueno Brandão, MG**. Turismo em Análise. Vol. 21, n.3, dezembro de 2010.
- PARTIDÁRIO, Maria Rosário. 1996. **Strategic environmental assessment: key issues emerging from recent practice**. Environmental Impact Assessment Review, New York, v.16, n.1, p.31-55, Jan.
- SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO DE SERGIPE – SEPLAG. Observatório de Sergipe: Superintendência de Estudos e Pesquisas. Disponível em: <http://www.observatorio.se.gov.br/pesquisas-socioeconomicas2.html>.